



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 188.4.55.O

DATA: 07/08/18

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 13h55min

TÉRMINO: 18h50min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 188ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª legislatura, em 7 de agosto de 2018.

Presidência dos Srs.:

Pedro Uczai, 3º Suplente de Secretário.

Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

Delegado Edson Moreira, Evair Vieira de Melo, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 13 HORAS E 55 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

André de Paula

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 64 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Heitor Schuch.



O SR. HEITOR SCHUCH (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Pedro Uczai, a quem saúdo, e, por extensão, os colegas Deputados, neste retorno do recesso parlamentar, quero manifestar que tive a oportunidade, nesse período, de visitar muitas lideranças, em mais de 80 Municípios gaúchos, e de falar com Prefeitos, Vereadores, sindicalistas, empresários, enfim, pessoas de todos os setores. Resumo tudo numa frase: as finanças das famílias estão destruídas.

A descapitalização é geral. As poupanças foram consumidas. Os agricultores estão plantando cada vez mais e melhor, mas está sobrando menos, e, às vezes, nada, para a manutenção das suas famílias. Aí vem a pergunta: como manter a família só com trabalho e dedicação? Não é possível. É preciso haver renda.

Nesse sentido, quero agregar a este pronunciamento, para reflexão geral da Casa, o que o Censo Agropecuário do IBGE mostra: *“Meio rural envelhecido, jovens abandonando a atividade e concentração fundiária em crescimento”*.

Um aviso aos candidatos a Presidente da República: vamos recriar o Ministério do Desenvolvimento Agrário, retomar o programa de desenvolvimento rural, antes que o meio rural se transforme em asilo de idosos.

Os jovens querem estudar, querem se conectar com o mundo, acessar tecnologia e conhecimento. É urgente pensar em um bolsa jovem, valorizar a Pedagogia da Alternância em Casas Familiares Rurais, as Escolas Família Agrícola, as escolas técnicas.

Esta Casa tem responsabilidade nesse processo, porque aqui tramitam as Medidas Provisórias nºs 839 e 842, ambas de 2018. Queremos que o público da agricultura familiar também tenha o abrigo da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018,



e que possamos, efetivamente, apresentar algum socorro aos agricultores nesta hora de desespero.

Bom retorno e bom trabalho! Que possamos ajudar esses agricultores, que tanto precisam.

Sr. Presidente, solicito a divulgação do meu pronunciamento pelos órgãos de comunicação da Casa e especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado. Defiro a divulgação do pronunciamento de V.Exa. pelos meios de comunicação da Casa.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - O próximo orador é o Deputado Luiz Couto, a quem, com muita honra, passamos a palavra.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje, 7 de agosto, a Lei Maria da Penha completa 12 anos de aprovação. Ela tem como objetivo proteger as mulheres contra abusos e agressões, mas nós verificamos, pelo número de feminicídios, que está crescendo cada vez mais a violência contra a mulher.

Sr. Presidente, nesta segunda-feira, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, encaminhei à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, à Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da OEA e ao Relator Especial para a Liberdade de Expressão da ONU, comunicado sobre a preocupação da repressão nas manifestações e protestos no Brasil.

Esse pedido foi feito com um olhar mais minucioso para os conflitos ocorridos em manifestações após a destruição do Governo de forma monopolizada em 2016.

Também hoje, passados 4 meses da prisão arbitrária do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reitero o que queremos: Lula livre! Lula inocente! Lula Presidente!

Sr. Presidente, peço a publicidade nos meios de comunicação dos dois pronunciamentos que faço neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Defiro o pedido de V.Exa., Deputado Luiz Couto. Que se dê publicidade nos órgãos da Casa aos seus dois pronunciamentos.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Hoje, dia 7 de agosto, a Lei Maria da Penha completa 12 anos desde a sua aprovação. Ela tem por objetivo proteger as mulheres de abusos e agressões e constitui o grande marco no combate à violência contra a mulher no Brasil desde que Constituição Federal passou a dar fundamento constitucional ao combate à violência doméstica, obrigando o Estado a criar mecanismos para coibir a violência familiar (art. 226, § 8º).

E, neste dia, não só damos visibilidade ao mecanismo de combate à agressão física e psicológica praticada contra a mulher, mas fortalecemos a luta contra o feminicídio, que é um crime bárbaro e que precisa parar.

A Constituição é de 1988; a Lei Maria da Penha, de 2006. Quase 20 anos transcorreram sem que o mandamento constitucional fosse cumprido. Ao longo dessas 2 décadas de omissão legislativa, as mulheres vítimas de violência em seus relacionamentos estiveram fragilizadas pela lei.

Nunca será demais, portanto, ressaltar a importância da Lei Maria da Penha, principalmente por compreender tão bem o que é a realidade da violência doméstica, que não se resume a agressões físicas, mas abarca também as violências psicológicas, patrimoniais e morais, que podem deixar nas mulheres que as sofrem marcas tão dolorosas e profundas quanto as da agressão física.

É importante frisar que os mandamentos constitucionais de combate à violência doméstica hoje existem e estão disponíveis para defender vocês mulheres de todo o Brasil. A lei que lhe confere eficácia plena e abrangente existe. Os fundamentos legais, portanto, existem.

Mas o combate à violência doméstica tem sido efetivo no Brasil? Vejamos: a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência recebeu 72.839



denúncias, que incluem relatos de violência sexual, homicídio, cárcere privado e outros, entre janeiro e junho deste ano. Os registros foram feitos por meio do Ligue 180, serviço criado pelo Governo Lula em 2005 para dar assistência às vítimas.

Os dados dos primeiros 5 meses do ano correspondem a 47 % do total registrado em 2017 (156.839). Foram constatados o crescimento de 37,3% nos relatos de homicídio e de 16,9% de violência sexual.

É importante informar que os Estados de onde mais partem denúncias são Paulo (9.863), Rio de Janeiro (9.317), Minas Gerais (6.499) e Bahia (4.813). Na Região Norte, houve o maior crescimento no número de denúncias: Amazonas, 34,8% a mais; Roraima, 34,6%; e Amapá, 6,1%.

No Estado da Paraíba, o Tribunal de Justiça faz um excelente trabalho, com a ampla divulgação da cartilha chamada *Violentômetro*, criada pela Coordenadora da Mulher do Tribunal de Justiça da Paraíba. Essa ação no Estado é uma importante medida que avança dentro da sociedade no trabalho do enfrentamento da violência contra a mulher.

Hoje sabemos que a violência contra a mulher norteia um dos mais bárbaros crimes cometidos na sociedade, e sei que, além do Judiciário, o Governo do Estado, por meio dos trabalhos do Governador Ricardo Coutinho, tem realizado também diversos trabalhos, bem como palestras em igrejas, universidades, escolas públicas e mesmo com folhetos informativos, para essa luta não ter um avanço ainda maior. A mulher paraibana e principalmente os homens precisam estar informados sobre essa chaga que destrói famílias. As mulheres, sabendo de seus direitos, se sentem mais empoderadas para denunciar as violências sofridas.



Nós, como representantes parlamentares paraibanos, precisamos fortalecer essa luta também no Congresso, pois é daqui que sai a legislação que contemplará a luta contra a violência doméstica e que envolve a identidade de gênero.

Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias tenho percebido que alguns desses homens têm enraizados neles o machismo. Algumas vezes eu vejo que a questão não é contra a companheira, mas é realmente pela condição de gênero. Percebo isso quando lidamos com denúncias recebidas pela Comissão.

É importante ressaltar também que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal tem como atribuições receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas (Constituição Federal, art. 58, § 2º); avaliar e investigar as denúncias relativas à ameaça ou à violação de direitos humanos (Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 32, inciso VIII, item “a”); e encaminhar relatórios periódicos aos organismos internacionais de proteção dos Direitos Humanos com as denúncias mais graves de violação de direitos não solucionadas pelo Estado brasileiro.

Isso também nos dá o direito legal de combater essa chaga de forma efetiva. Por isso, todos os anos fazemos audiências públicas e diligências nos Estados para que nós possamos pensar, junto às autoridades públicas e à sociedade civil, um melhor avanço no combate à violência de gênero.

Estamos atentos e não vamos parar, até que a mulher seja protegida como um todo. Para isso, precisamos que elas conheçam seus direitos e denuncie o quanto antes os crimes cometidos contra elas. O Brasil precisa mudar esses dados estatísticos, o Brasil



precisa se fortalecer e defender a mulher, como diz a música *Em mulher não se bate*, gravada pela Banda Passarela.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Tenho um assunto muito preocupante para tratar neste momento e peço atenção a todos que me ouvem, assistem e acompanham por meio dos tradutores de linguagens de sinais.

Nesta segunda, levei ao conhecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, à Relatoria Especial para Liberdade de Expressão da OEA e ao Relator Especial para liberdade de Expressão da ONU, um comunicado sobre a preocupação da repressão nas manifestações e protestos no Brasil.

Esse pedido foi feito com um olhar mais minucioso aos conflitos ocorridos em manifestações, após a destituição do Governo de forma monopolizada e golpista, em 2016.

Há uma marca sangrenta que paira no pós-golpe, período histórico e injusto e que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff, eleita por mais de 54 milhões de votos.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias atuou em 2016, com o acolhimento de denúncias, que aumentavam a cada manifestação.

No dia 31 de agosto de 2016, por exemplo, as ruas de várias cidades do Brasil foram ocupadas por manifestações contra o *impeachment*. No Distrito Federal, a Polícia Militar usou bombas de gás lacrimogênio, *spray* de pimenta e violência física. A estudante Deborah Fabri, de 19 anos, teve o olho esquerdo perfurado e ficou cega por causa da explosão de uma bomba de efeito moral em seu rosto.



Hoje o comportamento de algumas forças policiais no Brasil beira o fascismo. Isso é típico de uma ditadura; vai severamente contra a liberdade de expressão, a integridade física, a vida e os princípios básicos do Estado Democrático de Direito. O Estado reprime as manifestações seletivamente, com o objetivo claro de calar os opositores políticos do atual regime de exceção.

Foram diversas as manifestações que terminaram com pessoas feridas e com a truculência injustificável de alguns policiais.

Temos dados e denúncias relatadas na CDHM. Foram manifestações democráticas e que tinham o objetivo da defesa dos direitos de cada cidadão, inclusive os da própria Polícia brasileira, a exemplo do teto de gastos.

Nós estamos passando por um período em que a sociedade é sim a parte mais frágil desse grande instrumento chamado golpe político-jurídico-midiático.

Por isso, ressalto que o direito ao protesto é formado pela conjunção de três pontos: o direito à liberdade de expressão, à liberdade de reunião e à liberdade de associação.

São direitos humanos fundamentais protegidos pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos e pela Constituição brasileira. Tais direitos precisam ser observados pelos agentes públicos ao lidarem com manifestações.

Sabemos que o Código de Conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei foi, de acordo com o comunicado, violado durante as manifestações ocorridas no Brasil. A norma internacional estabelece que os funcionários responsáveis pela aplicação da lei só podem empregar a força quando estritamente necessária e na medida exigida para o cumprimento do seu dever. Os Princípios



Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei, das Nações Unidas, também foram desrespeitados, principalmente no que diz respeito à moderação e à proporcionalidade.

Assim, ressaltamos a importância desse documento enviado, bem como peço publicamente que os órgãos atuem para que as violações de direitos humanos sejam investigadas e para que não voltem a ocorrer.

É importante frisar que essa ação não é especificamente contra a Polícia brasileira, é sim contra o comportamento de alguns agentes que infelizmente não respeitaram o direito dos cidadãos brasileiros, infringido assim a legislação proposta com o uso da força.

Por último, ressalto a necessidade de os órgãos de direitos humanos da ONU estarem presentes em Brasília no próximo dia 15 de agosto, quando deverá ocorrer uma manifestação por ocasião do registro de candidatura a Presidente da República de Luiz Inácio Lula da Silva, tendo em vista que isso se justifica, diante do histórico da repressão seletiva às manifestações populares.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o Deputado Angelim, do Partido dos Trabalhadores do Acre.

O SR. ANGELIM (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero protestar contra o desmonte que este Governo está fazendo no INCRA.

Estive nos 22 Municípios do meu Estado, e é lamentável a situação do INCRA, sem um centavo para fazer a recuperação e a manutenção dos ramais. Historicamente, as Prefeituras não têm recursos necessários para fazer esse serviço, que tem um custo alto.

Nós da bancada federal do Acre, os três Senadores e os oito Deputados, colocamos uma emenda de bancada para a manutenção, a abertura e o custeio dos nossos ramais. Infelizmente, o Governo Federal não liberou nenhum centavo, e os nossos produtores, principalmente os pequenos produtores rurais, estão sem condições de escoar sua produção. Eles trabalham, plantam, colhem e não têm como levar isso ao mercado.

Faço um apelo ao Governo Federal para que libere os recursos da bancada federal, a fim de que nós possamos melhorar a trafegabilidade e a manutenção dos ramais dos 22 Municípios do nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Defiro o pedido de V.Exa. para que seja dada publicidade ao seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação da Casa.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Terão a palavra, pelo tempo de 1 minuto, os Deputados para dar como lidos seus pronunciamentos. Solicito que S.Exas. se inscrevam.

Deputado Jorge Solla, tem a palavra V.Exa., o primeiro inscrito, para que utilize o meu tempo de 1 minuto — meu nome estava previsto.

Em seguida, falará o Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Queria me juntar a todo o povo brasileiro que está mobilizado para a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

É impressionante a que ponto a elite golpista deste País chegou. Deputado Pedro Uczai, finalmente descobriram qual é o tríplex de Lula. O tríplex é: Lula, Haddad e Manuela d'Ávila. É o tríplex que vai ganhar esta eleição. É o tríplex que vai colocar os canalhas golpistas para correr das urnas.

Não adianta! A margem de vocês vai ser continuar tentando o afastamento do Presidente Lula. Se falharem, Lula vai ser eleito. Se vocês ganharem mais um *round* do golpe, quem vai ser eleito será o candidato de Lula.

Juntaram os golpistas todos numa chapa só. Juntaram os golpistas todos para apoiar Alckmin, um candidato falido, que não vai a lugar nenhum — picolé de chuchu! Nem juntando todos os partidos que fizeram o golpe, ele não vai conseguir andar.

Não adianta! O povo brasileiro já decidiu: irá eleger, em 7 de outubro, o Presidente Lula. Ele irá retomar as rédeas deste País, vai detonar com tudo o que vocês fizeram, vai retomar os direitos trabalhistas, vai trazer de volta o dinheiro para



saúde, educação e assistência social e vai tomar o patrimônio que foi roubado do petróleo de volta.

Vocês, as multinacionais receptoras de roubo, vão perder o que usurparam nesse período.

Portanto, o tríplex de Lula vai ser vitorioso.

Presidente, eu já ouvi dizerem nos corredores que esta eleição não vai ser Lulinha Paz e Amor, vai ser Lulinha Poliamor. É Lulinha Poliamor com o tríplex: Lula, Haddad e Manuela d'Ávila.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - O próximo orador é o Deputado Edmilson Rodrigues.

Em seguida, tem a palavra o Deputado Pedro Cunha Lima.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Presidente Pedro Uczai, quero dar como lida a carta pública, assinada pela professora titular de Geografia Humana da Universidade de São Paulo — USP, Maria Adélia Aparecida de Souza, que me honrou sendo minha orientadora, em solidariedade ao Prof. Luciano Cavini Martorano e em repúdio ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Alfenas por tê-lo demitido de forma sumária sem o respeito pelo Estado Democrático de Direito e, inclusive, sem o respeito por uma carreira que foi construída com mérito desde 2013.

O Prof. Luciano, demitido de forma absurda, é formado em Ciência Política, Doutor pelo IUPERJ, com pós-graduação em Ciências Sociais e mestrado em Ciência Política pela UNICAMP. Realizou estágio na Alemanha, na Universidade J.W.Goethe/Frankfurt am Main, sob orientação do Prof. Dr. Joachim Hirsch, um dos maiores filósofos do planeta. Mas, por ser marxista, sofre retaliações.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Edmilson Rodrigues. Daremos publicidade ao seu pronunciamento.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Carta pública de Maria Adélia Souza

4 de agosto de 2018

Caríssimas e caríssimos amigos do Face,

Amigos ainda virtuais, mas também velhos amigos reais, que me horram com sua visita e companhia no ciberespaço.



Hoje escrevo como Professora e pesquisadora que sou apesar de estar aposentada como Professora Titular de Geografia Humana da USP. Fui Pesquisadora 1 A do CNPq, nível condição que tive até minha aposentadoria, embora continue a trabalhar com pesquisa até hoje.

Estou aqui, fundamentada na minha História e formação acadêmicas, que me autorizam a fazê-lo, embora eu saiba que isso incomoda desde sempre, a alguns “professores e pesquisadores”, que exaravam pareceres científicos em meus projetos de pesquisa, quase sempre negativos, com a justificativa de que eu sempre exibía argumentos “de autoridade”, o que para mim sempre foi um eólio.

Sou republicana, humanista e funcionária pública do Brasil, com muitos concursos prestados, sem apadrinhamento algum e, aprovada por mérito científico e acadêmico (isso precisa existir na Academia).

Esse ritual e rigor nada têm a ver com a discussão política bem mal formulada sobre a “meritocracia” que preside as mentes dos detentores do “pequeno poder” na universidade, mas que tem fundamentado nela, o avanço da mediocridade e do carreirismo a qualquer preço nas universidades brasileiras.

Embora eu saiba que esses novos dirigentes universitários são o produto mais bem acabado do regime militar, por culpa da história que eles próprios não têm tido interesse em conhecer e que minha geração, também se cansou de ensiná-los, isso tem formado gerações e gerações de militantes rasos e não de professores e pesquisadores.

Geração criada na abundância, rio caldo da sedução tecnológica e que desconhece, completamente, qual o papel de um acadêmico, cientista e professor universitário, e atuam como pequenos chefes de repartição, com seus carreirismos “tayloristicamente” produzidos e aplaudidos pelos comitês de cientistas que decidem em nome das instituições públicas.

Longa discussão que jamais faremos... impedida, mais pelo carreirismo raso, do que pelo corporativismo e, pela perda de densidade acadêmica das universidades, cujas políticas educacionais e científicas, mais voltadas ao mercado e a inovação do que para a Humanidade tem envolvido, facilmente, os jovens e incautos professores tornados dirigentes.



Assim, quero pessoal e publicaniente, manifestar meu repúdio e minha indignação com as demissões e exonerações que começam a acontecer nas universidades federais, os arroubos de privatizações da universidade pública, ai incluindo minha USP.

Destacarei, exemplarmente aqui, um dos casos que conheça de perto e considero emblemático, que foi a demissão sumária do Professor Doutor Luciano Cavini Martorano, feita pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal de Varginha, no Sul de Minas, Professor Sandro Amadeu Cerveira, dias atrás.

Luciano Cavini Martorano é desde 2013 até sua demissão sumária recente, professor doutor com enquadramento funcional de dedicação exclusiva, com carga horária de 40 horas semanais com regime de dedicação exclusiva junto a Universidade Federal de Alenas UNIFAL — MG.

Segundo nos informa seu CV Lattes, Luciano Cavini Martorano é Professor de Ciência Política, UNIFAL-MG. Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ-RJ possui graduação em Ciências Sociais (1991) e mestrado em Ciência Política pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas (2000). Realizou estágio na Universidade J.W.Goetheem Frankfurt am Main, sob orientação do Prof. Dr. Joachim Hirsch, entre 2004/05. Tem experiência em pesquisa teórica na área de Ciência Política atuando, principalmente, nos seguintes temas: marxismo, estado, democracia e conselhos, participação política. Além, de realizar trabalhos de assessoria técnica junto ao poder legislativo. E tradutor, com concentração em obras do alemão para o português.

Até aqui, tudo bem! Carreira normal feita como alguns de nós! Graduação e Pós-graduação no Brasil, com um doutorado sanduiche feito na Alemanha e estágios acadêmicos e científicos no exterior !

Mas.. vamos conhece-lo melhor academicamente, que é o que me interessa aqui e compreender sua exoneração sumária.

Basta dar uma olhadinha no seu CV Lattes, documento público de fácil acesso, para compreender pelo menos três aspectos de sua vida acadêmica:

1. sua linha de pesquisa: Teoria da história, que tem como objetivo “Avaliar a contribuição de diferentes autores vinculados ao materialismo histórico” e



cujas palavras-chave são: teoria da história; materialismo histórico; marxismo.

2. Sua enorme produtividade e competência. Exibo aqui para facilitar a vida do meu amigo leitor, os livros que traduziu para o português e foram editados no Brasil por grandes e importantes editoras. Não citarei os artigos publicados, livros, etc. Apenas as traduções, reveladoras da sua competência acadêmica e científica:
 - Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Editora Martin Claret, 2015. (Tradução/Livro).
 - Marx como pensador. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2011. (Tradução/Livro).
 - HIRSCH, J. . Teoria Materialista do Estado. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010. (Tradução/Livro).
 - Entender Nietzsche. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2009. (Tradução/Outra).
 - ENDERLE, Rubens; MARTORANO, L. C.. A ideologia alemã. São Paulo: Editora Boitempo, 2007. (Tradução/Livro).
3. O teor e a constituição dos processos nos quais é acusado e que se encontram “sub judice”, que hoje neste país são forjados, deliberadamente, como produto certo do golpe:
 - a) o pedido para afastamento para a realização de um Posdoc na Alemanha, como Professor Hirsch- que levou dois anos para ser concedido, e durou poucos dias. Pois depois de conceder, o reitor o exonerou.
 - b) o processo que resultou na sua exoneração por “desídia” - com mais de 1000 páginas, e, segundo os advogados que assistem o professor Luciano, feito a lá Daliagnol: “Não temos provas suficientes, mas a convicção da pena!”;
 - c) um terceiro processo, que foi suspenso pelo Juiz da Vara Federal de Varginha, que tentava lhe exonerar por abandono de emprego via rito sumário. Esse ainda está suspenso, aguardando decisão do juiz que



alegou cerceamento de defesa: tudo que provava o não abandono, não foi aceito como prova.

Certamente, pelo pouco que exhibi acima de sua carreira foi sua competência acadêmica e suas convicções políticas reveladas pelas escolhas e aprofundamento nas pesquisas e leituras espedamente de Marx, que deram origem a esses três processos e sua exoneração.

Se você concordar com este meu arrazoado e com minha indignação, manifeste-se em favor de nosso colega, enviando um e-mail, para o Reitor e autoridades da UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, solicitando “a readmissão de Luciano Cavini Martorano, em nome da Liberdade de Cátedra que rege a vida acadêmica e, do direito a defesa que rege a vida dos países com instrumentos legais estabelecidos e que precisam ser obedecidos, o que garante a existência do Estado de Direito”. Envie e-mail, se assim decidir para:

Reitor da UNIFAL: Sandro Amadeu Cerveira:
sandrocerveira@unifalmg.edu.br

Vice-Reitor: Alessandro Antônio Costa Pereira:
alessandro.pereira@unitalmg.edu.br

E, com cópia para o -mail: reitoriaunifal-mg.edu.br

a) Chefe de Gabinete da UNIFAL: Romeu Adriano da Silva:
romeu@unifalmg.edu.br

b) Secretária Geral da UNIFAL: Adriana Teófilo Silva Vieira:
adriana.teofilounifal-mg.edu.br

E, com cópia para o E-mall: secgeruriial-rng.edubr

Não é possível ficar calada diante de tamanhas injustiças, contrariando a lei, as normas e procedimentos e ética acadêmicas.

Devemos proceder do mesmo modo diante das demissões dos colegas da Universidade Federal do ABC professores Gilberto Maringoni, Valter Palmar e Giorgio Romano.

Há notícias também de colegas da UNB e da Universidade Federal do Oeste da Bahia, que ainda não consegui confirmar.



O golpe de morte da vida de um país está na ação sobre a Educação, na eliminação, perseguição e, nos processos de embrutecimento de seus professores hoje no poder.

A intervenção sobre o processo de Educação comprometido com a construção soberana da Nação, sempre foi a arma assassina dos colonizadores e dos opressores.

Os pretos são testemunhas históricas disso!

Minhas credenciais institucionais é o que apresento, para solicitar o apoio dos colegas. Elas estão abaixo, exibidas após meu nome. Não falo como pessoa física, mas como instituição que sou e somos todas e todos os professores. Se quiser as credenciais acadêmicas, por favor, consulte meu CV Lattes.

Muito obrigada pela sua atenção.

Forte abraço.

Maria Adélia A. de Souza

Professora Titular de Geografia Humana da USP (aposentada).

Catedrática de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Lyon (França).

Pesquisadora 1 A do CNPq — Conselho Nacional de Pesquisa do Brasil (até a aposentadoria, quando renunciei a essa condição)

Ex-Prefeita da USP — Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira

Ex-Chefe de Gabinete do Reitor da USP, Flávio Fava de Moraes.

Ex- Pro Reitora de Graduação da UNILA, Universidade Federal da Integração Latino americana.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - O próximo orador é o Deputado Marcon.

Em seguida, tem a palavra o Deputado Fábio Trad.

O SR. MARCON (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje faz 12 anos da Lei Maria da Penha. Esta lei deu condições e coragem para as mulheres denunciarem a violência que sofrem: violência doméstica, abuso no trabalho, feminicídio e tantos outros tipos de agressão — ainda violentam e abusam das mulheres brasileiras.

Esta lei foi fruto de uma luta das mulheres. Esta lei veio para guarnecer as mulheres da violência e discriminação que elas sofrem, muitas vezes dentro de casa, no trabalho, na sociedade.

Por isso, eu digo parabéns a todos aqueles que construíram a Lei Maria da Penha, que favorece as mulheres brasileiras do campo e da cidade, as trabalhadoras negras, as minorias, as índias, as agricultoras e trabalhadoras da cidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Marcon. Daremos publicidade ao seu pronunciamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, celebramos 12 anos da lei Maria da Penha.

Hoje, dia 7 de agosto de 2018, a lei Maria da Penha completa 12 (doze) anos. Trata-se de uma lei que é uma conquista não só para a mulher, mas para a humanidade, pois busca proteger a mulher de agressões, crimes contra sua dignidade e também fornecer abrigos para aquelas em situação tão desesperadora.



Com a criação desta lei, o número de denúncias de violência doméstica e pedidos de proteção subiu, enquanto o número de assassinatos relacionados ao feminicídio baixou. É importante lembrarmos que o aumento do número de denúncias significa o aumento do número de mulheres que tomaram coragem para dar o primeiro passo na luta para combater a violência contra a mulher e o feminicídio.

Não podemos nos esquecer de que, mesmo com o avanço, essa luta não para, a quantidade de casos em que a ajuda é assegurada não se compara a quantidade de casos denunciados. A mulher deve reagir a qualquer sinal de violência, não deixando que aquilo continue e que tome maiores proporções. Um ciúme doentio sempre pode avançar para outros tipos de agressão, chegando até mesmo ao assassinato.

Reforço aqui o meu desejo de que chegue o dia em que a mulher possa ter sua dignidade assegurada sem precisar recorrer à legislação ou ter de pedir proteção do Estado para ter paz e viver sua vida, como lhe é de direito. A única coisa que pode bater é o coração.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Agora tem a palavra o Deputado Fábio Trad, do PSD de Mato Grosso do Sul

O SR. FÁBIO TRAD (PSD-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, homenageio neste momento todas as mulheres do Brasil, em especial uma das mais ardorosas e competentes defensoras do aperfeiçoamento jurídico da Lei Maria da Penha, a qual hoje completa 12 anos. Refiro-me à Sra. Ana Lara Camargo de Castro, Promotora de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Foi através de sua inteligência jurídica que conquistas na consolidação da jurisprudência no STJ aperfeiçoaram a Lei Maria da Penha. Passo a ler três conquistas sinteticamente:

1. A confirmação da não compulsoriedade da audiência do art. 16, que só se realiza mediante vontade expressa e espontânea da vítima nos crimes de ação penal condicionada;

2. O não reconhecimento da tese da bagatela imprópria para absolvição dos agressores ao argumento de reconciliação posterior;

3. O reconhecimento da natureza in re ipsa do dano moral do art. 387 do Código de Processo Penal, em caso de violação de direitos humanos das mulheres.

Por isso, Sr. Presidente Pedro Uczai, registro neste momento, para o orgulho dos sul-mato-grossenses, a força da inteligência de Ana Lara Camargo de Castro, Promotora de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Fábio Trad, por trazer a homenagem à luta de todas as mulheres, junto com o Deputado Marcon e, acho, toda a Casa, na comemoração dos 12 anos da Lei Maria da Penha, produzida nesta Casa, que deu uma demonstração inequívoca de que as mulheres não podem sofrer violência neste País.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha, pelo tempo regimental.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho ocupado esta tribuna com uma certa frequência para fazer críticas à Prefeitura de Rio Branco, Capital do meu Estado do Acre.

Quero, até por dever de justiça, ocupar esta tribuna hoje para fazer um elogio à Prefeita Socorro Neri, que, em poucos meses à frente da Prefeitura, mostrou que é possível tapar buracos, o que o ex-Prefeito Marcus Alexandre Viana não fazia há 6 anos.

Obras que estão sendo feitas agora, para recapeamento de vias e para tapar buracos com asfalto, não eram vistas em Rio Branco. O que se via era um Prefeito desleixado, que tentava culpar a crise por tudo. Isso, infelizmente, acabou transformando a nossa Capital na “capital brasileira dos buracos”.

Quero aqui fazer um reconhecimento ao trabalho da Prefeita Socorro Neri, que mostra que é possível fazer quando se quer. Infelizmente, o ex-Prefeito Marcus Alexandre Viana não teve cuidado e zelo com a nossa Capital, assim como não teve com a BR-364, rodovia que ficou sob sua responsabilidade por muito tempo, mas foi tomada por buracos. Aliás, o ex-Prefeito Marcus Alexandre Viana é um profissional quando o assunto é entregar vias com buracos à população da Capital e do Estado. Rio Branco virou um verdadeiro queijo suíço. A BR-364 era outro queijo suíço. Graças a Deus, hoje a Prefeita mostra que é possível recuperar essas vias!

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que nós estamos acompanhando todos esses processos. O que marca mesmo a gestão do ex-Prefeito são



investigações: no Departamento de Estradas e Rodagem do Acre — DERACRE, sobre as obras na BR-364, e na sua gestão à frente da Prefeitura.

Peço a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Defiro o pedido para que se dê publicidade ao seu pronunciamento.

Também solicito que se dê publicidade ao pronunciamento do Deputado Fábio Trad, do Mato Grosso do Sul.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero agradecer ao meu partido, o Partido dos Trabalhadores do Estado do Pará, porque neste domingo, numa grande convenção, legitimou meu nome para concorrer à eleição de uma das duas vagas do Senado pelo Partido dos Trabalhadores.

Quero dizer que será uma alegria muito grande fazer essa campanha com uma chapa em que o Senador Paulo Rocha é candidato a Governador.

Nós vamos escrever no nosso plano de governo, Sr. Presidente, que o Governo do Partido dos Trabalhadores vai pagar o piso nacional do magistério a todos os professores da rede estadual do Estado do Pará, assim como deixar de explorar os mototaxistas, que hoje pagam 500 reais para emplacar uma moto. O Estado só dá incentivo às grandes mineradoras.

Portanto, deixo, com muita alegria, esse registro e peço que o programa *A Voz do Brasil* divulgue esta minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Peço que se dê publicidade no programa *A Voz do Brasil* ao pronunciamento de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Com muita alegria, convidamos para utilizar a tribuna a Deputada Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero manifestar, desta tribuna, a minha solidariedade aos militantes do campo e da cidade Vilmar Pacífico, Zonália Santos e Jaime Amorim, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST; Rafaela Alves e Frei Sérgio Gorgen, do Movimento dos Pequenos Agricultores — MPA; Luiz Gonzaga, o Gegê, da Central de Movimentos Populares — CMP; e Leonardo Armando, do Levante Popular da Juventude, que estão em greve de fome há exatos 8 dias, num ato extremo de coragem e de força para expressar a luta por justiça.

Manifesto o meu respeito e reconhecimento a esses companheiros e companheiras, valorosos e generosos guerreiros, que arriscam a saúde e a vida, distantes dos seus familiares, sem alimento, para lutar pela Nação, para lutar por Lula, para lutar por justiça na Corte Suprema, para lutar por dignidade para todos! Esses merecem os nossos louvores!

Aproveito para dizer que a convenção nacional do Partido dos Trabalhadores já referendou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputada Benedita da Silva.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Subtenente Gonzaga, do PDT de Minas Gerais.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar aqui a nossa posição muito firme e muito segura contra o relatório apresentado pelo Relator, o Deputado Vinicius Carvalho, na Comissão Especial que, por quase 3 anos, discutiu a proposta de unificação da Polícia Civil e da Polícia Militar dos Estados.

O relatório propõe, na verdade, a extinção das polícias militares, sem apresentar nenhum dado convincente de que a unificação é o caminho necessário, é o caminho que de fato vai instrumentalizar o Estado para que possa fazer uma segurança pública de mais qualidade.

Nós temos clareza e convicção de que o caminho que o Brasil precisa seguir é o do que se faz no mundo. Precisamos fazer polícia de ciclo completo, respeitar todas as instituições, valorizar todas as instituições de polícia e dotá-las de capacidade legal. A capacidade técnica, elas já possuem para fazer o ciclo completo.

Portanto, deixamos claro que estamos protocolando hoje um voto em separado para derrotarmos a tese adotada pelo Relator.

Em relação ao Corpo de Bombeiros, a Comissão sequer discutiu, mas o relatório, pura e simplesmente, propõe a sua extinção. Isso é uma agressão gratuita e desnecessária.

Portanto, nós estamos nos posicionando e pedindo apoio à Comissão e a todo o conjunto desta Câmara para que possamos sim discutir a segurança pública,



o papel das polícias no Brasil, mas sem agredir gratuitamente — eu diria até unilateralmente — uma instituição.

Que nós possamos discutir segurança pública com responsabilidade, dotando-a da competência do ciclo completo!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos vivenciando um drama no Brasil no que diz respeito à nossa Polícia Rodoviária Federal.

Dos cerca de 13 mil servidores, 3 mil já estão fora e mais de 2 mil estão em fase de aposentadoria, ou seja, há um déficit de 5 mil servidores. E o Governo promete um concurso com 500 vagas para a Polícia Rodoviária Federal!

Não dá para aceitar, não dá para suportar a insegurança nas nossas rodovias. Lá no meu Estado, fecharam os postos de Terra de Areia, Gravataí, São Marcos, Dom Pedrito, Parque de Eldorado, Porto Alegre — o posto do ICM —, Carazinho, Pinheiro Machado, Santo Antônio da Patrulha. Estão funcionando à meia boca os postos de Tabaí, Torres, Camaquã, minha querida São Gabriel, Lagoa Vermelha e Santa Vitória do Palmar.

Nós estamos vivenciando um grande drama com o fechamento dos postos da nossa Polícia Rodoviária Federal, que presta um serviço relevante à nossa Pátria, ao motorista, ao caminhoneiro, àquele que no cotidiano precisa de segurança.

A Polícia Rodoviária Federal não existe só para multar, não! A PRF tem a capacidade de garantir um trânsito seguro, controlando o trânsito, dando apoio nas horas de dificuldade e em acidentes, atendendo as demandas dos nossos caminhoneiros, dos nossos motoristas, daqueles que trafegam nas nossas BRs.

Quero registrar o meu protesto veemente: nós precisamos de mais policiais rodoviários federais no Rio Grande do Sul e no Brasil!



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil é um País de dimensões continentais, o que traz como consequência a necessidade de preservação do seu território, a necessidade de manutenção da segurança da sua população e a necessidade do combate ao cometimento de crimes em suas fronteiras e no seu interior.

Digo isso para tratar da situação da Polícia Rodoviária Federal, uma instituição que conta com um efetivo de aproximadamente 10 mil policiais distribuídos em todo o País. O que preocupa é que esse efetivo é o mesmo de 1994 e equivale à metade do que seria necessário atualmente.

De acordo com manifestação do Diretor-Geral da PRF, há um déficit de 3 mil vagas e a iminência de aposentaria de mais 2.050 policiais até o fim do ano. Portanto, serão 5 mil policiais a menos, num total de 13.098 cargos criados para o preenchimento de funções administrativas e para a atuação nas fronteiras e nas rodovias do País.

A PRF tem a demanda de um concurso que preencha inicialmente 3 mil vagas. O Governo Federal acenou com a possibilidade de abertura de um concurso com 500 vagas, mas até agora isso foi só uma promessa.

A verdade é que, enquanto o efetivo da PRF vai se esvaindo pelas aposentadorias, temos tido como consequência o fechamento de diversos postos de atendimento. Só no Rio Grande do Sul, foram fechados os postos de Terra de Areia, Gravataí, São Marcos, Dom Pedrito, Parque de Eldorado, Porto Alegre — o posto do ICM —, Carazinho, Pinheiro Machado, Santo Antônio da Patrulha.



Além desses postos que foram fechados, temos diversos que se encontram semiabertos, com atendimento precário, o que coloca em risco inclusive a integridade física de seus servidores. As cidades com postos semiabertos funcionando são: Tabaí, Torres, Camaquã, São Gabriel, Lagoa Vermelha e Santa Vitória do Palmar.

No caso do Rio Grande do Sul, essa situação é especialmente grave, pois necessitaríamos de um efetivo de cerca de 1.200 policiais para fazer frente aos desafios do trabalho da PRF. Entretanto, atualmente temos apenas 700 policiais e a expectativa de aposentadoria de um número expressivo desse efetivo.

Nobres colegas, o que nos preocupa é esse desmonte. O sucateamento do trabalho da PRF serve como estímulo ao crescimento do crime organizado, pois o ingresso de armas e drogas nas nossas fronteiras fica facilitado com a falta de efetivo. Não temos como nos contrapor a essa crescente criminalidade sem que tenhamos uma Polícia Rodoviária Federal minimamente estruturada.

É por isso que venho aqui destacar a urgente necessidade de que se realize concurso público para a PRF e de que sejam oferecidas mais do que as prometidas 500 vagas, pois esse quantitativo serviria apenas para atender as necessidades do Estado do Rio Grande do Sul.

Precisamos, com urgência, dotar a Polícia Rodoviária Federal de um efetivo capaz de atender seus desafios de preservar as nossas fronteiras e impedir o ingresso e a circulação de drogas e de armas e o contrabando.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Bohn Gass, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós denunciemos: congelar verbas da saúde, da educação, da segurança, da agricultura e das obras é um crime contra o povo!

Mas Temer, com apoio dos tucanos, do PP e da turma do golpe, mentiu e disse que isso era ajuste fiscal. Deu no que deu: o desemprego explodiu e o País paralisou.

Agora, até o Tribunal de Contas já está avisando: ou muda a Lei do Teto, ou a máquina pública será totalmente paralisada em 2024. A Fundação Getúlio Vargas é ainda mais direta: ou descongela, ou o Governo para já no ano que vem.

Bem, na semana passada a CAPES anunciou: por causa do congelamento, 500 mil estudantes serão obrigados a parar de estudar antes do fim de 2019.

É necessária a revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016! Os gastos públicos não podem ficar congelados para o povo!



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto. Em seguida, falará o Deputado Delegado Edson Moreira.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, desejo um excelente retorno a todos, lembrando que nós, durante o recesso parlamentar, continuamos a trabalhar intensamente nos nossos Estados.

Sr. Presidente, eu diria que nós não temos o que comemorar. Temos uma lei que completa 12 anos neste mês de agosto, mas, lamentavelmente, o número de mulheres assassinadas neste País não foi reduzido, muito pelo contrário, os últimos dias mostraram para nós tipos de violência, em que mulheres foram jogadas da sacada de prédio no Estado do Paraná; no meu Estado, uma jovem mãe foi assassinada — era gestante de 3 meses — e colocada dentro do veículo da família.

Morrem por dia 12 mulheres e, por ano, praticamente 4.500. Nós só vamos entender a magnitude disso quando compreendermos que estamos disseminando cidades. Na prática, é o mesmo que imaginarmos que, em 1 ano, estamos acabando com um Município de 4.500 habitantes.

Isso é um absurdo! Não basta falarmos dos 12 anos da lei. Precisamos agir e mudar o comportamento no nosso País.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na manhã de hoje os professores da rede municipal de Salvador foram violentamente agredidos por ação da Prefeitura Municipal, do Prefeito do DEM, ACM Neto, Prefeito do DEM e do PSDB.

Depois de 30 dias de greve, os professores não têm suas reivindicações atendidas. O Prefeito desconhece, preocupa-se com outras coisas, menos com a educação, menos com a valorização do professor, a construção de escolas, de creches e de condições dignas para a atividade na área da educação.

Deixo a nossa condenação a essa agressão e o nosso apoio aos professores e aos servidores públicos de Salvador, que continuarão na luta, buscando as suas reivindicações.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim, do DEM de Tocantins.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos hoje acompanhados do Presidente da Agência Tocantinense de Saneamento — ATS, Rogério Bezerra, diante da preocupação com a seca no nosso Estado. Por meio do Presidente Bezerra, estamos encaminhando ao Ministro da Defesa e ao Ministro da Integração documento para arrumarmos mecanismos que não deixem o povo de Tocantins, principalmente a população das regiões sul e sudeste do Estado, com tanta dificuldade diante da falta de água.

Temos o planejamento estratégico pronto, e vamos encaminhá-lo.

Esperamos que o Governo Federal ajude o Governo do Estado de Tocantins, por meio do Governador Mauro Carlesse, no sentido de conceder este benefício, atendendo ao pedido que faço, fruto da nossa obrigação como Parlamentar e homem público.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que nossas palavras sejam divulgadas pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Defiro seu pedido, Deputado Carlos Henrique Gaguim, e solicito que se dê publicidade ao seu pronunciamento.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Capitão Augusto, do PR de São Paulo.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Polícia Militar do Estado de São Paulo e as demais polícias de todo o Brasil estão enlutadas. Será enterrado hoje à tarde o corpo da policial militar Juliane dos Santos Duarte, covardemente assassinada, quando estava de férias com os amigos, pelo simples fato de ser policial militar.

Por se tratar de uma mulher negra de origem humilde, o caso tinha tudo para ser noticiado pelas mídias e causar comoção nacional e manifestos. No entanto, pelo simples fato de ela ser policial militar, saem apenas notas de rodapés e não há um manifesto no Brasil por essa morte.

Aos familiares, aos amigos e aos policiais militares, externamos a nossa indignação, o nosso luto e o nosso sentimento.

Que Deus a receba e tenha um bom lugar para a Juliane!



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao próximo orador, o Deputado Cabo Sabino.

Em seguida, fará uso da palavra o Deputado João Daniel.

O SR. CABO SABINO (Bloco/AVANTE-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho hoje, com muita tristeza, fazer pública a maneira com que o Ministério da Saúde — principalmente o Sr. Ministro e seu Chefe de Gabinete — tem tratado este Parlamentar naquela Casa, que deixou de pagar mais de 12 milhões de reais em emendas para o Estado do Ceará, recursos estes para pessoas humildes, simples. Não são para mim, não! Há mais de 60 dias eu tento marcar uma reunião com o Sr. Ministro. Já protocolei ofício, já encaminhei *e-mails*, e não há sequer uma data agendada.

Eu não estou pedindo favor a ele: é dever dele nos atender. Ele não está como Ministro simplesmente para se achar o dono, o rei do Ministério da Saúde. Ele está lá para atender o povo, é pago para isso! E eu não estou lá para pedir para mim, não, mas sim para trabalhar e pedir para povo brasileiro, especialmente para o povo cearense.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero registrar a presença, em nome de toda direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Via Campesina, da companheira Gislene Reis, dirigente nacional do MST, de Sergipe.

E eu gostaria de saudar com muito carinho todos os companheiros e companheiras que estão fazendo greve de fome: Frei Sérgio, Vilmar, Zonália, Luiz Gonzaga, conhecido como Gegê, a grande companheira Rafaela, do Movimento dos Pequenos Agricultores — MPA de Sergipe, e Jaime Amorim, dirigente nacional do MST.

Essa greve de fome está sendo feita em defesa da democracia, em defesa do direito do Presidente Lula ter um julgamento justo. Portanto, a luta do movimento social e sindical no Brasil, neste momento, é determinante para o futuro do País e para as próximas gerações.

Sr. Presidente, eu gostaria que este meu pronunciamento fosse dado como lido e divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Defiro o seu pedido para que se dê publicidade a este pronunciamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queremos homenagear todos os movimentos sociais, em nome de cada um dos que fazem a greve de fome em Brasília contra a decisão do Supremo Tribunal Federal — STF em manter preso o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assim trago o meu abraço aos



companheiros e companheiras Frei Sérgio Görgen, Vilmar Pacífico, Zonália Santos, Luiz Gonzaga, o Gegê, Rafaela Alves e Jaime Amorim, que hoje entram no oitavo dia da greve e que, mesmo sentindo alguns dos efeitos da privação de alimentos sólidos, se mantêm com o “espírito elevado”, diante da causa que defendem.

A nossa companheira Zonália Santos, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, lembra o seguinte: *“A fome representa o desprezo do ser humano, como se os pobres não precisassem viver. Isso é muito forte e muito doloroso”*. Ela deseja que a greve de hoje pela liberdade de Lula e por sua vitoriosa campanha para Presidente faça com que a fome mais uma vez seja extinta no Brasil.

O grande companheiro Frei Sérgio, um dos articuladores do movimento, vê na greve uma forma de lutar contra a desigualdade e a falta de uma alimentação digna para o povo. A greve é, na verdade, uma greve contra a fome do brasileiro.

Essa greve é uma demonstração de força e determinação dos companheiros e companheiras bravos de luta que sabem que o momento que estamos vivendo em nosso País é de quebra do Estado de Direito. Essa greve é para exigir que o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior Eleitoral tomem decisões técnicas e façam justiça, anulando este processo criminoso contra o Presidente Lula, garantindo a sua libertação e a manutenção dos seus direitos políticos, como uma condição para a retomada da democracia no Brasil.

Assim, vai aqui a nossa solidariedade e o nosso compromisso com esses companheiros que põem as suas vidas em risco, a serviço de grandes causas, como



a luta pela democracia e pelo direito do povo brasileiro a uma existência digna que hoje estão ameaçados pela prisão política do nosso grande Presidente Lula.

Lula livre e podendo concorrer à Presidência da República é uma condição que o povo exige e que é demonstrada por todas as pesquisas de opinião, nas quais ele aparece em primeiro lugar, superando a soma de intenções de votos de todos os demais candidatos.

Lula livre, Lula Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Quero informar que encerraremos a lista dos discursos dados como lidos dando a palavra aos seguintes Deputados: Lincoln Portela, Janete Capiberibe, Domingos Sávio, Junji Abe, Marcus Pestana, Assis do Couto, Vicentinho, Alan Rick, Nilto Tatto, Pedro Cunha Lima, Rubens Bueno e Valdir Colatto., que é o último inscrito. E, então, passaremos para os oradores inscritos nas Breves Comunicações, porque já extrapolamos esse tempo dos discursos dados como lidos, mas queremos contemplar aqui o máximo de Deputados, que estão retornando à Casa. Queremos, de forma solidária e coletiva, contemplar a todos.

Passo a palavra ao Deputado Celso Maldaner, do MDB de Santa Catarina.

O SR. CELSO MALDANER (MDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria, nesta tribuna, de destacar os números positivos que a indústria brasileira obteve de maio para junho deste ano.

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, divulgado no dia 2 de julho, a indústria nacional cresceu 13,1%, sendo o maior registro desde o início da série histórica da pesquisa, iniciado em 2002.

Vinte e dois dos 26 ramos industriais pesquisados apresentaram alta de maio para junho. As principais influências positivas para a indústria vieram dos veículos automotores, reboques e carrocerias (47,1%).

Sr. Presidente, eu gostaria de dar como lido este pronunciamento e de fazer um apelo. O que trouxe prejuízos em maio foi realmente a paralisação dos caminhoneiros. Então, o nosso apelo é para que os embarcadores, transportadores e caminhoneiros autônomos entrem em um entendimento em relação a esse preço mínimo, para que o Brasil possa deslançar.



Sr. Presidente, eu gostaria que este pronunciamento fosse dado como lido e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Peço que se dê publicidade ao seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de usar esta tribuna para destacar os números positivos que a indústria brasileira obteve no mês de maio para junho deste ano.

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, divulgado no dia 2 de julho, a indústria nacional cresceu 13,1%, sendo o maior registro desde o início da série histórica da pesquisa, iniciado em 2002.

Estes números recuperam a queda de 11% registrada em maio, ocorrida pela greve dos caminhoneiros.

Também foram observadas altas na comparação com junho de 2017 (3,5%), no acumulado do ano (2,3%) e no acumulado de 12 meses (3,2%). Na média móvel trimestral, a produção cresceu 0,5%.

Vinte e dois dos 26 ramos industriais pesquisados apresentaram alta de maio para junho. As principais influências positivas para a indústria vieram dos veículos automotores, reboques e carrocerias (47,1%), produtos alimentícios (19,4%), bebidas (33,6%) e produtos de minerais não metálicos (20,8%).

Sr. Presidente e colegas Parlamentares, estes números comprovam o que sempre gosto de destacar, a força do nosso País, do agronegócio, da produção industrial, do turismo e da prestação de serviços, o Brasil é um país promissor e têm no seu povo o seu grande valor.



Por isso cabe a nós trabalharmos as políticas públicas necessárias para que, além desse crescimento, a população tenha os serviços básicos que merece.

Estamos em um período delicado devido às eleições, mas estes poucos dias de esforço concentrado devem ser focados em projetos com esses objetivos.

E eu estou aqui para isso!

Contem comigo.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Lincoln Portela, do PR de Minas Gerais, pelo tempo regimental.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Manifesto Comunista, de Karl Marx, fala da desconstrução da família monogâmica. Nós somamos a isso Marcuse, que diz que o ser humano pode se relacionar sexualmente com quem quiser, da maneira que quiser.

Então, venho aqui deixar também o meu pronunciamento, porque esta tribuna é livre, e eu também sou livre. Discute-se agora no Supremo Tribunal Federal o aborto. Eu vejo Zygmunt Bauman falando sobre a questão da liquefação das coisas e da inversão de valores. Quero dizer-lhes que, com tudo isso, apesar de todas essas coisas e de todo esse empoderamento que está acontecendo no Brasil, sou radicalmente contra o aborto. O aborto é assassinato de uma criança que não tem como se defender.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Será divulgado, Deputado Lincoln Portela.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, venho trazer um comunicado e minha solidariedade à população da minha querida Carmópolis de Minas, vítima que foi de uma pequena tragédia, mas que trouxe prejuízos muito graves.

Estamos vivendo em Carmópolis de Minas um estado de calamidade, em razão da forte chuva de granizo que trouxe gravíssimos prejuízos não só para as moradias, mas também para os tomaticultores, os produtores de tomates, praticamente para os 100% dos pequenos agricultores, para a agricultura familiar. Foi meio milhão de pés de tomates destruídos, isto é, milhões de reais em prejuízo para os pequenos agricultores.

O Prefeito Geraldo Touro me ligou, bem como o Vice-Prefeito Dedé e o Presidente da Câmara Municipal, Marcelo de Freitas, em nome de todos os Vereadores, que também o fizeram.

Estou indo agora ao Ministério da Integração pedir socorro para o Município de Carmópolis de Minas, que se encontra em estado de calamidade e precisa recuperar as moradias e apoiar os pequenos produtores.

Deixo minha solidariedade à população de Carmópolis de Minas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio. A Mesa dará publicidade ao pronunciamento de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Junji Abe, do MDB de São Paulo.

O SR. JUNJI ABE (MDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de comunicar, com muita tristeza, o falecimento do nosso querido amigo Roberto da Silva Pires. Advogado e proprietário do 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Mogi das Cruzes, comandou por várias vezes o maior clube da nossa região, o Clube de Campo, que leva o nome da cidade. No campo das ações sociais, Silva Pires guarda vasto histórico de atuação em prol do desenvolvimento humano, por meio de ações educativas, e da melhoria da qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens, bem como de suas famílias.

Roberto da Silva Pires registrou anos de trabalho pela promoção da cidadania, educação e profissionalização do tradicional Instituto Ana de Moura, do qual era o Primeiro-Vice-Presidente.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa em seu inteiro teor.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Roberto da Silva Pires nasceu em 6 de março de 1939, no Município de Mogi das Cruzes, em São Paulo, e faleceu em 6 de agosto de 2018, aos 79 anos, vítima de acidente vascular cerebral (AVC) hemorrágico.

Casado com Maria Aparecida Hardt Pires, a Cidinha, deixa dois filhos — Roberto da Silva Pires Filho e Denise —, três netos e uma legião de amigos colecionados ao longo da vida de tabelião, associativista e filantropo.



Advogado e proprietário do 1º Tabelionato de Notas e Protestos de Mogi das Cruzes, é considerado Presidente histórico do tradicional Clube de Campo de Mogi das Cruzes, que comandou nos períodos de 1993 e 1997 e de 1999 a 2003 e do qual foi consagrado sócio-benemérito e conselheiro vitalício do Conselho Deliberativo. Associado desde 13 de outubro de 1977, ocupou outros cargos de igual importância nos quadros do clube, como Vice-Presidente e Diretor. Sua relevância para a instituição rendeu-lhe uma homenagem em vida: a Arena Poliesportiva, inaugurada nas dependências do clube no ano passado, foi batizada com o seu nome.

No campo das ações sociais, guarda vasto histórico de atuação para o desenvolvimento humano, por meio de ações educativas, em prol da melhoria da qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens, assim como de suas famílias. Registrou anos de trabalho pela promoção da cidadania, educação e profissionalização no tradicional Instituto Anna de Moura, onde era o 1º Vice-Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana, do PSDB de Minas Gerais. S.Exa. dispõe do tempo regimental.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, daqui a 60 dias teremos uma encruzilhada. Toda eleição é decisiva, e esta, particularmente, é quase dramática: nela, haverá uma escolha entre a continuidade e a mudança.

Em Minas Gerais, temos a mais profunda crise da nossa história. Só aos Municípios o Governo Estadual deve 6 bilhões de reais. Só na saúde, os Restos a Pagar chegam a 20 bilhões de reais, o que denota claramente o não cumprimento da emenda constitucional que vincula os recursos à saúde. Ontem, felizmente, consolidamos uma ampla aliança em torno do Senador Antonio Anastasia, grande gestor, grande servidor público e grande professor, alguém que, certamente, com sua experiência, capacidade de liderar uma equipe e espírito ético, colocará Minas Gerais de novo nos trilhos.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Vicentinho. Em seguida, terão a palavra os Deputados Alan Rick e Nilto Tatto.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou aqui para fazer um esclarecimento, diante das críticas que tenho recebido de pessoas do meu Estado que vêm dizendo que eu votei a favor do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e contra os interesses dos trabalhadores em vários projetos.

Quero esclarecer aos nossos amigos que existem outros Deputados também chamados Vicentinho nesta Casa. Temos, por exemplo, o Deputado Vicentinho Júnior, a quem eu respeito. Podemos ter algumas divergências — e temos —, mas eu jamais votaria contra minha Presidenta Dilma, jamais votaria contra o povo trabalhador, jamais votaria a favor do golpe!

Portanto, fique esclarecido, de uma vez por todas, que existe outro Vicentinho, do Estado de Tocantins. Ele, sim, pode ter votado de outra forma; eu, não!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Está esclarecido, Deputado Vicentinho.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - O próximo orador é o Deputado Alan Rick. Em seguida, falará o Deputado Nilto Tatto e, depois, o Deputado Pedro Cunha Lima.

O SR. ALAN RICK (DEM-AC. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre a ADPF 442, hoje em debate no Supremo Tribunal Federal, que almeja a descriminalização do aborto no Brasil até 12 semanas de gestação, primeiro queremos nos posicionar contrariamente, de forma absoluta, inclusive sobre essa decisão do Supremo de abrir o debate do tema, uma vez que o Supremo Tribunal Federal não é o *locus* institucional competente para fazer esse debate, e sim a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Ora, Sr. Presidente, o art. 5º da nossa Constituição estabelece a inviolabilidade do direito à vida, tanto a brasileiros quanto a estrangeiros, e essa inviolabilidade se refere também à vida intrauterina. Todos têm esse direito. O nascituro tem o seu direito resguardado inclusive no Código Civil.

Portanto, Sr. Presidente, urge que esta Casa se levante contrariamente a esse ativismo judicial, uma vez que o Supremo Tribunal Federal não é a instância competente para realizar esse debate. Esse é um tema de absoluta responsabilidade do Congresso Nacional.

Venho em respeito àqueles que têm buscado respeito à vida desde a concepção. Venho me dirigir ao povo brasileiro e aos cidadãos de bem deste País. O aborto não é a solução para os graves problemas de saúde pública e, obviamente, para os problemas morais da nossa Nação. É preciso debater o aborto como uma



questão ética, moral e religiosa do nosso povo. Não se pode debater no Supremo Tribunal Federal.

Não ao aborto, e sim à vida!

Peço que meu discurso seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Que se dê publicidade ao seu pronunciamento, Deputado Alan Rick.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Nilto Tatto, do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.

O SR. NILTO TATTO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho prestar minha homenagem e solidariedade aos companheiros Vilmar Pacífico, Zonália Santos e Jaime Amorim, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST; Rafaela Alves e Frei Sérgio Görden, do Movimento dos Pequenos Agricultores — MPA; Luiz Gonzaga, o querido Gegê, da Central de Movimentos Populares — CMP; e Leonardo Armando, do Levante Popular da Juventude, que estão entrando no oitavo dia de greve de fome.

Esta atitude extrema demonstra o grande carinho que têm para com o povo brasileiro, que vem sofrendo muito após o golpe impetrado há mais de 2 anos. É, igualmente, uma demonstração de solidariedade ao Presidente Lula e uma exigência para que o Supremo Tribunal Federal pautе o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 43 e 44, que questionam a prisão em segunda instância.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Solicito seja dada publicidade ao pronunciamento do Deputado Nilto Tatto.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Cunha Lima.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos chegando à reta final de mais uma Legislatura, um ciclo que se encerra. Pelo momento que o Brasil, pelo instante que a nossa democracia vivencia, carregaremos a frustração de não ter sido a Legislatura a enxugar a máquina pública. Nós carregaremos a tristeza de não ter acabado com o *Jornal da Câmara*. Vamos carregar o peso de não ter feito o que era nossa obrigação: diminuir o número de cargos comissionados, acabar com o Departamento Médico, diminuir o orçamento indecente, que não cabe no momento que o Brasil vive, de 6 bilhões de reais. Fica essa pendência, para que haja um choque de realidade e possamos finalmente consertar o nosso País.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço um registro acerca da Comissão Externa que criamos há 5 anos em virtude daqueles que estavam fazendo greve na sede do Aerus, no Rio de Janeiro. Isso vem de muitos anos. Ocorreu no caso da Panair do Brasil, da TRANSBRASIL, da VASP e depois da VARIG, orgulho do povo brasileiro. No final, nós vimos milhares de pessoas abandonadas: ganhavam um bom salário, e, de repente, não receberam sequer as suas indenizações. Houve mais de 7 mil ações trabalhistas. São 4 bilhões de dívidas aos trabalhadores da VARIG e do Fundo Aerus.

Deixo aqui registrada uma grande reportagem do jornal *Metrópoles*, que trata de tudo isso detalhadamente. Na matéria, há depoimentos que trazem à luz o ocorrido, inclusive daqueles que perderam o emprego que tanto amavam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há mais de 5 anos venho dedicando parte do meu trabalho parlamentar a uma causa das mais justas deste País, uma das causas marcantes em relação a como o Brasil trata o direito dos trabalhadores e das pessoas de maior idade. Trata-se do calvário que se tornou a luta dos ex-funcionários da VARIG, da VASP e da TRANSBRASIL pelos seus direitos.

Em 2013, criamos uma Comissão Externa desta Câmara dos Deputados para acompanhar a situação das doze pessoas que se encontravam confinadas na sede do Aerus, no Rio de Janeiro. Naquela ocasião, os ex-funcionários das empresas



aéreas se mobilizavam para sensibilizar as autoridades para que fosse solucionada a situação sobre a ação civil pública que tratava da defasagem tarifária.

Esta luta obteve, ao longo desses anos, importantes vitórias, mas muito — muito mesmo — precisa ser feito para que finalmente a justiça seja restabelecida para esses trabalhadores. Milhares desses beneficiários infelizmente faleceram sem ter visto o direito a uma aposentadoria justa atendida. E esta é uma luta que pertence a todos os brasileiros que defendem a justiça.

É nesse contexto que venho compartilhar a publicação de extensa matéria do jornal *Metrópoles*, de Brasília — e parabeno o jornal por isto —, neste mês em que apresenta o calvário dos ex-funcionários dessas empresas aéreas.

Na Justiça, existem 7.191 processos trabalhistas em tramitação. Pessoas sofrem por ter sido negado, e é negado até hoje, o direito básico de serem pagos pelos serviços prestados. Muitas vezes, foram retirados não apenas os direitos, mas também a dignidade.

Com o fechamento da VASP, da VARIG e da TRANSBRASIL, esses ex-funcionários tiveram que se submeter a bicos para sobreviver. Outros, como o caso de Ricardo de Camargo, tornaram-se mendigos, vítimas da morosidade da nossa Justiça. Por mais de duas décadas, toda essa gente que dedicou sua vida para construir três das empresas mais sólidas da aviação da América do Sul vem sofrendo com as angústias e a esperança de que algum dia os Tribunais deem o que eles merecem, e nada mais que isso. São mais de 4 bilhões de reais em dívidas trabalhistas.

Essa é uma luta que pertence também a esta Câmara dos Deputados e que não podemos esquecer, até o momento em que a justiça seja restabelecida.



Obrigado.

REPORTAGEM A QUE SE REFERE O ORADOR

Penúria: como sobrevivem ex-funcionários da Varig, Vasp e Transbrasil

O uniforme impecavelmente alinhado nem parece ter sido guardado numa gaveta por quase duas décadas. De terninho azul-escuro, saia xadrez, meia-calça preta e lenço amarelo no pescoço, Vera Lúcia Amorim rememora alguns dos anos mais alegres de sua vida. “Fui muito feliz aí dentro”, suspira ela, diante da carcaça de um imponente Boeing 767-200 da extinta Transbrasil.

O esqueleto está estacionado na Avenida Elmo Serejo, próximo ao Parque Ecológico Saburo Onoyama, em Taguatinga – periferia do Distrito Federal e distante 22 quilômetros da região central de Brasília.

Ex-comissária da companhia aérea que encerrou as operações em 2001, Lilian Amorim – seu nome de guerra na aviação –, 55 anos, emociona-se ao narrar histórias de bordo. O olhar nostálgico, no entanto, dá lugar a uma expressão sisuda quando ela fala sobre o fim melancólico da empresa.

De um dia para o outro, Lilian ficou desempregada. Para piorar, a ex-gigante dos ares não lhe pagou centavo algum de direitos trabalhistas. “Foi um baque enorme. De repente, me vi sem chão, sem salário e completamente desamparada”, conta. A fim de conseguir se sustentar, ela começou a desfazer-se de bens conquistados ao longo de toda a vida.

“Primeiro, vendi um apartamento no Rio de Janeiro; depois, um em Brasília. Meu padrão de vida despencou abruptamente.”

Lilian Amorim, 55 anos, ex-comissária da Transbrasil

Hoje aposentada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por tempo de contribuição, Lilian ainda aguarda na Justiça um desfecho favorável do processo movido para receber cerca de R\$ 200 mil. Drama compartilhado – em maior ou menor grau – por milhares de aeronautas e aeroviários brasileiros. Além da Transbrasil, as igualmente gigantes do setor Vasp e Varig também fecharam as portas na década de 2000 e deram calote bilionário em seus funcionários.

Segundo levantamento do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), em São Paulo, há 7.191 processos



trabalhistas em tramitação contra os três grupos: a Vasp é acionada em 4.315 deles; a Varig, em 2.050; e a Transbrasil, em 826. O débito ultrapassa os R\$ 3 bilhões, em valores atualizados. Se forem consideradas dívidas com fornecedores, fundos de pensão e impostos não pagos ao governo, o montante beira os R\$ 20 bilhões.

“Perdi a audição e a dignidade”

Michael Melo/Metrópoles

As três empresas se apresentaram sólidas durante décadas. Seus fechamentos repentinos foram duros golpes na vida de profissionais que nunca tiveram outros empregos e já se encaminhavam para a aposentadoria. A maioria dos trabalhadores mais jovens conseguiu se recolocar no mercado em outras companhias aéreas. Os grupos em atividade, contudo, preteriram aeromoças, comissários e pessoal de áreas administrativas com idades acima dos 40 anos.

Sem espaço na aviação, muitos profissionais mais experientes engoliram o orgulho e, para sobreviver, passaram a se virar em subempregos. O ex-planejador de escalas de voos Eduardo Chermont de Barros, 56 anos, entrou para as estatísticas de brasileiros desocupados em julho de 2006, ao receber um telegrama de desligamento da Varig. “A primeira reação foi a de não acreditar. Como uma das empresas que já foi a maior da América do Sul quebra assim?”, questiona-se.

A duras penas, ele assimilou a demissão. Pensou que os 18 anos e seis meses de serviços prestados à aérea lhe renderiam uma boa indenização e tranquilidade até arrumar outro ofício. Contudo, assim como os colegas dispensados pela Varig – foram cerca de 9 mil no total –, Eduardo Chermont saiu de cena com uma mão na frente e outra atrás.

Michael Melo/Metrópoles

Sem renda fixa, começou a fazer bicos de segurança informal em eventos e estabelecimentos. O drama pessoal de Eduardo se agravou com o diagnóstico de que havia perdido 45% da audição nos dois ouvidos.

O problema é consequência das centenas de deslocamentos feitos até as aeronaves já ligadas para repassar à tripulação informações sobre alterações em escalas. Naquela época, a empresa não fornecia equipamento de proteção auricular.

“É muito revoltante saber que temos direito e não podemos usufruir dele. Tiraram o meu emprego, a minha audição e a minha dignidade.”



Eduardo Chermont de Barros, 56 anos, ex-planejador de escalas de voos da Varig

Ao ingressar na Vasp, em 1982, Bruno Cappocanoli sonhava em se aposentar pela empresa. Durante 20 anos, o projeto parecia caminhar conforme o planejado, até que, em 2002 – três anos antes do fechamento definitivo da companhia –, ele foi demitido sem ter acesso à sua rescisão contratual. Bruno prefere não revelar quanto tem a receber, mas diz ser um valor que representaria alívio em seu orçamento.

Já fora da Vasp, aos 45 anos, fez diversas entrevistas de emprego em outras aéreas, mas percebeu que a experiência acumulada mais o atrapalhava do que ajudava a conseguir voltar ao ofício de comissário de bordo. “O fator idade pesou. Ou virava a página ou sucumbia”, conta, resignado.

Sem bagagem em outro ramo profissional, teve de se reinventar para manter a família. Com economias guardadas, montou um escritório de telefonia móvel. O negócio vingou por cinco anos. Hoje, ele ganha a vida vendendo docinhos italianos caseiros em uma loja batizada com seu sobrenome.

“Estava empregado num serviço que eu achava estável e só tinha plano A. De repente, a vida te obriga a elaborar planos B, C... Além de ter migrado para a gastronomia, também me viro fazendo bazar, feiras e eventos.”

Bruno Cappocanoli, 61 anos, ex-comissário de bordo da Vasp

O declínio das três potências da aviação nacional provocou uma corrida de desempregados em busca de reposicionamento no mercado de trabalho. Nem o surgimento da Gol Linhas Aéreas, em 2001, e o crescimento da TAM – atual Latam – foram capazes de absorver toda a mão de obra.

Para se ter ideia do tamanho do problema, em 2000, a Transbrasil, a Vasp e a Varig tinham, juntas, 24 mil funcionários, entre pilotos, comissários, mecânicos de avião, auxiliares, vendedores de passagens e outros profissionais.

João Ricardo Motta, 53 anos, também faz parte da massa mandada para o olho da rua com as garantias trabalhistas completamente ignoradas. Embora fluente em espanhol e inglês, inclusive com experiência de guia turístico em Nova York (EUA), deparou-se com enormes dificuldades para permanecer no ofício de comissário.



Além da frustração por não conseguir voltar a voar, a preocupação com as contas o assombra. Com as reservas perto do fim, está prestes a perder o apartamento financiado pela Caixa Econômica Federal, devido ao atraso no pagamento das prestações. A Defensoria Pública do Rio de Janeiro pediu a revisão da dívida e, agora, João Motta espera uma decisão judicial para saber se será despejado do imóvel com seus quatro filhos.

Não bastasse a batalha para manter a moradia, João Motta luta como pode para levar alimento à família. Cansado de peregrinar de porta em porta entregando currículo, decidiu vender churrasquinho na esquina de casa, uma realidade bem diferente da época em que servia caviar aos passageiros da classe executiva da Varig.

Michael Melo/Metrópoles

O negócio informal nem de longe lhe rende o suficiente para voltar a ter uma situação financeira estável, mas garante o necessário para se manter. Curioso, também aprendeu a consertar computadores e fazer estampas de camisetas, atividades que ajudam a pagar as dívidas. Apesar de exercer a função de vendedor ambulante com bom humor, João Motta confessa – com os olhos marejados – sentir saudade dos tempos áureos da aviação.

“Sonho quase todos os dias que estou dentro de um avião, servindo as pessoas. Era a coisa que eu mais amava. Quando acordo, sento na cabeceira da cama e choro. Sei que, pela idade, é algo que não vou mais voltar a fazer.”

João Ricardo Motta, 53 anos, ex-comissário da Varig

O mendigo e o suicida

Ricardo de Camargo, 50 anos, é o mais triste exemplo de como a morosidade da Justiça brasileira pode sugar a dignidade humana. Ex-comissário de bordo da Varig, fluente em inglês e com uma bagagem cultural moldada ao longo de quase duas décadas de viagens mundo afora, ele, agora, implora por comida nas ruas de São Paulo.

Após perder absolutamente todos os bens materiais, entrou em depressão, virou alcoólatra e passou a mendigar para sobreviver. Os “Variguanos” – como se intitulam os ex-trabalhadores da companhia – tentaram ajudá-lo, fornecendo roupas, comida e moradia.



Ele ficou hospedado durante um tempo na casa de João Motta – o ex-comissário que hoje vende churrasquinho no Rio de Janeiro –, mas regressou à situação de vulnerabilidade social ao voltar para São Paulo. Atualmente, os ex-colegas não têm mais notícias de Ricardo.

“É praticamente alguém de muletas tentando ajudar outro em uma cadeira de rodas. Como somos solidários na dor, tentamos nos unir e caminhar juntos. Mas somos todos Ricardos, todos enfrentamos nosso calvário diário esperando uma luz no fim do túnel.”

João Motta, sobre o colega Ricardo de Camargo

A história de degradação humana de Guilherme Gottel, 52 anos, culminou em tragédia. Contemporâneo de João Motta no comissariado da Varig nas décadas de 1990 e 2000, Gottel não suportou o fardo de viver em dificuldades extremas. No último dia 25 de julho, na casa de sua mãe, na Ilha do Governador (RJ), o ex-comissário se matou.

Após dedicar mais de duas décadas ao transporte aéreo, Luiz Motta, agora com 60 anos, tira parte do sustento com a prestação de transporte terrestre. Anos depois de conhecer o mundo pernoitando nos mais sofisticados hotéis, o ex-comissário complementa sua aposentadoria pelo INSS rodando em um aplicativo de corridas de passageiros.

Assim como a esmagadora maioria dos colegas demitidos da Varig, ele também tentou entrar em outra companhia aérea, mas viu suas chances desaparecerem na entrevista de emprego quando revelou a idade. “Fiquei [de fora da seleção] por causa da idade, considerada avançada. Chegaram ao absurdo de pedirem para eu e outros candidatos tirar a camisa e mostrar o abdômen, pois não queriam homens com barriga na empresa”, revela.

Luiz Motta dividiu por anos a função de bordo com a colega Moema Ribeiro, 60. Em terra firme e bem distante do glamour de outrora, a dupla agora junta forças para cobrar seus direitos. Ao tirar de dentro de uma caixa de papelão as centenas de fotos do glorioso e próspero tempo da aviação, a mulher se emociona.

Mesmo tendo cerca de R\$ 1 milhão a receber da antiga empregadora, Moema vive com dificuldade. Um câncer agressivo no pulmão, descoberto em 2016, a fez gastar seus últimos R\$ 16 mil. Desiludida com o mercado de trabalho e debilitada,



passou a se dedicar exclusivamente a cuidar da mãe, uma idosa de 89 anos que já não consegue mais andar sozinha.

“Tiraram de mim não só um emprego; tiraram uma paixão, meu orgulho.”

Moema Ribeiro, 60 anos, ex-comissária de bordo

DUAS DÉCADAS DE ANGÚSTIAS E LITÍGIOS NOS TRIBUNAIS

Em quase 20 anos de ações e recursos na Justiça, apenas os ex-empregados da Vasp, entre 2015 e 2016, conseguiram receber cerca de 15% dos valores aos quais têm direito. O pequeno alívio foi possível após o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Sindicato Nacional dos Aeronautas e o Sindicato dos Aeroviários no Estado de São Paulo ajuizarem uma Ação Civil Pública contra a companhia, seus administradores e empresas que formavam o grupo econômico Canhedo Azevedo.

Depois de um longo embate nos tribunais, a Fazenda Piratininga, localizada no norte de Goiás e à época pertencente à família do empresário Wagner Canhedo, foi arrematada, em lance único de R\$ 430 milhões, pela Conagro Participações Ltda. Além de ser dono da Vasp, Canhedo era proprietário da Viação Planalto (Viplan), que transportou passageiros em coletivos no Distrito Federal por quase quatro décadas. Em 2017, a Justiça do DF decretou a falência da Viplan.

No caso Vasp, Canhedo sofreu mais uma derrota após o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), em São Paulo, determinar a alienação de outras duas fazendas de sua propriedade: a Santa Luzia e a Rio Verde, ambas em Goiás. Na ocasião, em 2015, as posses rurais foram vendidas por R\$ 177 milhões.

No entanto, os pagamentos estão suspensos. Os administradores da massa falida da Vasp exigiram que os valores fossem destinados à antiga companhia aérea para posterior repasse aos trabalhadores. Massa falida é uma espécie de firma criada por determinação judicial com objetivo de localizar e gerenciar o restante de aeronaves, obras de arte, imóveis, sucatas e outros bens passíveis de serem negociados, a fim de liquidar o débito do grupo.

Segundo o advogado e especialista em direito aeronáutico Carlos Duque Estrada, que representa mais de 800 ex-funcionários das três gigantes de outrora, no caso da Vasp, há ainda a possibilidade de o governo de São Paulo se responsabilizar pelo restante da dívida da companhia. “O estado chegou a ter 40% das ações da Vasp e representação no conselho administrativo da empresa.



Portanto, é dever chamá-lo à responsabilidade e quitar [com sua participação] esse passivo”, defende.

A Justiça concordou com o argumento do defensor e colocou o governo paulista no polo passivo da ação, mas o Palácio dos Bandeirantes – sede do Executivo estadual – recorreu. O agravo tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ainda não foi analisado pela Corte.

Um longo caminho pela frente

Das três empresas, a situação da Varig, em teoria, é a mais bem encaminhada para um desfecho favorável aos ex-trabalhadores. Na prática, contudo, o descumprimento de decisões por parte do próprio Estado trava a liberação de um recurso bilionário que poderia aliviar a penúria dos antigos funcionários.

Em 2017, os demitidos da companhia venceram um imbróglio judicial ao cobrarem da União a reparação de prejuízos causados pela política econômica de congelamento de preços das passagens aéreas imposta pelo Plano Cruzado (1985–1992). A medida iniciou o processo de quebra da empresa.

Em agosto do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a União indenizasse o grupo em R\$ 3 bilhões. Com as correções aplicadas, os valores ultrapassam a cifra de R\$ 7 bilhões. Apesar de se tratar de decisão transitada em julgado – portanto, não mais passível de recurso –, esse dinheiro pode ficar retido com o próprio governo federal, que cobra da Varig uma dívida bilionária referente a impostos.

Além disso, o pagamento dos ex-funcionários pode atrasar ainda mais porque não está estabelecido quem receberá primeiro. O dinheiro deve ser usado para honrar passivos trabalhistas individuais e reforçar o caixa do Aerus – fundo de previdência privada criado para pagar os aposentados da Varig, mas que ficou sem recursos com a derrocada da empresa.

No entanto, ex-empregados que aderiram ao Aerus no passado, com a esperança de gozar de uma renda a mais na velhice, não sabem se serão contemplados. O advogado Carlos Duque Estrada também considera difícil o saldo ser suficiente para amparar os aposentados. Apesar da vitória na Justiça, o defensor



admite a improbabilidade de os ex-colaboradores verem a cor do dinheiro em menos de 5 anos.

“Mesmo com o acordo, o governo alega não ter dinheiro. É bem possível que essa dívida se transforme em precatório. Não vejo solução antes de 5 ou 7 anos.”

Carlos Duque Estrada, advogado, especialista em direito aeronáutico

DO AUGÉ AO DECLÍNIO

“Golpe clássico”

Para o vice-presidente da Associação de Pilotos da Varig (Apvar), Élnio Borges Malheiros, o processo todo de recuperação da Varig não passou de uma “fraude”. A empresa foi uma das primeiras a se beneficiar, em 2005, da Lei de Falências – como é popularmente chamada a Lei Federal nº 11.101/2005. Porém, além de não ter se recuperado financeiramente, a companhia acumulou uma dívida ainda maior: aumentou de R\$ 7 bilhões para R\$ 18 bilhões, um salto de 157%.

“Vendeu-se a empresa para recuperá-la, o que já é uma incoerência jurídica. A situação só piorou e não pagaram absolutamente nada aos trabalhadores. Foi um golpe clássico e descarado”, protesta Malheiros.

Autor da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Varig, o deputado estadual do Rio de Janeiro Paulo Ramos (PDT) denuncia ter havido uma trama na gestão da massa falida da empresa aérea.

“Ele mandou um parecer para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar [Previc] dizendo que o ideal seria enviar os recursos referentes à indenização direto para a massa falida. Foi parcial, prejudicando os aposentados. Isso não é aceitável”, acusa Paulo Ramos.

O “ele”, ao qual se refere o parlamentar da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), é Luís Gustavo da Cunha Barbosa, designado liquidante do Plano Aerus de Seguridade da Varig. De acordo com o deputado carioca, a forma como o processo foi conduzido praticamente excluiu os aposentados do rateio bilionário de recursos a serem pagos pela União. Até a última atualização deste texto, a reportagem não havia conseguido localizar Luís Gustavo.

Os ex-funcionários da companhia também reclamam da postura do atual administrador judicial da massa falida da Varig, o advogado Wagner Bragança. Eles o acusam de falta de transparência na gestão dos processos. O grupo reprova ainda



as últimas decisões do juiz Alexandre de Carvalho Mesquita, da 1ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

O magistrado chegou a negar o pedido de um ex-trabalhador que exigiu de Bragança a apresentação de notas fiscais, recibos e contratos de prestação de serviço. Por ser o gerenciador da massa falida, o escritório do advogado tem direito a receber 3% de todos os bens vendidos da empresa, cujos valores ficam retidos em conta judicial.

O Metrôpoles ligou e deixou recados no escritório de Bragança, mas não houve retorno dos contatados. A reportagem encaminhou ainda, por e-mail, os questionamentos ao juiz Alexandre de Carvalho Mesquita, todavia não obteve resposta também.

Na visão do presidente da Comissão de Direito Aeronáutico da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Goiás (OAB-GO), Georges Ferreira, o dilema envolvendo a destinação do ressarcimento da União pode ser dirimido com bom senso.

“Primeiro, estamos falando de um valor que causará impacto muito grande à União e, portanto, deve demorar para começar a ser pago. Segundo, é preciso ser razoável e aplicar a proporcionalidade para que aposentados, pensionistas e aqueles que moveram processos trabalhistas individuais sejam contemplados com alguma quantia”, opina Georges Ferreira.

Panair: a primeira grande falência da aviação brasileira

Bem antes da derrocada de Transbrasil, Vasp e Varig, uma gigante dos ares também sucumbiu. A Panair dominou o mercado da aviação comercial brasileira entre as décadas de 1940 e 1960: tinha a exclusividade de rotas para Europa, África e Oriente Médio, além de operar em vários países latino-americanos e em todo o Brasil.

Orgulho nacional, imortalizada na música Saudades dos aviões da Panair, de Milton Nascimento e Fernando Brant, a companhia teve sua licença de operação cassada pelo regime militar e, em seguida, foi liquidada judicialmente.

Com apenas uma canetada e sem apresentar qualquer motivo, em 1965, o então presidente da República, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, cessou os efeitos da concessão do que era a maior companhia aérea do país. A



Varig assumiu, imediatamente, as linhas para a Europa. As rotas domésticas ficaram com a Cruzeiro do Sul.

O ato presidencial deixou a Amazônia isolada, já que as aeronaves da Panair faziam a integração de 43 localidades da região e nenhuma companhia assumiu esses voos. Do dia para a noite, 5 mil pessoas ficaram desempregadas. Assim como os trabalhadores das três gigantes citadas nesta reportagem, os funcionários da Panair também enfrentaram dificuldades para obter seus direitos trabalhistas: muitos ainda brigavam na Justiça por indenização 50 anos após o desmonte da companhia.

As famílias controladoras da Panair travaram uma guerra judicial com a União durante 15 anos, tiveram ganho de causa, mas não receberam reparação financeira ou moral. A Comissão Nacional da Verdade concluiu, em 2014, que a empresa foi liquidada por motivos políticos, e não financeiros.

Imbróglio de milhões de dólares

A situação dos ex-funcionários da Transbrasil também parece estar longe de ser resolvida. Atualmente, os representantes dos demitidos tentam garantir na Justiça uma vitória que permita o sequestro de bens da família de Omar Fontana, fundador da companhia, morto em 2000.

Além disso, a massa falida da Transbrasil espera receber da General Electric Capital Corporation (GE) cerca de US\$ 20 milhões. A GE fazia manutenção de aeronaves e foi a autora do pedido de falência da empresa, sob argumento de impontualidade em uma nota promissória no valor de US\$ 2,6 milhões.

No entanto, em 2010, ministros da 3ª Turma do STJ entenderam que o protesto movido pela GE contra a Transbrasil correu de forma injustificável. Por meio de perícia feita na documentação apresentada à época, a Corte concluiu: a companhia já havia quitado a dívida de US\$ 20 milhões relativa a contratos de leasing de aeronaves e motores.

Existia, ainda, um pedido de indenização à Transbrasil no valor de R\$ 402 milhões, mas o STJ o indeferiu por depreender que, apesar do protesto indevido, a GE não agiu de má-fé. O Metrôpoles entrou em contato com o escritório de advocacia Manhães Moreira, representante da GE, mas os defensores alegaram não ter autorização para repassar informações sobre o processo.

Omissão do Estado



Na opinião de Marthius Sávio Lobato, professor de direito coletivo de trabalho da Universidade de Brasília (UnB), o Estado é o principal culpado pelo calvário judicial dos milhares de ex-empregados da Vasp, Varig e Transbrasil. Para o docente, os órgãos de controle falharam ao permitir que essas companhias chegassem ao fim sem tomar medidas para evitar o bilionário calote trabalhista.

“No decorrer da vida útil das empresas, as relações delas devem ser transparentes, e era notório que [as aéreas] deram vários sinais antes de quebrar. Se o Estado assistiu suas concessionárias se desmantelarem sem fazer absolutamente nada, ele deve, sim, responsabilizar-se solidariamente.”

Marthius Sávio Lobato, professor de direito coletivo de trabalho da UnB
Justiça sob pressão dos “Variguanos”

Michael Melo/Metrópoles

Enquanto o Poder Público não age para sanar as gigantescas dívidas trabalhistas e sociais das empresas que foram à bancarrota, os ex-empregados que ainda gozam de saúde tentam pressionar a Justiça para acelerar as decisões.

Todas as quartas-feiras, um grupo de ex-funcionários da Varig se reúne em frente ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) para protestar contra a letargia do Judiciário e pedir transparência nas operações financeiras feitas pelos gestores da massa falida da empresa.

“É algo absolutamente incompreensível e fora de propósito. Aplicaram um golpe numa empresa sólida que levava com orgulho a bandeira brasileira para qualquer lugar do mundo. Agora, o golpe é nos direitos dos trabalhadores. Parece que cometemos um crime por ter trabalhado na Varig.”

Roberto Bastos Rangel, 62 anos, ex-despachante operacional de voo

Mesmo atravessando em terra uma turbulência aparentemente longe do fim, a maioria dos trabalhadores mantém a confiança em dias melhores. André Andrade, 45 anos, é um deles. O também ex-comissário de bordo – com R\$ 125 mil a receber – passou a dormir de favor em um colchão inflável na casa de um amigo, em Copacabana (Zona Sul do Rio). As roupas ficam guardadas em uma mala que ele usava na época de serviço na companhia.

Para economizar no dia a dia, André optou por uma alimentação baseada em frutas e verduras, itens mais baratos. Nos piores tempos do desemprego, admite ter



passado fome. “Já fiquei sem dinheiro para comprar qualquer coisa. No auge da depressão e antes de vir morar com meu amigo e padrinho do meu filho, pedia dinheiro ao porteiro do meu prédio e bebia água da bica”, conta.

Apesar das agruras, não perde o bom humor. “Fico saudável e magro”, diverte-se. Confiante, André aposta que a vida está prestes a dar uma guinada. Seu menino de 9 anos, que mora com os avós em Porto Alegre (RS), vai se mudar para o Rio de Janeiro em dezembro. “Pelo meu filho, estou indo à luta”, diz o ex-comissário da Varig.

Em 2 de julho, alugou um carro e virou motorista de Uber. Na praia, em Copacabana, onde nasceu e foi criado, olha o mar e profetiza ao falar dele e dos amigos de aviação: “A vida é um ciclo. Agora, estamos girando na parte de baixo da roda, mas creio que ela vai girar de novo e vamos parar na parte de cima”.

DIRETORA-EXECUTIVA

Lilian Tahan

EDITORIA-EXECUTIVA

Priscilla Borges

EDITORIA-CHEFE

Maria Eugênia Moreira

COORDENAÇÃO

Olívia Meireles

EDIÇÃO

Ana Helena Paixão

REPORTAGEM

Saulo Araújo e Michael Melo

REVISÃO

Denise Costa

EDIÇÃO DE FOTOGRAFIA

Daniel Ferreira

FOTOGRAFIA

Michael Melo

EDIÇÃO DE ARTE

Gui Prímola



DESIGN

Gui Prímola, Moisés Dias

VÍDEO

Tauã Medeiros e Michael Melo

EDIÇÃO DE VÍDEO

Gabriel Pereira, Tauã Medeiros

TECNOLOGIA

Allan Rabelo, Saulo Marques e Jhonantans Rocha



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Prof. Gedeão Amorim, do MDB do Amazonas. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. PROF. GEDEÃO AMORIM (MDB-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde!

Decidido esse período das composições, das coligações para as chapas de Presidente, para as chapas de Governadores e suas coligações parlamentares, entramos numa nova fase. Sei que será um momento muito importante para o Brasil, e a Nação brasileira, depois de tanto sofrimento, depois de crise tão profunda, saberá expressar o seu voto de escolha para os principais dirigentes do País.

Nesta oportunidade — e sei que as circunstâncias não são muito oportunas — quero trazer uma demanda especial do meu Estado, sobretudo dos dirigentes da Federação das Associações de Desenvolvimento Distrital Emancipalista do Amazonas — FADDEAM, responsáveis pelo movimento de emancipação de determinados distritos, que há muito vêm nesta Casa correndo com o processo da Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2015. Até agora não conseguimos votá-lo.

Eu não posso deixar de fazer este registro, porque sei que é muito importante. Sei que há aspirações talvez não muito viáveis para todos que estão inscritos e pleiteando, mas é necessário que esta Casa dê resposta. É necessário que o Congresso Nacional, começando pela Câmara dos Deputados, faça o seu papel e delegue os poderes às Assembleias Estaduais. E que eles sigam os critérios que serão emanados daqui.

Na verdade, há muita gente falando que isso vai onerar o serviço público, etc. Se for sem critérios, onera. Contudo, se for criteriosamente bem organizado, nós teremos um grande crescimento pelo Brasil afora, principalmente no Amazonas,



onde, de um Município para outro, muitas vezes distam muitos quilômetros. As pessoas ficam isoladas naquele grande espaço amazônico!

Muito obrigado.

Peço a V.Exa. que registre o meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) – Que se dê publicidade, no programa *A Voz do Brasil*, do pronunciamento do Deputado Prof. Gedeão Amorim.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Flaviano Melo.

O SR. FLAVIANO MELO (MDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de registrar nesta Casa que no fim de semana, no Estado do Acre, na sua Capital, Rio Branco, a maior coligação de oposição fez a sua convenção, escolhendo como candidato a Governador o Senador Gladson Cameli, do Partido Progressista. Compondo a chapa majoritária pelo MDB, temos o ex-Deputado Márcio Bittar. A outra vaga para o Senado é do PSD, do Senador Sérgio Petecão. Quero dizer que mais dez partidos foram coligados, como o Solidariedade, o DEM, o PSL, o PTC, o PPS, o PTB, o PR e o PSD.

Sr. Presidente, segundo todas as pesquisas que já surgem no Estado, com essa candidatura, Gladson Cameli ganha a eleição em primeiro turno. Eu sei que não existe nada concluído, mas é um bom início de campanha.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Jose Stédile.

O SR. JOSE STÉDILE (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Deputado Pedro Uczai, é uma alegria retornar a esta Casa!

Quero dizer que, se há uma categoria no Brasil que merece todo o respeito de nós Parlamentares, do Governo, da população, essa é a categoria dos funcionários dos Correios. Os Correios estão paralisados em todo o Brasil, convocados pelas duas grandes federações nacionais. Faço este registro, portanto, de que há uma grande mobilização, em todos os Estados, dessa categoria que sofreu várias agressões do ponto de vista do desvio do dinheiro público, do dinheiro dos seus fundos de pensões. Trata-se de uma categoria que merece, acima de tudo, respeito a seu salário e à sua dignidade.

Por isso, registro o meu apoio à mobilização dos trabalhadores dos Correios e, em especial, o meu apoio ao companheiro Duarte, do Sul, que lá está mobilizado e trabalhando pela categoria.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Jorge Solla, do Partido dos Trabalhadores da Bahia, pelo tempo regimental de até 3 minutos.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Realmente, a Operação Lava-Jato a cada dia se desmoraliza mais. Está muito claro, patente para a população brasileira hoje que ela é nada mais, nada menos do que uma operação para afastar o Presidente Lula, preparar a retirada da Presidenta Dilma do poder e garantir que o Presidente Lula seja impedido de ser candidato.

Para uma desmoralização ainda maior, Presidente, saiu nos portais de notícias hoje que o ex-Presidente da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, reafirmou nesta segunda-feira, em depoimento ao Juiz Sergio Moro, que a empresa mantinha um funcionário responsável pelo pagamento de propina desde 1990.

Quero avisar ao nobre Juiz Sergio Moro que, no segundo semestre — para ser mais preciso, agosto — de 2015, nós entregamos à Polícia Federal e à CPI da PETROBRAS um pacote de recibos, comprovantes bancários, documentos comprovando a corrupção de mais de 400 agentes públicos, Deputada Benedita, que recebiam propina regularmente da Odebrecht. Entregamos livro de código, com o nome, o codinome, a obra de onde saía a propina, como esta era recebida. Está tudo lá!

O Almofadinha é Deputado aqui desta Casa, do PSDB da Bahia. Ele recebia dinheiro da Odebrecht, nos anos 1990, da Barragem de Pedra do Cavalo. A comprovação está aí para todo mundo ver — todo mundo sabe —, está no nosso



site, foi entregue à Polícia Federal, foi entregue à equipe da Operação Lava Jato, foi entregue à CPI da PETROBRAS.

Agora, sabe por que não há interesse? Porque, dos 400 agentes públicos que recebiam propina, inclusive o Almofadinha, nenhum é da Esquerda, nenhum é do PT, nenhum é de nenhum dos partidos que têm compromisso com a população brasileira. É por isso que vocês não apuraram, por mais que a gente cobrasse na CPI da PETROBRAS; é por isso que a Polícia Federal engavetou, como fazia no tempo do Fernando Henrique Cardoso. E agora se coloca nas notícias, como se tivessem descoberto a pólvora, que Marcelo Odebrecht disse que desde os anos 1990 havia corrupção na Odebrecht, havia propina.

Olhem, não adianta: o escândalo já está na rua, a ficha já caiu. Nós vamos, no dia 15 de agosto, registrar a candidatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E os canalhas golpistas, por mais que se mobilizem, não vão conseguir virar esse jogo. Vão ser massacrados nas urnas! As bancadas do DEM e do PSDB e seus puxadinhos vão minguar nesta Casa. A partir do ano que vem, vai-se poder contar nos dedos os que vão sobreviver. O voto popular não quer saber de quem destrói direitos dos trabalhadores, de quem destrói o patrimônio público.

Nós vamos eleger novamente o Presidente Lula. E vamos ter uma bancada para destruir...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Jorge Solla.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Vitor Valim, por 1 minuto.

O SR. VITOR VALIM (Bloco/PROS-CE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Hoje, dia 7 de agosto do ano de 2018, a gente vê que, por um lado, o Congresso — tanto a Câmara como o Senado — erra ao não apreciar com mais brevidade projetos relativos à defesa da vida. Mas a gente vê também, lamentavelmente, o Supremo Tribunal Federal querer usurpar prerrogativas nossas, de Parlamentares, e querer legislar.

Hoje, após uma série de audiências públicas, a Ministra ainda não deu o seu parecer. Espero que ele seja em favor da vida.

Mas é muito engraçado: todos aqueles que se dizem aqui defensores dos direitos humanos estão mais interessados em defender direitos de menores de idade quando estes são bandidos, aumentando a ocupação carcerária no Estado do Ceará, e não se interessam em defender essas crianças inocentes, que não cometeram crime algum.

Não ao aborto! Não ao assassinato!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Bacelar.

O SR. BACELAR (Bloco/PODE-BA. Sem revisão do orador.) - Deputado Pedro Uczai, que preside esta sessão, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil lidera o *ranking* mundial de violência contra professores.

Hoje, infelizmente, a Prefeitura Municipal de Salvador deu a sua contribuição para que o Brasil continue liderando esse triste *ranking*. A Guarda Municipal da Prefeitura de Salvador, numa ação covarde, violenta, arbitrária, autoritária, investiu contra professores que, de forma democrática e pacífica, exerciam o seu direito constitucional de greve. Usou gás lacrimogênio, *spray* de pimenta, balas de borracha, apontou armas para a cabeça de uma importante líder sindical, tudo isso na porta da Secretaria de Educação.

Quero aqui, Sr. Presidente, expressar a minha solidariedade às vítimas dessa violência inadmissível.

O que pedem os professores da cidade de Salvador? Eles pedem um reajuste de 6%, já que há vários anos a Prefeitura não reajusta os salários deles. Eles também pedem à Prefeitura que volte a fazer eleição direta para a escolha dos diretores de unidades escolares, abandonando a deplorável política de indicação partidária para a direção dessas unidades.

Pois bem, essas reivindicações justas, pacíficas, democráticas foram violentamente reprimidas por uma Guarda Municipal que é famosa em Salvador pelo seu descontrole, pela sua violência e pelo seu despreparo.

Os professores não precisam da polícia. Os professores precisam de valorização. Não queremos que a Prefeitura de Salvador diga que professor é um



herói, que professor é uma profissão digna de todos os elogios. O que nós queremos é que a Prefeitura respeite os profissionais da educação da cidade de Salvador e dê a esses dignos profissionais o salário que merecem. Não queremos o discurso vazio. Queremos que o Prefeito assuma as negociações, já que sua equipe tem se mostrado incompetente para encontrar uma solução para esse grave problema que prejudica a educação do filho do trabalhador em Salvador.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus amigos, hoje pela manhã os professores da rede de ensino de Salvador foram vítimas de uma ação covarde da Guarda Municipal, que reproduziu imagens dos tempos da ditadura. Eles agrediram os professores apontando armas e usando *spray* de pimenta e gás lacrimogênico.

Quero me solidarizar com a categoria e repudiar esse ato de violência inadmissível em uma democracia. A Prefeitura, numa demonstração de que não tem capacidade de dialogar com a categoria em greve, preferiu o uso da truculência. Os profissionais estavam na porta da Secretaria da Educação, na Avenida Garibaldi, exercendo o legítimo direito de manifestação por melhores salários, de forma pacífica, e acabaram sofrendo agressões intoleráveis.

A população de Salvador precisa estar atenta a esse tipo de comportamento hostil da Guarda Municipal, que fere os direitos humanos e mancha a imagem da nossa cidade.

Vamos, juntos, continuar lutando pela valorização dos professores e pelo respeito aos princípios democráticos.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Enquanto o Deputado Angelim se dirige à tribuna, concedo a palavra ao nobre Deputado Esperidião Amin, para que faça o registro da presença de lideranças catarinenses.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) - Com a compreensão de V.Exa. e do nosso orador inscrito, eu gostaria de tomar a liberdade de fazer o registro da presença aqui do nosso Vereador Alexandre Xepa, de Itapema, e do seu assessor, filho de um grande amigo meu, meu compadre Santino Ludovino Voltolini, o Raphael Voltolini.

Agradeço a oportunidade que me deram.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - O próximo orador é o nosso amigo do Acre, Deputado Angelim, do Partido dos Trabalhadores, pelo tempo regimental.

O SR. ANGELIM (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal *Valor Econômico* divulgou hoje que o Presidente da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos anunciou o fechamento, até dezembro, de 41 agências dos Correios em todo o Brasil.

Ora, Sr. Presidente, isso certamente vai fazer com que sejam penalizados os Estados menos desenvolvidos e os Municípios menores e mais distantes dos centros mais desenvolvidos do País, nos quais, muitas vezes, a agência dos Correios é o único posto bancário existente. Por isso não tenho dúvida de que os Municípios menores serão os mais penalizados. Além disso, haverá a demissão de centenas e centenas de servidores.

Faço aqui um apelo ao Governo e à bancada de apoio ao Governo para que revejam essa decisão, que será nefasta para o País, principalmente para os trabalhadores.

Sr. Presidente, hoje nós temos muito pouco a comemorar pelos 12 anos da Lei Maria da Penha. Crescem em todo o Brasil denúncias de violência contra a mulher, infelizmente. Essa lei foi sancionada em 7 de agosto de 2006, foi reforçada em 2015 pela Lei do Feminicídio e representou avanços no combate à violência doméstica e de gênero. São incontestáveis os avanços conseguidos. No entanto, em 2017, tivemos 4.157 casos de violência contra mulheres, numa média diária de 11,3 casos.

Em 2018, de janeiro a junho, ou seja, nos 6 primeiros meses do ano, Sr. Presidente, os dados apontam para uma redução da violência e para uma maior



disposição das vítimas em denunciar. Apesar disso, o processo de conscientização de mulheres que são vítimas de agressões ainda é uma tarefa desafiadora. Muitas não denunciam; quando denunciam, delegacias e órgãos especializados, bem como os próprios Conselhos, não tomam as devidas providências e não fazem os encaminhamentos necessários.

No Acre, em Rio Branco, a nossa capital, em média quatro mulheres sofrem violência doméstica por dia. Considerando os últimos 6 meses de 2018, vemos números menores do que os de 2017, mas não menos preocupantes.

Faço aqui um apelo às instituições e à sociedade para que nos unamos, a fim de darmos um basta à violência de qualquer tipo, mas principalmente a violência contra as mulheres, que merecem todo o nosso respeito e consideração, além de um basta à violência generalizada, que é fruto do ódio, da intolerância e do alto índice de desemprego em nosso, o que faz com que algumas pessoas busquem caminhos mais “fáceis” — entre aspas —, como a droga, a marginalidade, a violência e o homicídio.

É hora de o Governo Federal, os Governos dos Estados e as Prefeituras tomarem suas providências, para que o País possa viver em paz e para que haja harmonia entre os povos.

Sr. Presidente, eu queria que o meu pronunciamento fosse divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O Sr. Pedro Uczai, 3º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.



*Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do
Regimento Interno.*



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Tem a palavra o Deputado Pedro Uczai, por 3 minutos.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, neste momento histórico que nós estamos vivendo neste País, em que se coloca um projeto político em disputa com outro projeto político, é importante que a sociedade brasileira perceba as profundas diferenças. E o povo brasileiro está percebendo.

Deputado Zé Geraldo, futuro Senador da República, em qualquer pesquisa, responde-se a duas perguntas.

A primeira é: durante o Governo do Presidente Lula, houve melhora na vida do povo brasileiro — dos agricultores, dos trabalhadores, dos micro e pequenos empresários —, na educação, na saúde? Houve crescimento e desenvolvimento econômico no País, que se transformou na sexta economia mundial. O povo reconhece: quando o Presidente Lula governou este País, a vida do povo brasileiro melhorou. Por isso temos o Presidente Lula como nosso candidato a Presidente do País.

A segunda pergunta feita ao povo brasileiro é: nesses últimos 2 anos, com o golpe contra a democracia, por meio do qual tiraram uma Presidente legitimamente eleita e colocaram uma quadrilha de corruptos no Palácio do Planalto, com uma política econômica suicida, com políticas sociais de congelamento durante 20 anos do orçamento para saúde, educação, segurança, assistência social, a vida do povo brasileiro melhorou ou piorou? Mais de 70% do povo brasileiro dizem que, com este Governo golpista, a vida do povo brasileiro piorou: piorou com o desemprego; piorou com a volta da fome para 5 milhões brasileiros; piorou com o subtrabalho; piorou



com a precarização trazida pela reforma trabalhista ao mundo do trabalho; piorou com a redução de investimentos na saúde e na educação.

Por isso, o povo brasileiro quer Lula de volta, quer Lula governando este País, tendo como seu Vice-Presidente um grande intelectual, um grande educador, o ex-Ministro da Educação e ex-Prefeito da cidade de São Paulo Fernando Haddad, que tem preparo, competência, ética, honestidade, decência.

Santa Catarina, depois de 50 anos, teve construída a segunda Universidade Federal com Lula e Fernando Haddad. Dezenas de institutos federais foram instalados no interior de Santa Catarina e de outros Estados do Brasil. Temos gratidão a Lula, gratidão a Fernando Haddad. Foram construídos dezenas de *campi* de universidades federais, como a nossa nova Universidade Federal da Fronteira Sul, e mais cinco *campi*, como também a Universidade Federal de Santa Catarina, com *campi* em Joinville, Blumenau, Araranguá e Curitibanos. Inclusive, recentemente coordenei a luta, com muita mobilização, pela implantação do curso de Medicina no Município de Araranguá. No próximo ano, teremos cursos de Medicina em Curitibanos e Chapecó.

Por isso, neste momento, o povo brasileiro já escolheu: Lula para Presidente e Fernando Haddad para Vice-Presidente.

Solicito que se dê publicidade a este pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Sua solicitação será atendida.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edio Lopes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PR.

O SR. EDIO LOPES (PR-RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, voltamos uma vez mais à tribuna desta Casa para chamar a atenção deste Poder e, de forma muito especial, do Governo Federal, na pessoa do Presidente Michel Temer, para a tragédia que se abateu sobre Roraima com a migração desordenada de venezuelanos para o nosso Estado.

Longe de nós, Sr. Presidente, termos aqui qualquer preconceito com os estrangeiros, ainda mais com os venezuelanos, que convivem com o meu Estado há séculos. Mas a atual situação tem sombras de tragédia para Roraima.

O Governo Federal, a quem compete exclusivamente decidir sobre a questão de imigração e de fronteiras, não tem feito a lição de casa por completo, Sr. Presidente. É bem verdade que o Governo destinou recursos para a construção de abrigos para acolher homens, mulheres e crianças que estavam ao relento nas praças e nas ruas das nossas cidades, sobretudo na Capital. Porém, esqueceu-se o Governo Federal de que tinha obrigações muito mais extensas do que essa. Esqueceu-se disso o Sr. Presidente da República, Michel Temer, que esteve no meu Estado num debate com todos os segmentos envolvidos nessa questão. Parece que saiu do meu Estado com ouvidos de mouco, porque não prestou atenção à questão relativa às incumbências do Estado de Roraima e dos nossos Municípios.

Sr. Presidente, hoje nós temos sabe-se lá quantos milhares de venezuelanos no nosso Estado, porque nem mesmo as autoridades da fronteira, a quem compete o controle, sabem informar com precisão quantos milhares de venezuelanos já adentraram o nosso Estado.



Os nossos hospitais viraram depósitos de pessoas. É impossível a estrutura de um pequeno Estado, como Roraima, suportar a avalanche de demandas que hoje sobrecarregam o setor de saúde do meu Estado. As doenças venéreas se alastram de forma assustadora, sobretudo no meio dos nossos jovens. As doenças, como o sarampo, campeiam por todo o Estado de Roraima, trazidas por aqueles flagelados que, tocados pelo desgoverno da Venezuela, buscaram abrigo, ainda que de forma precária, no nosso Estado.

Ficam a Prefeitura da Capital e o Governo de Roraima recebendo toda essa demanda incompatível com a estrutura do Estado, quer seja na área da educação, quer seja na área da segurança pública, quer seja na área da saúde. O Governo Central, o Governo do Presidente Michel Temer, faz de conta que o problema também não é do Governo Federal, porque, aos governos do Estado e dos Municípios roraimenses, muito pouco ou quase nada tem destinado para que possam enfrentar esse clima de tragédia que assola Roraima já há mais de 1 ano.

Sr. Presidente, é preciso dizer que a criminalidade explodiu no meu Estado. É impossível o pequeno aparelho de segurança de Roraima fazer frente à explosão de crimes de toda ordem que vêm sendo praticados nas ruas da nossa Capital, às vezes até pelo flagelo, pela necessidade, pelo desespero de quem os cometem.

É preciso dizer que o Presidente Michel Temer foi, por diversas vezes, procurado pela Governadora Suely Campos. Ela esteve em várias ocasiões no Palácio do Planalto, mas, com exceção do sorriso simpático que é característico do Presidente Michel, nada mais se ofereceu para ajudar o frágil Governo de Roraima a enfrentar essa tragédia que assola o meu Estado.



É preciso, Sr. Presidente, que o Governo Federal — isto é competência exclusiva dele — se mexa, faça para Roraima muito mais do que construir abrigos para que os venezuelanos possam pernoitar e se alimentar. É preciso ver a questão da saúde, é preciso ver a questão da educação. Milhares e milhares de crianças chegam todos os dias a Roraima, sem saber se vão encontrar uma sala de aula, abarrotando a infraestrutura já fragilizada de educação e saúde do nosso Estado.

A Governadora Suely e a Prefeita da Capital do Estado, Teresa Surita pedem socorro ao Governo Federal. Não é possível que o Presidente Michel Temer continue insensível, impassível, omissa em relação à realidade trágica que vive o meu Estado neste momento.

Portanto, Sr. Presidente, aqui não nos calaremos até que o Governo Federal assuma as suas responsabilidades para com os milhares e milhares de venezuelanos que lá chegam e, ainda mais, com os quase 500 mil habitantes de Roraima, que hoje já não têm mais segurança para andar nas ruas. Já não há mais bancos de escolas em número suficiente para as nossas crianças. Os nossos doentes já estão deitados nos corredores dos hospitais, porque o nosso sistema está abarrotado pela demanda dos migrantes venezuelanos.

E o nosso Governo Central continua fazendo ouvido de mercador, continua omissa — irresponsavelmente omissa! — em relação ao meu querido Estado de Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Vou conceder a palavra ao Deputado Marcon. Enquanto S. Exa. se desloca até a tribuna, concedo a palavra ao Deputado João Daniel, por 1 minuto.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria que fosse registrado nos Anais da Casa e divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*, em nome de toda a militância do Partido dos Trabalhadores, a carta do Presidente Lula, lida no Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, no dia 4 de agosto, último sábado.

Esse foi o primeiro encontro, na história do Partido dos Trabalhadores, do qual o Presidente Lula foi impedido de participar.

O Presidente Lula lidera todas as pesquisas. Ele é um preso político. O STF, o STJ, o TSE e esta Casa têm obrigação de discutir a libertação do Presidente Lula, o direito de o Presidente Lula ser candidato. E a Justiça tem que ser justa, técnica e verdadeira.

Parabenizo a militância do PT e dos aliados, que não baixam a cabeça, em defesa de Lula livre, Lula inocente, Lula Presidente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Deferido o pedido de V.Exa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar nos Anais desta Casa e pedir a divulgação no programa *A Voz do Brasil* da carta do Presidente Lula, lida no Encontro Nacional do Partido dos trabalhadores, realizado no sábado, dia 4 de agosto, que definiu a chapa Lula e Haddad para concorrer à eleição de 2018.



O Presidente Lula é um preso político. O desenrolar dessa situação é crucial para a definição do nosso futuro. A proposta deles, já sabemos, é a entrega de nossas riquezas e o massacre dos pobres.

Eis o teor da carta:

Companheiras e companheiros,

Esta é a primeira vez em 38 anos que não participo pessoalmente de um encontro nacional do nosso partido. Mas sei que estou presente por meio de cada um de vocês, cada dirigente, delegado e militante do PT.

Ao longo desses 38 anos nós construímos a mais importante força política que este país já conheceu. Porque nascemos das bases, da classe trabalhadora da cidade e do campo, lutando pela democracia e pela justiça. E nunca, nunca mesmo, nos afastamos do povo.

Chegamos ao governo pelo voto, depois de um longo aprendizado, para transformar o Brasil. E transformamos. Vencemos a miséria e a fome. Levamos água para quem sofria com a seca e luz elétrica para quem vivia nas trevas. Levamos as crianças para a escola e os jovens — negros, pobres e indígenas — para a universidade.

São coisas que parecem simples em qualquer país civilizado, mas que representaram uma enorme diferença para nossa gente sofrida. E isso só foi possível porque



sempre colocamos os trabalhadores e os mais pobres no centro das atenções do governo.

Criamos um dos maiores e melhores programas de transferência de renda do mundo, o Bolsa Família. Aumentamos o valor real do salário mínimo. Levamos crédito para os trabalhadores, os aposentados e para a agricultura familiar. Criamos 20 milhões de empregos.

Nos muitos governos anteriores ao nosso, a imensa maioria da população era tratada como se fosse um problema. Nós tratamos a nossa gente como solução, e por isso o Brasil mudou. Provamos que é possível fazer diferente e melhor do que sempre fizeram antes.

Hoje o nosso povo está sofrendo. A fome voltou a rondar os lares e muitos nem têm mais um lar: estão vivendo nas ruas, tornaram-se mendigos junto com os filhos. Milhões de trabalhadores desistiram de procurar emprego, porque não há. Milhões foram excluídos do Bolsa Família. As universidades e os hospitais vivem sua maior crise.

Hoje o nosso país está sendo vendido. Nossa Petrobrás, nosso pré-sal, a Eletrobrás, os bancos públicos; todos na fila para serem entregues a preço de banana aos grandes grupos estrangeiros, como já fizeram



com a Embraer. Nossa política externa voltou a ser ditada pelo Departamento de Estado norte-americano.

Hoje a nossa democracia está ameaçada. Há dois anos deram um golpe parlamentar para destituir a presidenta Dilma Rousseff, rasgando a Constituição. Agora querem fazer uma eleição presidencial de cartas marcadas, excluindo o nome que está à frente na preferência popular em todas as pesquisas.

Já derrubaram uma presidenta eleita; agora querem vetar o direito do povo escolher livremente o próximo presidente. Querem inventar uma democracia sem povo.

Este encontro nacional do PT talvez seja um dos mais importantes em toda a história do nosso partido. É enorme a responsabilidade que temos pela frente. A decisão de hoje vai nos conduzir a uma luta sem tréguas pela democracia, pelo povo brasileiro e pelo Brasil. E a vitória dependerá do empenho de cada um de nós.

Gostaria de estar aí para abraçar cada companheira e companheiro. Para agradecer por toda a solidariedade e principalmente por manterem aceso o espírito do PT, mesmo nas circunstâncias mais difíceis. De onde me encontro, estou sempre renovando minha fé



de que o dia do nosso reencontro virá, pela vontade do povo brasileiro.

Viva o Brasil!

Viva o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras!

Um abraço do Lula

Por Luiz Inácio Lula da Silva



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Cunha Lima, por 3 minutos.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é bom ver que o Brasil acordou. É fácil perceber que uma nova mentalidade está tomando conta do nosso País. Insistimos em alguns erros, porque, apesar disso, falta acordarmos também. Mas nenhum cidadão brasileiro, em sã consciência, permite calado que alguns privilégios, algumas regalias, continuem existindo em nossa Nação, como, por exemplo, o de qualquer autoridade, seja um juiz, seja um Deputado, seja um Senador, caso possua imóvel próprio, receber auxílio-moradia.

A consciência do País não comporta mais aquilo que vi no jornal hoje: o debate por aumento de salário dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, que causa um impacto orçamentário de mais de 3 bilhões de reais. Enquanto isso uma bolsa de doutorado tem um custo de 2.200 reais, 2.500 reais; uma bolsa de mestrado, 1.200 reais; e há uma ameaça de corte dessa ajuda de custo por falta de 300 milhões de reais.

Isso está fazendo com que o Brasil fique travado. A falta de compreensão por parte desta Casa de que não dá mais para ser assim, de que existe um novo olhar da nossa Nação sobre as coisas, está fazendo com que o nosso País deixe de fluir. No Brasil, as coisas não andam. Nós não conseguimos formar uma unidade na nossa Nação. Somos incapazes de, por exemplo, com um gesto, uma canetada, acabar com o *Jornal da Câmara*. Isso muda a vida de quem? Imaginem se acabássemos com o Departamento Médico da Câmara dos Deputados para instalarmos um departamento médico numa comunidade. Será que lá não é mais



necessário? Será que não seria mais justo reduzir o nosso orçamento, termos menos custo, em prol de mais Brasil?

Eu vibro muito com o grau de exigência das pessoas, com o grau de revolta, porque é muito revoltante o que está acontecendo. Metade do nosso País não tem saneamento básico.

Celebro a reta final de um ciclo, que está muito perto de acabar. Tenho certeza de que muito brevemente — eu carrego a frustração de não ter sido nesta legislatura — eu vou abrir um jornal e ver que a Câmara dos Deputados anuncia uma redução de 20%, de 30% do seu custo. E sabemos que essa redução não vai mudar o funcionamento disso aqui.

Isso serve para o Judiciário, para todos os órgãos que estão sendo chacoalhados.

Espero que esse despertar de País conduza nossa Nação, que o cidadão não deixe de pressionar e de se revoltar com o momento que o Brasil vive e com aquilo que podemos viver.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Com a palavra o Deputado João Carlos Bacelar, por 1 minuto.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PR-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste período de recesso do Parlamento, todos nós Deputados Federais e Senadores ficamos nos nossos Estados percorrendo nossas bases, nossos Municípios, visitando os nossos amigos e eleitores.

Eu não poderia fazer diferente. Visitei quase 30 Municípios ao longo de 20 dias de recesso da Câmara. Em meio a esses Municípios que visitei, deparei com diversas realidades no Brasil. Uma delas, que precisa ser debatida pelo Congresso Nacional e pelo Executivo e resolvida, é a renegociação dos débitos agrícolas do País.

O agricultor da Região Nordeste clama por essa renegociação.

Precisamos dar o rebate necessário para quem perdeu sua safra, para quem perdeu sua lavoura e para quem teve seu gado dizimado pela seca.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Com a palavra o Deputado Marcon, por 3 minutos.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste final de semana, o PT fez seus encontros nos Estados.

Em âmbito nacional é assim: *“Lula livre, Lula inocente, Lula nosso Presidente!”*

A nossa candidata à Presidente da República é a companheira Manuela D'Ávila, campeã de votos na Câmara dos Deputados em 2010. Manuela vai, juntamente com Lula, defender as mulheres, defender a educação, defender a geração de emprego para o nosso jovem brasileiro — em torno de 15 milhões estão desempregados no nosso País.

O incrível é que a Justiça não percebe que Lula ganha as eleições no primeiro turno. Lula é a referência do povo brasileiro, só não é para a Justiça, porque essa Justiça brasileira tem lado: o lado dos ricos, o lado dos grandes, o lado dos americanos, o lado daqueles que querem sufocar o povo brasileiro.

Eu conheço a companheira Manuela. Ela estará no Palácio do Planalto, junto com Lula, para dar ao povo brasileiro do campo e da cidade a dignidade que ele não tem faz 2 anos.

No Rio Grande do Sul, o nosso candidato ao Governo é o companheiro Miguel Rossetto. Ele foi Secretário-Geral da CUT, Deputado Federal, Vice-Governador de Olívio Dutra, Ministro de Lula e Dilma, um companheiro que está preparado para assumir o Estado, para pagar o salário em dia, para gerar emprego



no Estado do Rio Grande do Sul e atuar na segurança pública, na saúde e na educação.

Junto com ele, está a nossa querida Profa. Ana Affonso, que também completa a nossa chapa no Estado do Rio Grande do Sul. A companheira Ana vai defender as mulheres, as minorias, a geração de emprego e o acesso dos jovens às universidades.

O nosso companheiro Paim e a nossa companheira Abigail são os nossos dois companheiros que vão estar na vaga para o Senado. Tenho certeza de que o companheiro Paim volta ao Senado pelo seu trabalho autêntico, de mãos limpas. Da mesma forma será com a companheira Abigail, que é uma grande lutadora, uma mulher guerreira.

Queria que fossem divulgados no programa *A Voz do Brasil* os meus dois discursos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Defiro seu pedido. Que se dê publicidade aos discursos do Deputado Marcon.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e demais servidores desta Casa, a esquerda se une pelo bem da democracia.

Neste último domingo, o ex-Prefeito de São Paulo, o companheiro Fernando Haddad, foi oficializado como Vice-Presidente da chapa liderada pelo nosso Presidente Lula. Na chapa, podemos contar também com o apoio do PCdoB, no nome da combativa e guerreira Manuela D'Ávila.

Mesmo condenado sem provas, o Presidente Lula avança nas pesquisas. O Brasil caminha para novamente eleger um Governo legítimo e de esquerda, como



foram os Governos Lula e Dilma. Com seus projetos populares, Lula e Dilma mostraram como gerar emprego e distribuir renda, diminuindo a desigualdade social no País, diferentemente do que fez o Governo golpista e ilegítimo de Temer, que colocou o Brasil numa imensa crise, aumentando o desemprego, a fome e a miséria e que, ainda por cima, propôs e aprovou uma nefasta reforma trabalhista.

O apoio ao Presidente Lula mostra o quanto o povo brasileiro está cansado de ser governado por uma elite mesquinha, que não se conforma com o crescente acesso aos direitos pelos pobres, que retira os direitos dos pobres, que corta recursos da educação e da saúde. Quem paga a conta disso tudo é o povo brasileiro, que agora luta contra a exclusão social e para ter sua liberdade de volta.

Em apoio ao Presidente Lula: #Lula #Haddad #Manuela #OBrasilfelizdenovo.

Durante o discurso do Sr. Marcon, o Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Uczai, 3º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - O próximo orador inscrito é o Deputado Fábio Trad, do PSD de Minas Gerais.

Depois, terão a palavra os Deputados Pompeo de Mattos, Rocha e Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Só um minutinho, Sr. Presidente.

Quero alertar, mais uma vez, os eleitores e eleitoras do Pará. A tarifa de energia elétrica do Estado subirá mais 11%, mas nenhum pré-candidato a Deputado Federal ou a Senador tem coragem de falar sobre isso.

Serão 11% a mais sobre a tarifa de energia mais cara do mundo, que é a do Pará. A tarifa vai subir mais 11%, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Agora sim, Deputado Fábio Trad, V.Exa. tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. FÁBIO TRAD - Sr. Presidente, faço apenas uma retificação. V.Exa. falou Minas Gerais, mas sou de Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Está certo.

Com a palavra o Deputado Fábio Trad, do PSD do Mato Grosso do Sul. Já havia me referido a V.Exa., pois V.Exa. fez uma justa homenagem a uma jurista do Mato Grosso do Sul, que também subsidiou a construção dessa lei brilhante e extraordinária que é a Lei Maria da Penha.

Agora sim, pelo tempo regimental.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são 12 anos da edição da Lei 11.340, de 2006, nacionalmente chamada Lei Maria da Penha.

Quero publicamente reconhecer os avanços na consolidação de um sistema tutelar dos direitos das mulheres, com aprimoramentos dos sistemas de justiça, segurança pública, saúde e assistência social.

A Lei Maria da Penha foi capaz de tirar da invisibilidade o nefasto fenômeno sociocultural da violência de gênero, fundado na desigualdade das relações de poder entre homens e mulheres, oriunda de arraigado patriarcado e persistente machismo.

A Lei Maria da Penha deixou clara a responsabilidade do Estado e da sociedade em relação às violações dos direitos humanos das mulheres, afastando a perspectiva de que se trata de questão privada. Não! Não é!



Foram grandes questões, foram grandes êxitos, foram grandes conquistas nesses 12 anos. Todavia, ainda é pouco. É preciso fazer mais. As estatísticas nacionais e mundiais indicam claramente que a própria casa é o local menos seguro para meninas e mulheres. Assim, o local que deveria ser de paz, acolhida, serenidade e apoio mútuo é aquele em que elas estão mais expostas à violência praticada por entes familiares e, sobretudo, por parceiros íntimos — namorados, companheiros, maridos.

Todos os dias ouvimos estarecidos notícias de feminicídios bárbaros que poderiam, talvez, ter sido evitados se fôssemos capazes da genuína solidariedade, se tivéssemos melhor estrutura dos órgãos de prevenção e repressão e maiores investimentos na educação para as relações de gênero.

Neste dia, portanto, registro meu pesar pelas mulheres cujas vidas se perderam pela incapacidade de muitos homens de lidar com as próprias frustrações. E, sobretudo, conclamo os homens à reflexão quanto ao nosso modelo social de masculinidade possessiva e de virilidade afirmada na agressividade covarde.

Que o nosso pronunciamento seja repercutido no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente Pedro Uczai.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Fábio Trad. Daremos publicidade ao seu brilhante pronunciamento, que reconhece a importância da Lei Maria da Penha, que completa hoje 12 anos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia em que se completam 12 anos de edição da Lei 11.340/2006, nacionalmente chamada Lei Maria da Penha, quero publicamente reconhecer os avanços brasileiros na consolidação de um sistema de



proteção aos direitos das mulheres, com aprimoramentos dos sistemas de justiça, segurança pública, saúde e assistência social.

A Lei Maria da Penha foi capaz de tirar da invisibilidade o nefasto fenômeno sociocultural da violência de gênero, fundado na desigualdade das relações de poder entre homens e mulheres, esta oriunda de arraigado patriarcado e persistente machismo.

A Lei Maria da Penha deixou clara a responsabilidade do Estado e da sociedade em relação às violações dos direitos humanos das mulheres, afastando a perspectiva de que se trata de questão privada, em relação à qual a interferência externa é incabível.

Foram grandes êxitos nesses 12 anos: a implementação de serviços especializados, com profissionais capacitados, em varas, promotorias, defensorias, delegacias, Casas da Mulher Brasileira, dentre outros; a abertura do debate no âmbito jurídico que se aprimorou em jurisprudência sólida e protetiva nas Cortes Superiores; a crescente mudança de mentalidade a partir da construção da cultura da igualdade material.

Todavia, ainda é pouco. É preciso fazer mais. As estatísticas nacionais e mundiais indicam claramente que a própria casa é o local menos seguro para meninas e mulheres. Assim, o local que deveria ser de paz, acolhida, serenidade e apoio mútuo é aquele em que elas estão mais expostas à violência praticada por entes familiares e, sobretudo, por parceiros íntimos — namorados, companheiros, maridos.

Todos os dias ouvimos estarrecidos notícias de feminicídios bárbaros que poderiam, talvez, ter sido evitados se fôssemos capazes da genuína solidariedade,



se tivéssemos melhor estrutura dos órgãos de prevenção e repressão e maiores investimentos na educação para as relações de gênero.

Neste dia quero registrar meu pesar pelas mulheres cujas vidas se perderam pela incapacidade de muitos homens de lidar com as próprias frustrações. E, sobretudo, quero conclamar os homens à reflexão quanto ao nosso modelo social de masculinidade possessiva e de virilidade afirmada na agressividade.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no domingo próximo passado, na convenção do Partido dos Trabalhadores em Belém, eu disse que nesta campanha eleitoral nós vamos discutir com povo brasileiro a independência do Brasil e que, lá no Estado do Pará, nós vamos discutir exatamente a exploração ao povo do Pará com a Lei Kandir, criada no tempo do Fernando Henrique e que impera até hoje, que faz com que o Pará, que tem 85% da sua economia baseada no minério — 50% só no minério de ferro —, não pague 1 real de ICMS, imposto de circulação de mercadorias, ao Estado.

Com isso, o povo do Pará não tem infraestrutura. O Governador do Pará não paga o piso nacional para os professores do magistério. Apenas 10% das mulheres jovens têm acesso ao mamógrafo, para fazer um exame preventivo de câncer de mama.

Eu disse também: *“Se vocês do Brasil e do Pará querem energia elétrica mais barata, se vocês querem petróleo mais barato, se vocês querem gás de cozinha mais barato, só há uma saída: Lula voltar a governar o Brasil”*.

Eu disse isso antes de ontem. Agora, há o anúncio de que a energia elétrica vai subir 11% para o povo do Pará. Peço atenção aos mais de 2 milhões de pessoas que receberam energia no interior do Pará, através do programa Luz Para Todos, criado pelo Presidente Lula: agora, vão pagar 11% a mais. Esta já é a energia mais cara do mundo. Os políticos ligados aos partidos golpistas, que agora se unem num bloco ao Henrique Meirelles, do Temer, estão brigando uns com os outros, estão se



xingando — é um corrupto xingando o outro corrupto lá no Pará —, mas sobre esse assunto eles não falam.

Agora, eles vão falar com os pescadores, mas querem acabar com aposentadoria dos pescadores. Eles vão lá pedir o voto dos trabalhadores rurais, mas querem acabar com a aposentadoria dos trabalhadores rurais.

Esta é uma eleição perigosa! Eu peço ao Ministério Público Eleitoral: pelo amor de Deus, fiscalize, desde já, as campanhas milionárias que estão fazendo nos Estados do Brasil!

Peço que o programa *A Voz do Brasil* divulgue a minha fala, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Antes de passar a palavra à próxima oradora inscrita, a Deputada Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, passo a palavra ao Deputado Cabuçu Borges, que fará um pequeno registro.

O SR. CABUÇU BORGES (MDB-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje a Lei Maria da Penha completa 12 anos de existência.

O Brasil precisa evoluir muito! Apesar de haver uma legislação como a Lei Maria da Penha, infelizmente ainda temos relatos de situações em que o homem apela para a força física e atropela quem merece carinho e respeito, que são as nossas mulheres.

A mulher é símbolo de força, da verdadeira força. Esse é o nosso conceito. Eu vim de uma mulher, tenho filha, tenho parentas, tenho amigas, pessoas competentes e capacitadas. Viva a mulher brasileira!

Sr. Presidente, deixo como lido o meu pronunciamento a esse respeito.

Aproveito a oportunidade para registrar que estamos recebendo Prefeitos de Municípios do meu Estado do Amapá: a Prefeita de Oiapoque, Maria Orlanda; o Prefeito de Santana, Ofirney; o Prefeito de Tartarugalzinho, Rildo; e o Prefeito de Mazagão, Dudão.

Também quero lamentar a morte do ex-Prefeito de Oiapoque Miltão. Esse Prefeito deixou saudades no nosso querido Município. Minha solidariedade a seus familiares e a seus amigos!

Muito obrigado.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros telespectadores da *TV Câmara*, em especial as mulheres do nosso Brasil, boa tarde!

Hoje, dia 7 de agosto de 2018, a Lei Maria da Penha, que é um grande exemplo de conquista das mulheres brasileiras, completa 12 anos de existência. Com isso, esperávamos que o País apresentasse um avanço na redução dos índices de violência contra as mulheres. Mas, infelizmente, não é isso que estamos vendo, Sr. Presidente e nobres Deputadas e Deputados. Nesse sentido, o Brasil, com uma lei assim tão avançada, parece estar encalhado ainda no século passado.

Levantamentos estatísticos recentes registram que os casos de violência contra a mulher no País cresceram 44,74% em 2015, comparados aos do ano anterior. Dados da Central de Atendimento à Mulher indicam que em 2015 foram registradas 76.651 denúncias, sendo que em 2014 esse número foi de 52.957.

Nos últimos dias, notícias sobre crimes bárbaros praticados contra mulheres foram destaque na imprensa nacional. Podemos citar como exemplo os casos ocorridos em Guarapuava, Estado do Paraná, onde o próprio “marido” é acusado pela morte brutal de sua esposa, a Advogada Tatiane Spitzner. Ali, as imagens demonstram uma truculência absurda exercida por aquele homem contra a sua vítima.

Outro caso com requintes de crueldade ocorreu ainda ontem. O “marido”, tomado por ciúmes, confessou ter assassinado a esposa, a lojista Simone Silva de Souza, que morreu asfixiada. Para nosso maior espanto, diante de tanta maldade, além de o crime ter sido cometido em frente do filho de 3 anos, Simone ainda estava grávida de 2 meses. Mais essa barbárie aconteceu no Rio de Janeiro.



Tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.371, de 2014, de autoria do Senado Federal, que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Espero que a sua aprovação seja concluída urgentemente, porque essa será mais uma importante ferramenta no combate à violência contra a mulher brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando deparamos com casos absurdos como esses, fica ainda mais clara a necessidade urgente de intensificarmos, de forma mais profunda, as políticas de combate a essas atrocidades e de punições.

A luta das mulheres em todo o mundo pela conquista de seus direitos e pela desconstrução de todas as formas de preconceito tem sido uma batalha tensa e extensa. E esse é o caminho que irá mudar essa infeliz realidade em todo o mundo, especialmente no nosso Brasil!

Era o que tinha a dizer!

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Tem a palavra a Deputada Benedita da Silva, pelo tempo regimental.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos nós sabemos que a Lei Maria da Penha, de 7 de agosto de 2006, portanto do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada porque tínhamos milhões de mulheres vítimas da violência doméstica todo ano, incluindo a própria pessoa que dá nome a essa lei, a Maria da Penha.

Essa lei, relatada nesta Casa pela Deputada Jandira Feghali, é uma das melhores legislações de enfrentamento à violência contra as mulheres, segundo a ONU. Além da agressão física, são abrangidos pela lei a violência sexual, patrimonial e moral e o sofrimento psicológico.

Conseguimos divulgar essa lei nos nossos espaços, e hoje ela é conhecida por 98% da população brasileira. Vários treinamentos foram feitos por Governadores e Prefeitos para compreender a Lei Maria da Penha e aplicá-la nos Estados.

A Lei Maria da Penha, portanto, representa um avanço enorme na luta contra a violência que as mulheres sofrem. Essa lei é importante e necessária principalmente nesses dias no Brasil, porque, apesar de a lei ter sido um avanço e nós termos diminuído o índice de violência, parece que hoje há feminicídios a todo instante.

Segundo os registros do Ministério da Saúde, mais de 47 mil mulheres foram mortas no Brasil nos últimos 10 anos. No Estado do Rio de Janeiro, a taxa de homicídios de mulheres subiu de 3,6 por 100 mil mulheres em 2010 para 4,2 em 2015, chegando a 4,6 em 2016. A média foi de 365 mulheres assassinadas por ano.



Aqui, eu menciono a Marielle, que foi brutalmente assassinada. E até agora não temos nenhuma resposta sobre quem cometeu essa atrocidade.

Nós temos avançado nessa questão com a criação da lei. Progressivamente a lei e o costume brasileiro precisam garantir um ambiente mais justo e mais seguro para nós mulheres.

Sr. Presidente, eu peço registro do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste mês a Lei Maria da Penha completou 12 anos. Ela foi criada em 7 de agosto de 2006, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa lei existe porque mais de 1 milhão de mulheres são vítimas de violência doméstica todo ano no Brasil.

Trata-se de uma das melhores legislações no mundo no enfrentamento da violência contra as mulheres, segundo a ONU.

Além de agressão física, casos de violência sexual, patrimonial ou moral e de sofrimento psicológico também são abrangidos pela lei. Conseguimos divulgar a lei nos nossos espaços, e hoje ela é conhecida por 98% da população brasileira.

A Lei Maria da Penha representa um avanço enorme na luta contra a violência que sofrem as mulheres. Essa legislação é importante e necessária para as mulheres brasileiras.

Segundo os registros do Ministério da Saúde, mais de 47 mil mulheres foram mortas no Brasil nos últimos 10 anos. No Estado do Rio de Janeiro, a taxa de



homicídios de mulheres subiu de 3,6 por 100 mil mulheres em 2010 para 4,2 em 2015, chegando a 4,6 em 2016. A média foi de 365 mulheres assassinadas por ano.

Temos avançado nessa questão com a criação da lei, mas entendemos que é preciso ainda muita luta. A sociedade brasileira precisa abraçar essa luta, não podemos cruzar os braços e dizer aquele velho e terrível ditado: *“Em briga de marido e mulher, não se mete a colher”*. O machismo e a violência contra mulher são assuntos de todos e são problemas de segurança pública.

Progressivamente, as leis e os costumes brasileiros precisam garantir um ambiente mais justo e mais seguro para as mulheres.

Obrigada!



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - O próximo orador é o Deputado Capitão Augusto, do PR de São Paulo.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos acompanhando estarrecidos o ensurdecedor silêncio dos direitos humanos e das mídias com relação à morte em São Paulo da policial Juliane dos Santos Duarte, que foi covardemente torturada, assassinada, abandonada por 5 dias no porta-malas de um veículo e enterrada no dia de hoje.

Juliane, que era uma mulher negra de família humilde, tinha o pendor, a vontade de defender a sociedade através da instituição Polícia Militar e foi assassinada justamente por ser policial militar. E não se vê indignação nas mídias, manifestação nas ruas, como no caso da Marielle.

Os direitos humanos estão calados covardemente. Chegam a enojar os direitos humanos no Brasil, que completam 80 anos. É uma instituição mundial, que no Brasil se desvirtuou completamente em defesa dos marginais e bandidos. Cadê os direitos humanos no velório da Juliane, no enterro da Juliane?

Se ela fosse apenas mulher, talvez ativista, com certeza estaria sendo noticiada por tudo quanto é canto, tendo manifestações lembrando e cobrando as autoridades, falando de aniversário de 1 semana da morte, 1 mês da morte, 1 ano da morte, 10 anos da morte, assim como foi feito no caso de Tim Lopes. Cadê o mesmo tratamento para uma policial que morreu em decorrência da sua função?

É inacreditável o ponto a que nós chegamos! Não dá para confiar no Executivo, no Legislativo nem no Judiciário. Se ela fosse uma simples mulher, o crime seria hediondo: feminicídio. Por ela ser uma policial, é um crime comum, banal, em que o cara não vai ficar sequer 3 anos na cadeia.



Vou falar uma coisa que a história diz: quando o Legislativo, o Executivo e o Judiciário não cumprem o seu papel, vai aparecer quem cumpra. Podem ter certeza absoluta de que aparecerão os que vão fazer cumprir de uma forma ou de outra essa impunidade que existe no Brasil.

Rede Globo, eu quero ver quantas vezes vai ser noticiada a morte covarde da Soldado Juliane. Vamos ver o tratamento que será dado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Peço que seja dada publicidade ao pronunciamento do Deputado Capitão Augusto.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, para um registro.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero deplorar, sim, como toda morte de policial, por uma política de segurança que é muitas vezes insana e os deixa jogados à própria sorte, o assassinato da soldada Juliane.

Em segundo lugar, aproveitando que o Deputado Bolsonaro está aqui, quero dizer que é um erro crasso, eivado de preconceito, dizer, como o seu vice disse, que a cultura brasileira herda dos índios a indolência e dos africanos a malandragem e a esperteza. Isso é inadmissível para quem postula uma posição de relevância na direção do País.

Pelo amor de Deus, isso parece aquelas teorias do Gobineau no início do Império do século XIX — teorias racialistas, racistas, que deram base a muito preconceito! É como dizer que não temos nenhuma dívida com a escravidão negra aqui no Brasil. É como dizer que os portugueses nunca pisaram na...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CHICO ALENCAR - ...foram até a China.

O projeto de escravidão moderna é um projeto colonialista, sim.

Fica tudo isso registrado nos Anais da Casa, em nome da verdade e da história.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, deixo aqui o meu protesto contra as declarações preconceituosas



e racistas do General Mourão, que estreia como vice do Bolsonaro com a arrogância dos ignorantes: *“herdamos uma certa indolência dos indígenas e a malandragem dos africanos”*. Visão literalmente primária, cheia de racismo e preconceito. Oitenta por cento do nosso povo têm ascendência nativa ou afro. Repudiemos! Bolsonaro, que dá pitaco sobre tudo, indagado sobre essa visão torta e torpe do seu vice quanto à nossa gente, preferiu... calar.

“Pós-verdade” é mentira. É falsificação. É, com generosidade, grave equívoco. Não ajuda a humanidade a caminhar. Sinto-me provocado a comentar, do meu lugar de professor de história, duas “pós-verdades” de largo curso no nosso País, nos últimos tempos, que o capitão e o general candidatos propagam à Presidência da República.

A primeira delas é quanto à escravidão moderna. Essa relação cruel de trabalho, na qual os senhores tinham direito de vida e morte sobre suas “peças de ébano”, não foi iniciativa dos próprios africanos. A escravidão resulta da exploração colonialista sobre o continente africano, onde os europeus, especialmente alguns agentes da burguesia mercantil e do Estado português, colocaram pés, mãos e interesses. Sim, havia guerras intertribais na África e, em alguns casos, prisioneiros eram vendidos para traficantes de escravos. Mas os grandes estímulos a essa relação de dominação eram o mercantilismo e a empresa colonialista no chamado “Novo Mundo”.

Lembra a historiadora Lília Schwarcz que no porto de Luanda (Angola) havia uma “administração do comércio de almas”, além de entrepostos em Cabo Verde e São Tomé, chegando a Moçambique. No total, quase 5 milhões de pessoas foram escravizadas e traficadas para o Brasil, no período colonial.



Negar uma dívida histórica para com a África — que perdeu, do século XV ao XIX, estimativamente 60 milhões de seres humanos — é negar a própria história. Mais absurdo ainda que negar, em termos numéricos (ainda que gente não seja gado, para se contar!), o holocausto judeu na Segunda Guerra Mundial. Negar o peso da escravidão é também negar nosso continuado (ainda que disfarçado) racismo estrutural.

Outro absurdo é não aceitar a existência da ditadura derivada do golpe civil-militar de 1964. O fato de quase toda a grande imprensa da época, e quase todas as igrejas, e parte da sociedade, apoiarem a derrubada do Governo Jango, democraticamente eleito, não torna aceitável o movimento de 1º de abril. O fato de um Congresso acuado e amordaçado, cercado de tanques, declarar vaga a Presidência da República não dá nenhuma eiva de democracia ao golpe. O fato de o Poder Legislativo, ceifado por cassações de mandatos, aprovar o nome dos generais que se sucederam no poder não os legitima.

Por fim, para atestar as atrocidades daquela “página infeliz da nossa história”, sob a égide da censura e da tortura, basta lembrar as confissões voluntárias do coronel participante da repressão Paulo Malhães: *“Naquela época não existia DNA. Então, para se desfazer de um corpo, tem que sumir com arcada dentária e digitais, só. Quebravam os dentes e cortavam os dedos. As mãos, não. E aí se desfazia do corpo”*. Se isso não é terrorismo oficial e ditadura, nada mais é.

A história comporta diferentes interpretações, mas nunca aceita apagar fatos irrefutáveis e documentados.

Agradeço a atenção.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira, pelo tempo regimental.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero dar como lida a notícia do incêndio de ônibus em Contagem, Minas Gerais, cidade que se tornou vítima do crime organizado.

Agora, não satisfeitos em botarem fogo, em incendiarem ônibus, não estão deixando ninguém descer, já estão colocando fogo dentro do ônibus e queimando o motorista ainda vivo. Há um motorista com 30% do corpo queimado, com queimaduras de segundo grau, em que ocorrem flictenas, e de terceiro grau, com carbonização.

Tramita nesta Casa um requerimento de urgência para se votar o Projeto de Lei nº 5.065, de 2016. O Presidente Rodrigo Maia disse que iria colocar em pauta, mas não o faz. S.Exa. fez essa promessa em maio, e já estamos em agosto.

Presidente Rodrigo Maia, cumpra a sua palavra e ponha em pauta esse requerimento de votação, caso haja quórum, evidentemente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o crime organizado está tomando conta do País. Recentemente, eu ouvi no noticiário que o Célio Marcelo da Silva, conhecido como Bin Laden, que prendemos em São Paulo, juntamente com o Marcola, ambos líderes principais do PCC, iriam ser resgatados da penitenciária de Presidente Bernardes. Vejam a que ponto chegou! O Bin Laden é de altíssima periculosidade tal como é Marcola. Inclusive, haviam fretado um helicóptero para resgatá-lo lá em Presidente Bernardes durante o banho de sol. Vejam a que ponto chegou este País!



Este País virou o país da impunidade, o país da criminalidade, com 65 mil homicídios por ano. Isso é uma vergonha para um país que pleiteia ser a sétima economia do mundo. Não é a sétima economia do mundo e não vai chegar a ser, por falta de investimento na educação, na saúde e, principalmente, na segurança.

Eu acho que a educação pode vencer essa insegurança pública, porque pode tirar realmente o jovem da criminalidade neste país em que o crime organizado tem um PIB de alto percentual, chegando próximo ao PIB nacional, em razão do lucro do crime organizado com o tráfico de drogas, de armas, com as explosões de caixas eletrônicos e tudo mais, Sr. Presidente.

Gostaria que este meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa, bem como que fosse registrado nos Anais da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Que se dê publicidade a seu pronunciamento, Deputado Delegado Edson Moreira.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ouvintes e telespectadores da *Rádio Câmara*, da *TV Câmara* e demais veículos de comunicação que nos acompanham.

Vejam a que ponto chegou a segurança pública do nosso País. Os bandidos, de dentro das prisões, vêm dando ordens aos seus “soldados” que estão fora da prisão, para que coloquem fogo nos ônibus que fazem o transporte público da população.



O Estado de Minas Gerais tem sido alvo de uma série de incêndios a ônibus desde o mês de junho. Conforme revelado pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, a série de ataques iniciada no começo de junho foi ordenada pelo PCC.

Em um desses ataques, na cidade de Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, no dia 22 do mês de julho, perto da meia noite, bandidos colocaram fogo em um ônibus e não esperaram sequer que todos descessem do veículo. O motorista do ônibus quase pagou com sua vida; teve 30% do corpo queimado durante o incêndio.

Segundo informações, Oduvaldo está internado no Hospital de Pronto Socorro João XXIII, e seu estado de saúde é estável.

Indignado, e com toda razão, Leandro, que é motorista e filho de Oduvaldo, veio registrar o seu apoio ao Projeto de Lei nº 5.065, de 2016, de minha autoria, que torna o crime de incêndio a ônibus hediondo, com a previsão de pena mínima de 12 anos.

O que mais os Deputados precisam para aprovar o projeto? O que é preciso para que o Ministério da Justiça se posicione favoravelmente ao projeto? Ou será necessário acontecer mais mortes de pessoas de bem? Qual é o impedimento para conter estes incêndios a mando do crime organizado que estão tomando o nosso País?

Sr. Presidente, é inadmissível ver Minas Gerais sofrer com ataques a ônibus, a ponto de as empresas deixarem de fazer o transporte público durante a madrugada em Belo Horizonte, pois o Governo não está dando a segurança pública que o cidadão de bem precisa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Junji Abe.

O SR. JUNJI ABE (MDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dentre todos os entraves para garantir a mobilidade urbana de pessoas com deficiência, existe um causado por falha em nossa legislação.

Para facilitar a locomoção de pessoas com deficiência, apresentei o Projeto de Lei nº 10.322, de 2018, que normatiza a circulação de triciclos e quadriciclos especiais nas vias públicas e estabelece a obrigatoriedade de oferta de curso de formação de condutores por órgãos públicos.

O objetivo é eliminar lacunas no Código de Trânsito Brasileiro — CTB, garantindo às pessoas com deficiência acesso aos diversos meios de transporte existentes, assim como condições para obterem sua habilitação sem ter de pagar preços abusivos pelo serviço.

Pois bem, Sras. e Srs. Deputados, uma das lacunas que identifiquei no texto vigente abrange os veículos que podem ser utilizados por pessoas com deficiência. Além dos automóveis adaptados, bem comuns e, por isso, mais conhecidos, existem triciclos e quadriciclos fabricados especialmente para esse público. São veículos que atendem às disposições do Departamento Nacional de Trânsito, podendo ser registrados e licenciados sem qualquer exigência anormal.

Destaco, ainda, que os triciclos e quadriciclos são de grande utilidade para quem tem membros inferiores acometidos por deficiência motora. Em função de suas características, podem ser utilizados pelos deficientes sem ajuda de terceiros. Contudo, em alguns Estados, a fiscalização não admite que circulem nas vias



públicas, sendo esta mais uma demonstração da necessidade de ajustes na legislação.

Outra brecha prejudicial às pessoas com deficiência, na atual legislação, diz respeito à oferta de aulas práticas de formação de condutores de veículos adaptados para esse segmento social. Atualmente, no Departamento de Trânsito de Mato Grosso do Sul, já existem à disposição cursos específicos para tal fim.

Sr. Presidente, eu gostaria que o meu discurso, no seu inteiro teor, fosse registrado nos Anais desta Casa e divulgado nos meios de comunicação, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Junji Abe.

Defiro o pedido para que se dê publicidade ao seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dentre todos os entraves para garantir a mobilidade urbana de pessoas com deficiência, existe mais um causado por falha em nossa legislação.

Para facilitar a locomoção de pessoas com deficiência, apresentei o Projeto de Lei nº 10.322, de 2018, que normatiza a circulação de triciclos e quadriciclos especiais nas vias públicas e estabelece a obrigatoriedade de oferta de curso de formação de condutores por órgãos públicos.

O objetivo é eliminar lacunas no Código de Trânsito Brasileiro — CTB, garantindo às pessoas com deficiência acesso aos diversos meios de transporte



existentes, assim como condições para obter sua habilitação sem ter de pagar preços abusivos pelo serviço.

Pois bem, Sras. e Srs. Deputados, uma das lacunas que identifiquei no texto vigente abrange os veículos que podem ser utilizados por pessoas com deficiência. Além dos automóveis adaptados, bem comuns e, por isso, mais conhecidos, existem triciclos e quadriciclos fabricados especialmente para esse público. São veículos que atendem às disposições do Departamento Nacional de Trânsito, podendo ser registrados e licenciados sem qualquer exigência anormal.

Destaco, ainda, que os triciclos e quadriciclos são de grande utilidade para quem tem membros inferiores acometidos por deficiência motora. Em função de suas características, podem ser utilizados pelos deficientes sem ajuda de terceiros. Contudo, em alguns Estados, a fiscalização não admite que circulem nas vias públicas, sendo esta mais uma demonstração da necessidade de ajustes na legislação.

Outra brecha prejudicial às pessoas com deficiência, na atual legislação, diz respeito à oferta de aulas práticas de formação de condutores de veículos adaptados para esse segmento social. Atualmente, apenas alguns órgãos estaduais, como o Departamento de Trânsito de Mato Grosso do Sul, disponibilizam cursos específicos para esse público. Em outros Estados, a pessoa com deficiência precisa recorrer a centros privados de formação de condutores que, em função das particularidades do processo, cobram preços proibitivos.

Esse projeto altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro. O CTB carece de dispositivos específicos para pessoas com deficiência no que se refere à formação de condutores. A legislação



limita-se a prever a redução do prazo de renovação dos exames de aptidão física e mental e deixa a cargo do perito examinador adotar o procedimento sempre que houver indícios de deficiência física, mental, ou de progressividade de doença capaz de diminuir a capacidade para conduzir o veículo.

Quanto ao processo de formação de condutores, a Resolução nº 168, de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito — CONTRAN, estabelece que o exame de direção veicular para candidato portador de deficiência física será considerado prova especializada e deverá ser avaliado por uma comissão especial, integrada por, no mínimo, um examinador de trânsito, um médico perito examinador e um membro indicado pelo Conselho Estadual de Trânsito — CETRAN ou Conselho de Trânsito do Distrito Federal — CONTRADIFE, nos termos do inciso VI do art. 14 do CTB.

Na mesma norma, no art. 21, o parágrafo único determina que o veículo destinado à instrução e ao exame de candidato com deficiência física poderá ser disponibilizado pelo pretendente, desde que esteja perfeitamente adaptado, segundo a indicação da junta médica examinadora.

Sr. Presidente, nobres Parlamentares, as modificações introduzidas no CTB focam dois pontos. O primeiro é dispor sobre regras para a circulação de triciclos e quadriciclos especiais destinados a pessoas com deficiência, equiparando esses veículos aos ciclomotores em geral.

O segundo ponto do projeto consiste em viabilizar o processo de habilitação de condutores de veículos adaptados, exigindo dos órgãos ou entidades executivas de trânsito dos Estados e do Distrito Federal que ministrem aulas práticas de direção para pessoas com deficiência. A proposta estabelece, ainda, que os motoristas



beneficiados deverão possuir carteira de habilitação tipo A, a mesma exigida de motociclistas.

Por fim, deixo registrado aqui meu apelo pela aprovação do projeto, enfatizando que as alterações propostas são de suma importância para garantir às pessoas com deficiência cada vez mais oportunidades de ter meios próprios de locomoção para facilitar seu acesso à educação, ao emprego e ao lazer. A integração social desse público deve ser um alvo de toda a sociedade brasileira e, particularmente, do poder público.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Padre João, por 1 minuto.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, muitos achavam que o golpe era contra Lula, Dilma e o PT. E aqui eu venho explicitar o golpe também contra os pescadores, além de contra tantos outros trabalhadores. Os pescadores são massacrados. Mais de 1 milhão de pescadores, mais de 100 mil aquicultores estão sem nenhuma proteção do Governo golpista, sem nenhum apoio. Pelo contrário, retiraram e precarizaram os programas que lhes davam um mínimo de dignidade.

Estamos na defesa dos pescadores de Minas Gerais, articulando a revogação de parte do Decreto nº 47.383, que suspendeu a pesca nos rios Arantes, Abaeté, Indaiá, Pará e São Domingos. Então, é o nosso empenho, junto ao Governo, que já está na fase final, a revogação de parte desse decreto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Peço que seja dada publicidade ao pronunciamento do Deputado Padre João no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Marcus Pestana, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós nos encontramos a exatos 2 meses das eleições de 2018, quando renovaremos o Parlamento e elegeremos o novo Presidente da República e os novos Governadores. Além disso, estamos a 5 meses do final do ano e deste período legislativo.

O País viveu a sua pior crise, uma combinação explosiva entre recessão profunda, desemprego, queda de credibilidade da política econômica, corrupção endêmica, crise institucional, instabilidade política.

O Brasil tem pressa. O Brasil precisa retomar o fio da meada e se colocar na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Com base nas votações das últimas semanas, tendo em vista o esforço concentrado e os últimos 5 meses, eu quero chamar a atenção para dois pontos que me preocupam.

O primeiro ponto é a responsabilidade fiscal. Cabe ao Congresso arbitrar o conflito distributivo. É óbvio que o contribuinte quer pagar menos impostos, os cidadãos querem aumentar despesas, os empresários querem incentivos e desonerações, mas o País vive a maior crise fiscal da sua história, com um estrangulamento profundo do setor público. Não há magia! Nós temos que ter compromisso com a responsabilidade fiscal.

Infelizmente, nós, nas últimas semanas, votamos a chamada pauta-bomba, deixando bombas de efeito retardado para o próximo Presidente da República, que pode ser de qualquer partido que habita este plenário.



Nesse esforço concentrado, nos próximos meses, não podemos votar assuntos que tenham grave impacto fiscal.

Por outro lado, há um intervencionismo atabalhado. Nós votamos tabelamento de preço, que é um recuo, um retrocesso. Refiro-me ao frete mínimo.

Eu sempre disse aqui que esta Casa não compreende o funcionamento do capitalismo e da economia de mercado. A economia é dinâmica e dá respostas. Às vezes, com a melhor das intenções, nós tomamos um rumo, mas a consequência é exatamente o inverso do que se queria.

Na votação do frete mínimo, por exemplo, eu alertei diversas vezes que essa intervenção iria dar errado. Quem vai sofrer são os caminhoneiros autônomos — aliás, já estão sofrendo. Os grandes clientes verticalizarão ou fecharão com as grandes empresas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Vicentinho, do PT, de São Paulo, pelo tempo regimental.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesse final de semana, em Convenção Nacional, a Executiva do Partido dos Trabalhadores homologou a candidatura do nosso companheiro Lula para Presidente da República e consolidou o nosso companheiro Haddad para Vice-Presidente. E, mais ainda, a nossa companheira do PCdoB, Manuela D'Ávila, está lá também de prontidão nessa aliança democrática e progressista que estamos fazendo contra o que aconteceu no nosso País, para que o Brasil volte a ser feliz de novo.

Estou dizendo isso, porque o povo já está sentindo o desemprego, as negociações que estão precarizando as condições de trabalho das mulheres grávidas; nas convenções coletivas, a diminuição de apoio ao agricultor familiar, que está cada vez mais desidratado, a diminuição de apoio ao Programa Saúde para Todos.

Como consequência da reforma trabalhista, medidas como o congelamento dos investimentos sociais no nosso País, bem como a entrega do pré-sal fará o povo ficar mais pobre. A ONU já tem um relatório para anunciar que o Brasil lamentavelmente voltou ao Mapa da Fome. Isso é grave, porque foi esta Casa que votou. Isso é grave, porque esse povo que está aqui foi eleito pelo povo que está lá: as mulheres, os negros, os pobres, os trabalhadores do campo e da cidade. Esse prejuízo recaiu sobre o povo, que começa a senti-lo.

Por essa razão, a eleição do ex-Presidente Lula e do Haddad significa a retomada desse sonho.



Já estamos aqui de prontidão e pedimos ao povo que vote corretamente, veja como votou cada Deputado em questões cruciais para o nosso povo, para que não sejam mais eleitos aqui. E mais ainda: que o Presidente Lula adote o referendo revogatório, para que o povo decida e revogue todas as medidas que trouxeram prejuízos à classe trabalhadora, à economia e ao povo brasileiro, inclusive, à sua soberania, com o crime de lesa-pátria da entrega do pré-sal.

Nós continuamos com esperança. Dia 10 está chegando, que é o Dia do Basta. A lua continua!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Vicentinho.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Foletto, por 1 minuto.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB-ES. Sem revisão do orador.) – Presidente, hoje, caminhando de volta aos nossos trabalhos, vi na imprensa que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP, que cuida dos combustíveis, vai fazer uma consulta pública para validar, ou não, a questão do monopólio das distribuidoras do etanol.

É uma vergonha: a Agência Nacional do Petróleo entregou para um grupo de três distribuidoras, no âmbito do Brasil, a exclusividade da distribuição do etanol para o País inteiro. Isso é cartelização, isso é crime previsto na Constituição brasileira que não deveria passar por consulta pública. Uma mobilização desta Casa, referendada pelo Senado, acaba com essa safadeza na distribuição do etanol no Brasil. Graças a Deus, nós vamos nos livrar de uma cartelização documentada e existente no Brasil!

Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Flavinho, pelo tempo regimental.

O SR. FLAVINHO (PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, rapidamente, eu quero conversar aqui um pouquinho com os Deputados, as Deputadas e os nossos amigos e amigas que nos acompanham sobre algo que está acontecendo no STF relacionado à ADPF 442: uma ação nefasta — não há outra palavra para usar — do PSOL para a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação no nosso País. É uma ação nefasta porque isso já está sedimentado na jurisprudência brasileira. Há, inclusive, as excludentes de penalidade no caso de risco de vida da mãe, no caso de estupro. E o STF, no seu típico ativismo judicial, liberou o aborto, também, no caso de bebês anencéfalos, uma porteira aberta para o genocídio no nosso País. Depois, podem ser os com Síndrome de Down e outras situações relacionadas à gestação.

Algo muito sério está acontecendo no STF: um teatro. Foi armado um teatro, duas audiências públicas já com cartas marcadas no STF. Na sexta-feira — aliás, de uma forma geral, nas duas audiências públicas —, a grande maioria dos expositores eram a favor do aborto. Inclusive, ONGs abortistas internacionais que derramam rios e rios de dinheiro no nosso País e em outros países da América Latina, América Central, África — derramam rios de dinheiro que mantém essas ONGs abortistas no Brasil — ali estão representadas, falando no STF sobre um problema relacionado ao nosso País. Ali foi feita essa audiência pública. Nós sabemos que há um ativismo judicial pesadíssimo, especialmente do Ministro Barroso. Já falei isso várias vezes aqui. Já fiz essa denúncia. O Ministro Barroso tem trabalhado em prol da pauta da cultura de morte, que é o aborto, que é a descriminalização das drogas.



Entre outras entidades, nós tivemos a presença da CNBB, representada por Dom Rafael e pelo Padre José Eduardo, que fizeram uma fala brilhante defendendo o que diz a Igreja Católica. A integralidade da vida humana para Igreja Católica e para nós, cristãos católicos, é fundamental. A vida não é um pedaço, a vida é a integralidade. Nós defendemos a integralidade da vida humana, a dignidade da vida humana, como está na Constituição Federal, no art. 1º, inciso III, e a inviolabilidade da vida, no *caput* do art. 5º. Então, nós defendemos a integralidade, a dignidade e a inviolabilidade da vida humana.

Nós cristão não aceitamos a vida em pedaços. Quem propõe a vida em pedaços são os abortistas, que destroem uma criança inocente no ventre da sua mãe. Esses são os verdadeiros assassinos, e nós não vamos permitir que a cultura da morte avance no nosso País. No que depender de mim e de milhões de brasileiros, nós não permitiremos que o aborto avance no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Marcon para registrar a presença das lideranças do Rio Grande do Sul.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Pedro Uczai, quero registrar a presença do Prefeito de Mampituba, o Sr. Dirceu Selau, e dos Vereadores Menin, Dilhermando Marcon — o pai diz que somos irmãos — e Zico, da minha cidade natal, Rondinha. Os Vereadores estão em Brasília, com certeza, articulando recursos para o Município de Rondinha, e o Prefeito de Mampituba, para o seu Município. Faço meus agradecimentos.

É bom que Vereadores e Prefeitos venham conhecer Brasília e o plenário desta Câmara, que é o sonho de todos. Quero dizer que sempre estamos firmes na política para defender os pequenos trabalhadores do campo e da cidade, principalmente do nosso povo da cidade de Rondinha.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Padre João, meu amigo de Minas Gerais, pelo tempo regimental.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho aqui para exaltar e divulgar os 12 anos da Lei Maria da Penha, sancionada pelo então Presidente Lula. Essa lei garante ou viabiliza a dignidade da mulher. Essa lei não possibilita nenhum recuo nas denúncias.

Sabemos que houve muitos avanços. É verdade que os outros programas que possibilitavam a dignidade e a proteção dessas mulheres foram também golpeados por este Governo. Usurparam o poder e começaram a atacar os programas que vinham dando maior proteção a todos em situação de risco ou de vulnerabilidade, com uma atenção especial à mulher. Os programas de proteção foram todos sucateados.

Celebramos, sim, os 12 anos da Maria da Penha, mas lamentamos o desmonte que houve nos programas para garantir a proteção a essas mulheres, vítimas da violência.

Assim também, quero deixar clara a sensibilidade que sempre teve e tem o Presidente Lula em enxergar essas situações e colaborar com políticas e programas que vão ao encontro dessas pessoas. Por isso, é um grande acerto essa unidade do Partido dos Trabalhadores, das bancadas, do diretório, da executiva, de toda a militância escolher o Lula como candidato, criando assim a possibilidade de resgatar para o Brasil um programa democrático e popular, um programa que vai além também do País, enxergando os irmãos latino-americanos, os irmãos da África, do Caribe. O Brasil também interage com todo o mundo, sobretudo com os mais pobres. Houve um acerto.



Parabéns ao PT.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Padre João.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Goulart, para fazer um pequeno registro, por 1 minuto.

O SR. GOULART (PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço muito.

Quero apenas cumprimentar a todos os irmãos da Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo — GLESP pelos 91 anos de vida dessa instituição, comemorados no Círculo Militar de São Paulo no último sábado, e do Grande Oriente Paulista, que completou 37 anos. Na pessoa do Ronaldo Fernandes, cumprimento os irmãos da GLESP e, na pessoa do Paschoal, os irmãos do Grande Oriente Paulista.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero me dirigir à Suprema Corte do País, ao Supremo Tribunal Federal, o STF, que está analisando a DPF 442, que pode descriminalizar a prática do aborto no Brasil.

S.Exas. fizeram já um julgamento equivocado tempos atrás sobre a vida. A vida é um dom de Deus. Aqueles que não acreditam em Deus podem dizer que a vida é um bem da humanidade, a vida em abundância.

Não pode a Suprema Corte legislar pelo Congresso Nacional. Somente o Congresso Nacional pode dispor sobre esta matéria. O Supremo não pode nem dar uma liminar temporária, não pode. S.Exas. não podem ser uma corte herodiana e decidir sobre a vida de milhões de crianças que nascem todos os anos no Brasil.

O País tem uma legislação há mais de meio século, suficiente para resolver os casos. O assunto está pacificado. Não se pode mudar isso, a pedido de um partido, chamado PSOL, de Esquerda, que não tem o princípio desta Nação cristã, que acredita em Deus. A maioria da população brasileira, 90%, não aceita e não aceitará essa decisão que estão querendo tomar com base numa decisão liminar.

Os Ministros e Ministras da Suprema Corte precisam estar atentos para o fato de que o Brasil, a sua civilização, a sua população tem que ser defendida desde a concepção. No ato da concepção existe a vida. Não se trata de ser religioso ou não religioso: é a vida. Um animal é protegido pela lei, mais ainda o ser humano. Leiam, estudem, vejam a história da humanidade. S.Exas. precisam ter a consciência de



rejeitar essa ação do PSOL. Vamos salvar vidas. É isso que estamos requerendo ao Supremo Tribunal Federal. Sim à vida, não ao aborto.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Marcon, para um breve registro.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um registro sobre a situação de duas regiões do Rio Grande do Sul.

No sul do Estado, 46 Municípios passaram por 5 meses de seca e os agricultores não colheram nada — perderam tudo! No norte do Estado, um temporal destruiu tudo por onde passou e afetou 26 Municípios. Nem o PMDB nacional nem o PMDB estadual olharam para essas regiões.

No Município de Canguçu, na sexta-feira, eu fiz uma audiência pública com representantes de oito ou nove Municípios, com mais de 600 agricultores. O Governo simplesmente os abandonou.

Eu quero que os Governos — tanto o de Michel Temer quanto o de Sartori — olhem para essas duas regiões.

Eu gostaria de divulgar o meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Solicito que se dê publicidade a este discurso no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna hoje para mostrar toda a minha indignação e revolta com a forma como os Governos Sartori e Michel Temer, do MDB, estão tratando os Municípios gaúchos, tanto os que sofrem com a seca quanto os que foram atingidos, há pouco, por um violento temporal.

Na última sexta-feira, dia 3 de agosto, realizei uma audiência pública no Município de Canguçu, no Rio Grande do Sul, onde cerca de 500 representantes



dos pequenos agricultores, dos quilombolas, dos pescadores, dos assentados da reforma agrária e dos Municípios da região expressaram o momento crítico por que passam em virtude da seca.

Como se não bastasse a forte seca que atinge a região e gera enormes prejuízos para a agricultura familiar, o Governo golpista de Temer editou, há poucos dias, a Medida Provisória nº 842, de 2018, que determinou a revogação da possibilidade de se conceder o rebate no momento da liquidação dos contratos do PRONAF. Essa proposta não pode ser aprovada por esta Casa. Sou membro da Comissão que irá discutir a MP e farei todo o possível para que não seja aprovada.

Além da seca que atinge a região sul do Rio Grande Sul, vários Municípios da região norte do Estado foram gravemente atingidos por temporais neste ano. Até o momento, os Governos Temer e Sartori, do MDB, não realizaram qualquer tipo de medida para auxiliá-los.

Falo de Sartori e de Temer, do MDB, mas quero deixar claro que todos os partidos aliados destes Governos também possuem total responsabilidade por esse descaso com a população gaúcha.

Caros colegas, caras colegas, o povo gaúcho não aguenta mais o descaso dos Governos do MDB e de seus aliados. Por isso, nas eleições de 2018, os governos com projetos populares sairão vencedores. Só assim o Brasil e o Rio Grande do Sul voltarão a crescer e a agricultura familiar voltará a receber incentivos.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Tem a palavra o Deputado Leonardo Monteiro, do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero trazer aqui a minha indignação com a reforma trabalhista, que vem a cada dia mostrando mais a sua face e cortando os direitos da classe trabalhadora.

Quero aqui também trazer a minha solidariedade, o meu apoio aos frentistas, trabalhadores em postos de gasolina, sobretudo do Estado de Minas Gerais, representados pelos seus sindicatos, o SINTRAPOSTOS, e pela federação da categoria, que é a FENEPOSPETRO.

Esses trabalhadores, representados pela sua federação e pelos seus sindicatos, vêm lutando desde 2017 para acertar o acordo coletivo de trabalho. Isso ainda não foi possível, porque os donos de postos de gasolina e as distribuidoras estão se assegurando dessa legislação trabalhista que foi votada aqui nesta Casa, encaminha por este Governo golpista, por uma grande parte de Deputados. Portanto, esses Deputados que apoiam essa legislação trabalhista são contra os trabalhadores de postos de gasolina e os frentistas que estão lutando há mais de 2 anos para acertar um acordo coletivo de trabalho. Isso não foi possível ainda.

Eu quero aqui, neste momento, falar desse retrocesso que este desgoverno impôs ao povo brasileiro e aos trabalhares e trabalhadoras nos últimos anos. Várias categorias têm sofrido com o impacto dessa reforma trabalhista. A informalidade cresce, a terceirização toma conta.



A categoria dos trabalhadores de postos de gasolina, que inclui frentistas e demais funcionários, vem buscando um acordo com os patrões e proprietários de postos de gasolina e distribuidoras, mas não tem conseguido.

Por isso a nossa manifestação e a nossa solidariedade ao sindicato, à federação, aos frentistas e trabalhadores de postos de gasolina no Estado de Minas Gerais. Quero colocar o nosso mandato à disposição para continuarmos denunciando esses golpistas que vêm, sem dúvida nenhuma, atacando a classe trabalhadora do nosso País e do nosso Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, quero dar como lido o pronunciamento que preparei, com uma relação de dados e informações sobre a nossa categoria de trabalhadores em postos de gasolina, frentistas de Minas Gerais, que tem sido atacada por essa reforma trabalhista, sobretudo pela incompreensão dos proprietários dos postos de gasolina e as distribuidoras.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Leonardo Monteiro.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores da Casa e dos gabinetes parlamentares, ouvintes da *Rádio Câmara*, telespectadores da *TV Câmara*, a reforma trabalhista vem a cada dia mostrando mais a sua face e cortando direitos do povo trabalhador. Assim também tem sido com os trabalhadores de postos de Minas Gerais, que vêm sofrendo com contratos de trabalho que só retiram direitos. A classe luta desde 2017, junto aos seus sindicatos, o SINTRAPOSTOS Sertões e a FENEPOSPETRO, contra a implantação de retrocessos da Lei nº 13.467, aprovada em julho de 2017.



Sabemos que essa reforma só aprofundou a grave crise que estamos vivendo. Utilizaram o engodo de que as alterações da legislação trabalhista aumentariam os postos de trabalho e impulsionariam a economia, gerando mais de 5 milhões de empregos. Essa foi a expectativa que divulgaram aos quatro cantos do País. Passados um ano, o que vemos é um cenário de quase 14 milhões de desempregos e uma perspectiva de atingir menos de 20% dessa meta. Levantamento feito pela empresa LCA Consultores, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), mostra que pelo ritmo que vamos encerraremos 2018 com apenas 220 mil vagas.

Esse é mais um dos retrocessos que esse desgoverno impôs ao povo brasileiro nos últimos 2 anos. E várias categorias têm sofrido com o impacto da reforma. A informalidade cresce e a terceirização toma conta. A categoria dos trabalhadores de postos, que inclui frentistas e demais funcionários, vem buscando um acordo com patrões e proprietários de postos. Já foram doze rodadas de negociação, mas o impasse continua.

Por isso, usamos a tribuna da Câmara dos Deputados hoje para denunciar mais esse retrocesso que ataca a CLT e os direitos do trabalhador. Em um dossiê elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Postos e Revenda de Combustíveis e Derivados de Petróleo de Montes Claros e Região, a categoria ainda denuncia a formação de cartel, com a combinação de preços, no Norte de Minas, além da exploração do trabalho escravo, manuseio de gasolina com benzeno, composto químico nocivo à saúde, e pressão por parte de donos das distribuidoras para que seus funcionários se desfilie de sindicatos.



Não podemos permitir tanto retrocesso! Querem acabar com a representação política e o poder de luta dos trabalhadores. Mas não vão conseguir! Essa reforma permite atacar a saúde do trabalhador, é cega com a exploração da mão-de-obra, surda com as velhas práticas daqueles que estão acostumados a explorar o povo e muda com denúncias e negociações por parte de quem realmente é a força produtiva deste País! Seguimos juntos na luta, denunciando os ataques que os trabalhadores e movimentos sociais vem sofrendo continuamente e repudiamos essas práticas que voltaram a assombrar o Brasil. Vamos buscar a investigação dos fatos apresentados e punição aos responsáveis.

Lula livre! Lula inocente! Lula Presidente!

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Evair Vieira de Melo para um pequeno registro.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a máquina dos trabalhadores que move o Espírito Santo, a nossa agricultura, continua em plena atividade. Apesar de todas as nossas adversidades de preços e clima, os agricultores continuam firmes e fortes para levar aquele Estado adiante.

No próximo dia 9, no Município de São Mateus, extremo norte capixaba, vamos participar do 7º Simpósio do Produtor de Conilon com o tema *Qualidade e Sucessão Familiar*.

Entre os dias 9 e 11, estaremos no Município de Linhares, onde será realizado o Lidera Agro 2018.

Tanto São Mateus quanto Linhares são referências na agricultura, na agropecuária, na agricultura familiar e no agronegócio. Estaremos lá os prestigiando.

Aproveito para convidar a todos para estarem conosco em Linhares e em São Mateus nos eventos da agricultura entre os dias 9 e 11.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta quinta-feira, dia 9, vamos participar o 7º Simpósio do Produtor de Conilon, no auditório central da UFES de São Mateus.

Neste ano o tema será *Qualidade e Sucessão Familiar*, enfrentando uma das maiores questões para a agricultura familiar e colocando o papel da qualidade do produto na manutenção do homem no campo. Será um evento voltado para as



soluções das questões do campo, contando também as experiências de sucesso de cafeicultores, com palestras sobre a realidade da assistência técnica, alternativas de renda e formas de agregar renda para o cafeicultor.

Pela importância do tema estaremos na UFES de São Mateus para participar do 7º Simpósio do Produtor de Café Conilon.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entre os dias 9 e 11, em Linhares, no Pátio do Shopping PátioMix, será realizado o Lidera Agro 2018.

A feira de Agronegócio de Linhares é um espaço de oportunidades para toda a cadeia produtiva do agronegócio e contará, neste ano, com mais de 50 expositores, além de palestras técnicas voltadas para a proposta de levar conhecimento ao homem do campo.

As palestras tratarão do uso de defensivos, manejo de plantas daninhas até a colheita e a qualidade final do produto agrícola.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Deputado Pedro Uczai, é uma honra falar nesta sessão presidida por V.Exa.

Eu quero abordar, em 3 minutos, os movimentos das últimas semanas que preparam uma disputa histórica para a democracia do nosso País, Deputada Benedita da Silva, Deputado Beбето.

Nos próximos 60 dias, o povo vai ter a oportunidade de recuperar a democracia brasileira, de recuperar um projeto de nação, de recuperar a nossa capacidade de gerar empregos, garantir oportunidades e, mais uma vez, distribuir renda. Em síntese, vai ter a oportunidade de voltar a ser feliz.

Nós não podemos deixar que o ceticismo tome conta deste processo democrático-eleitoral histórico no nosso País.

Do ponto de vista do nosso campo político, conseguimos produzir uma síntese extraordinária, com todo o respeito a aliados de campo que temos e continuaremos a ter, como é o caso do candidato Guilherme Boulos, que disputa pelo PSOL, como é o caso de Ciro Gomes, que disputa pelo PDT.

Nós respeitamos essas duas candidaturas, mas a síntese feita na chapa de Lula, Haddad e Manuela, no meu ponto de vista, dialoga com este Brasil, que quer se renovar, que quer recuperar a capacidade de sonhar e de acreditar que a política pode mudar as nossas vidas.

Quero elogiar a candidata Manuela e o PCdoB, que tiveram a capacidade e a generosidade de aceitar o convite do Presidente Lula para compor a chapa como



vice, que ela será se nós conseguirmos garantir que a Justiça volte a operar no nosso País.

Citando o Partido Socialista Brasileiro, Deputado Bebeto, ressalto que também nos honra muito a aliança que está feita em diversos Estados e, seguramente, vai contribuir para a disputa que teremos pela frente.

Em outra oportunidade, voltarei a falar da direita, do golpe e de todo o atraso a que o nosso País está submetido. O povo brasileiro está percebendo que Bolsonaro e Alckmin — ou Alckmin e Bolsonaro —, em síntese, representam a mesma coisa ou praticamente a mesma coisa.

O que está em jogo aqui é: até o golpe que rasgou 54 milhões de votos e jogou o nosso País nesta escalada de ódios e intolerâncias, nesta queda econômica brutal, o Brasil nunca tinha vivido uma crise econômica tão intensa como a que vivemos hoje, depois de 2 anos e meio do golpe que desestabilizou a democracia, a política brasileira, a economia, e nos entregou o que nós vemos hoje com Temer.

Vamos deixar muito claro nesta tribuna: Alckmin e Bolsonaro são candidatos de Temer, ao lado de Meirelles. Esses são os que deram o golpe juntos e governam juntos o Brasil.

É hora de nós construirmos uma mudança no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Jorginho Mello, do PR do meu Estado, Santa Catarina.

O SR. JORGINHO MELLO (PR-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero, primeiro, cumprimentar todas as Sras. e todos os Srs. Deputados na volta desse recesso que tivemos para os encaminhamentos políticos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, de forma muito triste e até indignada assisti ao Governo Federal vetar ontem o nosso Projeto de Lei nº 76, de 2018, o que que faz com que os 470 mil micro e pequenos empresários sejam excluídos do SIMPLES Nacional e caminhem para informalidade e para o aumento de dificuldades. É lamentável que o Governo — o Presidente Temer, o Ministro Padilha, o Ministro Marun — não tenha sensibilidade, nem a visão de que do micro e o pequeno empresários do Brasil é que estão ajudando o Brasil a se recuperar dessa crise de emprego que assola o País.

Infelizmente, por falta de sensibilidade, o Governo, depois de nos autorizar a fazer o entendimento, de concordar conosco, Deputado Aguinaldo Ribeiro, agora vetou a matéria.

Eu não tenho dúvida de que esta Casa vai derrubar o veto! Eu não tenho dúvida disso, porque nós aprovamos essa matéria por unanimidade! Ninguém está dando renúncia fiscal absolutamente nenhuma! Apenas estamos possibilitando que os micro e pequenos empresários que estavam em atraso possam aderir ao Programa de Recuperação Fiscal — REFIS, o que eles só não fizeram antes porque o Governo já tinha vetado aquela outra matéria que tínhamos aprovado aqui para que eles pudessem acertar conta e voltar para o regime do Super-SIMPLES.



Ninguém está pedindo nada de extraordinário, mas, infelizmente, o Governo disse que a Receita Federal recomendou o veto.

É assim que se trata quem produz e trabalha neste País. É assim que se consideram os micro e pequenos empresários. Para os grandes empresários, não houve problema nenhum: foram dados bilhões de concessões no REFIS. Quando lutamos pelos micro e pequenos empresários, aconteceu isso: vetaram um projeto que passou aqui com a concordância do Governo — ele foi aprovado na Câmara e no Senado, e agora o Governo o veta, por recomendação da Receita Federal.

O Governo está brincando com coisa séria. O Governo não quer que nós recuperemos o emprego e superemos essa dificuldade que o Brasil está passando.

Infelizmente, tenho que vir a esta tribuna para reclamar. Gostaria de vir aqui elogiar o Governo, mas sou obrigado, como Presidente da Frente Nacional, a dizer que o Governo é contra os micro e pequenos empresários do Brasil. Isso é lastimável! É lastimável que tenha ocorrido esse veto que prejudica o pequeno que produz e paga conta neste Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Jorginho Mello.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Floriano Pesaro, do PSDB de São Paulo.

O SR. FLORIANO PESARO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quando as coisas vão mal e o Brasil vai mal, soluções amalucadas, sem pé nem cabeça, começam a aparecer: *“Fechem o Congresso!” “Intervenção militar!” “Acabem com o Supremo!”* É tudo bobagem.

É justamente nos momentos de crise que a democracia mostra o seu valor. Só por meio do diálogo, de instituições fortes e perenes e do embate democrático entre aqueles que pensam diferente é que brotam as soluções capazes de nos conduzir a tempos melhores. Fora da democracia só há o caos, a injustiça e o desalento.

Sr. Presidente, o meu pacto com a democracia se confunde com a minha história de vida, com a cultura da paz, com a construção de um país melhor para todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro, que disporá do tempo regimental.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Nação brasileira foi construída com o trabalho do negro, do índio e do branco e historicamente é constituída por essas três etnias.

O vice do Deputado Jair Bolsonaro, General Mourão, disse que o País herdou a indolência do índio e a malandragem do negro. Numa única frase, ele descartou dois dos três pilares da nacionalidade brasileira — o negro e o índio — e ainda pede o voto da população, majoritariamente negra e o de origem indígena, para ser eleito Vice-Presidente.

Esse General, que defende a venda da Amazônia e também vê com absoluto desprezo as populações remanescentes do extermínio de nossos indígenas e os descendentes de escravos, que por três séculos produziram as riquezas deste País, demonstra clara discriminação racista para com a maior parte da população brasileira e falta de sentimento patriótico, como o seu parceiro de chapa, que comunga as mesmas posições elitistas. Eles não estão minimamente credenciados para se candidatar à Presidência e à Vice-Presidência da República e ser governo deste povo brasileiro, muito menos para pedir voto a esse mesmo eleitorado majoritariamente negro e indígena que eles desprezam.

Deputado Bebeto, nós que temos na nossa trajetória de luta a defesa do nosso povo brasileiro, do nosso povo negro, do nosso povo indígena e também dos brancos que foram escravizados — porque assim foi alimentada a escravidão neste País — perguntamos como alguém quer ser Presidente da República e tem um vice



que comunga das suas ideias de exterminação desse povo, da invisibilidade desse povo e afirma que o povo negro é culpado e que a África...?

Vamos ler a história do Brasil, ainda que ela não seja bem contada! Vamos dialogar com o povo brasileiro nos seus diferentes segmentos e etnias! Para poder pedir o voto à Nação brasileira tem que ter compromisso!

Deputado Beбето, é com muita indignação que faço este pronunciamento. Na multidão de palavras surgem as transgressões! Que eles, depois, *on-line*, não metam o pau na gente e digam que nós os estamos discriminando! Eles já confessaram que são racistas, já provaram várias vezes que são racistas, preconceituosos e que desconhecem a história do Brasil! Qualquer pessoa sabe a história do Brasil, e entende a economia brasileira quem entender que foi à custa do trabalho dos escravos e dos indígenas que se criou a riqueza neste País, essa riqueza que eles querem governar, que é até hoje sustentada pelo esforço e trabalho de muita gente negra, indígena e pobre neste País.

Peço a divulgação deste meu pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Determino que seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa o pronunciamento da Deputada Benedita da Silva.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, venho à tribuna para dizer que acompanhamos o momento político nacional e que nós do Partido dos Trabalhadores estamos numa grande luta no Brasil para garantir os direitos conquistados na nossa Constituição de 1988, que garante que todo cidadão brasileiro tem que ter seus direitos políticos, direito à cidadania.

Um brasileiro ou uma brasileira só pode ser preso e condenado quando o seu processo for transitado em julgado em última instância. Nós acompanhamos preocupados o processo do Presidente Lula, porque esse processo é uma farsa mentirosa e criminosa; foi uma invenção, sob os interesses americanos e da elite brasileira, que tem como grande objetivo impedir que o Brasil se consolide como uma nação livre, justa e soberana.

Foram 12 anos de Governo do PT, 4 anos de Governo da Presidenta Dilma e 8 anos de Governo do Presidente Lula. Eu não considero o segundo mandato da Presidenta Dilma como mandato do PT, porque houve um golpe, sob a coordenação de Aécio Neves, Eduardo Cunha e sua tropa, dentro desta Casa e no Senado.

E jogaram os interesses do pato amarelo da FIESP para rasgar a Constituição brasileira; para rasgar a CLT, como fizeram, para aprovar o grande golpe, verdadeiro, que nós denunciemos aqui, Deputado Bebeto e Presidente Pedro Uczai, durante o processo do *impeachment*, nas noites e dias de abril de 2016, naquele dia 17 vergonhoso, quando se deu, neste plenário, a autorização.



Há 43 milhões de brasileiros desempregados ou na economia informal. Esse é o saldo do golpe. A desesperança toma conta do povo brasileiro. E para completar, o STF coloca na gaveta o processo do Presidente Lula, tentando passar uma imagem, sob a força da Rede Globo e dos setores golpistas, de que o Presidente Lula não pode ser candidato.

Por isso, este é um momento de luta pela volta da democracia, para que o Brasil volte a pensar um projeto nacional. E o Lula, neste momento, é quem lidera todo esse processo de um projeto de desenvolvimento nacional de inclusão e de respeito ao povo brasileiro.

Todo o apoio à marcha nacional que se dirigirá a Brasília nesta semana para protocolar o registro da candidatura do Presidente Lula.

Todo o apoio à greve dos companheiros que estão fazendo greve de fome. Acabo de chegar do evento agora. Saúdo todos. Trata-se de uma greve em que se coloca a vida em risco, em defesa da democracia, em defesa do Brasil e da classe trabalhadora brasileira.

Sr. Presidente, peço que autorize a divulgação no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa o nosso pronunciamento em defesa do povo brasileiro, em defesa da democracia, em defesa do Presidente Lula.

Muita força a todos que estão na luta!



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio, do PSL de São Paulo.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, brasileiros que nos acompanha, a menina Juliane, com o perfil de mulher, negra, pobre, homossexual e policial militar, na quinta-feira passada, no dia 2, estava num bar, na favela de Paraisópolis. Ao ser identificada como policial, acabou sendo agredida por criminosos mascarados. Foi baleada por duas vezes no local e arrebatada num sequestro que acabou com a sua morte.

Deputado Rocha, meu irmão do Acre, onde estão os canalhas das tais entidades de defesa de direitos humanos da mulher e das minorias? Será que Juliane, por ser policial, deixou de ser mulher, pobre, negra, homossexual?

Neste momento, ela está sendo enterrada em São Paulo. Todas as viaturas da Polícia Militar e da Polícia Civil, em todo o Brasil, estão neste momento tocando suas sirenes por 1 minuto.

Nós perguntamos: onde estão as entidades de direitos humanos, de defesa das minorias? Pelo amor de Deus! Será que a Juliane deixou de ser mulher, de ser um ser humano? Agora, não aparece ninguém. A imprensa não divulgou uma linha sobre o seu desaparecimento, sobre o terror que viveu sua mãe, desempregada, com câncer na medula. Ela era arrimo de família!

Hipócritas! Canalhas! Malditos!

Quem chora pela Juliane agora?

Ela deixou de ser mulher, pobre, negra, homossexual? Cadê os defensores da minoria, no Legislativo, nas ONGs?

Canalhas e hipócritas!



Viva a policial militar Juliane, que morreu nas mãos de canalhas covardes,
que a executaram por ser mulher, pobre, negra, homossexual e policial militar!



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Com a palavra o Deputado Evair Vieira de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a agricultura e o interior capixaba são um orgulho e uma referência para o Brasil.

Entre os dias 9 e 10, na comunidade de Jacu, Distrito de Burarama, interior de Cachoeiro de Itapemirim, vai acontecer o 10º Simpósio Regional de Café Conilon.

Estamos na fase final da colheita do café conilon, que sofreu muito com a seca nos últimos anos, mas a valentia, a força e a coragem dos agricultores capixabas fizeram com que essa atividade pudesse se recuperar. Assim, neste ano, a colheita está farta.

Estaremos na comunidade de Jacu, Distrito de Burarama, integrando todo o sul capixaba, liderado pelo CETCAF — Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café, em parceria com o Centro do Comércio de Café de Vitória, com o CECAFÉ — Conselho dos Exportadores de Café do Brasil, com o SICOOB — Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, com a nossa cooperativa e os sindicatos, fazendo esse debate tão importante para a cafeicultura regional do Espírito Santo.

Portanto, entre os dias 9 e 10, acontecerá esse 10º Simpósio Regional de Café Conilon, na comunidade de Jacu, Distrito de Burarama, Município de Cachoeiro de Itapemirim.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estendendo essa programação, também vai acontecer na comunidade de Jacu, Distrito de Burarama, interior de Cachoeiro de Itapemirim, neste final de semana, um dos maiores eventos voluntários de organizações comunitárias do Estado do Espírito Santo. A Festa de



Jacu é uma grande integração da tradição, da cultura e do trabalho voluntário de uma comunidade rural do Espírito Santo, que consegue reunir milhares de pessoas para o bem comum.

Os resultados dessa festa e desse evento serão os investimentos feitos na comunidade. Comunidade essa que está caminhando para receber, em bem pouco tempo, o acesso à sua sede de asfalto; comunidade que se organiza para construir um belo centro comunitário.

A Festa de Jacu já se tornou uma referência para o Espírito Santo, porque, como eu disse, essa é mais do que uma festa, é uma organização da comunidade.

Como é bom ver o rural capixaba! Como é bom ver as comunidades capixabas se organizando! Isso ajuda na segurança, na economia e na educação.

Se nós preservarmos as comunidades do interior, se dermos condições para que os homens e as mulheres do rural e da agricultura tenham renda e dignidade e pudermos levar a essas comunidades telefonia e estradas, com certeza o filho vai ficar próximo da família, os primos vão ficar perto uns dos outros e será uma comunidade organizada, não enchendo os grandes centros deste País.

Por isso, estaremos prestigiando essa festa na comunidade de Jacu, Distrito de Burarama, interior de Cachoeiro de Itapemirim, nesse grande gesto de reconhecimento do trabalho voluntário.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos dias 9 e 10 de agosto, teremos o 10º Simpósio Regional de Café Conilon, no Auditório Comunitário, em Jacu, Distrito de Burarama, em Cachoeiro de Itapemirim.



O simpósio visa a difusão tecnológica em café, priorizando a produtividade e o manejo adequado da água e a conservação do solo.

Este importantíssimo evento acontece em uma região muito vocacionada para a produção cada vez mais qualificada de café conilon.

Ele é realizado pelo Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café — CETCAF, juntamente com o INCAPER, a SEAG, a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Agropecuário de Jacu, a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, o Centro de Comércio de Café de Vitória, o CECAFÉ, o SICOOB, as cooperativas e os sindicatos.

É um evento de grande importância para o desenvolvimento da cafeicultura capixaba.



O SR. CLEBER VERDE - Sr. Presidente, gostaria de fazer um breve registro.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - O próximo orador inscrito é o Deputado Beбето, do PSB da Bahia. Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Cleber Verde, para um breve registro.

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria somente de registrar a presença do ex-Prefeito Chico Cunha, do Leandro e do Luciano.

Chico Cunha foi Prefeito em Tuntum, no Maranhão, e cumpriu um papel extraordinário em atenção à sua cidade, contribuindo com a qualidade de vida do seu povo, especialmente da zona rural.

Nós temos trabalhado muito em conjunto para continuar esse trabalho no Município de Tuntum, no Maranhão.

Ao mesmo tempo, quero registrar a presença da Prefeita Karla Batista, Presidente do Consórcio dos Municípios da Estrada de Ferro Carajás — COMEFC, que está aqui para este momento em que a Confederação Nacional de Municípios se reúne e apresenta a todos nós uma pauta, composta pela discussão do ISSQN — Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e pela revisão da Lei de Licitações, que é importante para que possamos ganhar tempo e criar condições para dinamizar as ações dos Municípios e especialmente as ações do poder público.

Portanto, faço este registro para dizer que estamos prontos para atender aos interesses do povo brasileiro e especialmente os interesses do povo do Maranhão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Passo a palavra ao Deputado Aluisio Mendes para um breve registro. Em seguida, falará o Deputado Beбето.

O SR. ALUISIO MENDES (Bloco/PODE-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar o retorno ao cargo, na semana passada, do Prefeito Indalécio Fonseca, do Município de Governador Nunes Freire. Com isso, corrige-se uma grande injustiça cometida no Estado do Maranhão, quando foi retirado, por via judicial, numa ação absurda, um Prefeito legitimamente eleito, que obteve 50% dos votos. Alegaram que o Prefeito não tinha condições de saúde para reassumir a Prefeitura após afastar-se por motivo de saúde. Na época, evitaram que o Prefeito fosse submetido a uma junta médica.

Hoje, o Tribunal de Justiça do Maranhão reverteu esta decisão absurda. O Prefeito Indalécio voltou à Prefeitura de Governador Nunes Freire, um anseio do povo. Assim, corrige-se uma grande e absurda injustiça cometida no meu Estado.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Com a palavra o Deputado Beбето, do PSB da Bahia, pelo tempo regimental.

O SR. BEBETO (PSB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos assistido neste País a uma escalada do ódio que assola a sociedade brasileira. Muita violência tem sido praticada por meio de declarações de líderes políticos desta Casa, alguns dos quais pretendem, inclusive, disputar a Presidência da República.

Essa violência que assola o País tem sido de natureza física e simbólica e tem atingido parcelas importantes da sociedade brasileira, do povo brasileiro. Nós temos acompanhado declarações infelizes do candidato à Presidência da República, Sr. Jair Bolsonaro, em relação às mulheres na sua capacidade produtiva, dizendo que elas deveriam ganhar menos do que os homens.

É uma profunda discriminação vinda de alguém que deseja disputar a Presidência da República e não entende, não concebe que, na formação social brasileira, as mulheres lideram um campo largo na área das ciências, da tecnologia, da educação e também são maioria na sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se essas declarações infelizes se situassem apenas no campo das formulações feitas pelo Jair Bolsonaro, não haveria para nós nenhum tipo de dúvida em relação ao seu comportamento. Agora, para revelar o que pensa sobre a sociedade, o seu Vice-Presidente evolui para atacar o povo brasileiro na sua gênese, na sua formação: ataca os indígenas, dizendo que são indolentes; diz que a indolência dos indígenas é parte da formação brasileira; e evolui dizendo que o povo negro deste País, em função da sua relação na diáspora africana, é constituído de malandros!



Sr. Presidente, não dá para tolerar alguém que deveria ter o discurso de pacificação desta Nação brasileira, alguém que deveria discutir temas importantes para conduzir o País à reunificação, a um projeto de desenvolvimento nacional, de inclusão do seu povo, mas está com ódio acentuado nessas palavras, o que resulta na violência que nós estamos assistindo contra a nossa juventude negra e pobre — morrem mais de 60 mil jovens por ano!

É esse tipo de comportamento que nós enfrentaremos nesta eleição. Quero dizer em alto e em bom tom que candidatos com esta característica — racistas, candidatos que estimulam a violência — não merecem o respeito do povo brasileiro, não merecem o respeito da sociedade brasileira.

Por isso daqui desta tribuna quero deplorar a atitude do General Mourão, bem como a atitude do seu candidato a Presidente, que não respeita o povo brasileiro na sua integralidade.

Quero dizer mais: que é preciso que todos nós façamos uma vigília cívica neste País, para não permitir que candidatos como estes, que têm ódio, que agem com discriminação, que estimulam a violência tenham a possibilidade de dirigir este País.

O que nós queremos é um Governo que considere a retomada do desenvolvimento, a geração de emprego, o desenvolvimento nacional, os investimentos em ciência e tecnologia. E, sem sombra de dúvida, Sr. Presidente, ficará marcado esse processo eleitoral pela disputa entre aqueles que querem o estímulo à violência e aqueles que querem resgatar o País e o seu povo.

Por isso nós vamos à candidatura com Lula Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Bebeto.

Eu o cumprimento, em nome do Parlamento brasileiro.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Tem 1 minuto o Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero registrar que, no dia 15, milhares de pessoas do Brasil inteiro estarão fazendo uma vigília aqui em Brasília para manifestar ao TSE que nós queremos que imediatamente seja registrada a candidatura do Presidente Lula. Somente do Pará estão sendo organizados dez ônibus, e muitas pessoas virão de motos, umas 300, de todos os cantos do Estado, para se somarem a milhares de brasileiros.

Lula livre! Lula Presidente!

Sr. Presidente, peço que a minha fala seja divulgada pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Defiro o seu pedido.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana, grande Liderança do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, pelo tempo regimental.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos a 60 dias de uma decisão histórica para o nosso País.

O Brasil enfrentou no ano de 2016 mais um dos golpes que a elite do atraso aplicou em outros momentos históricos contra um projeto de desenvolvimento nacional, contra um projeto de desenvolvimento soberano do nosso País. A elite do atraso brasileira, que organizou e estruturou mais este golpe, que rasgou os 54 milhões de votos que elegeram Dilma Rousseff Presidenta do País, é a mesma elite do atraso que derrubou o Governo de João Goulart para instalar uma ditadura militar no País; é a mesma elite que trabalhou para desestabilizar Getúlio Vargas e o levou ao suicídio.

E o que nós temos neste momento é a oportunidade histórica de, nesses próximos 60 dias, construir uma grande campanha e mobilização democrática para recuperar a democracia no nosso País, recuperar um projeto de desenvolvimento e crescimento do nosso País. Portanto, a unidade estratégica de discurso político, de posições e debates sobre as alternativas para o País que a Esquerda brasileira terá que utilizar nesta disputa será muito importante.

Eu me refiro à candidatura do Presidente Lula, com Fernando Haddad e com Manuela, e também, Deputado Zé Geraldo, às candidaturas de Guilherme Boulos e Ciro Gomes. Precisamos estar unidos em torno dessas candidaturas para denunciar a próxima fase do golpe e derrotar estes que deram o golpe e levaram Temer ao poder.



Temer tem dois candidatos que disputam com chance real de ocupar a vaga da Direita brasileira no segundo turno das eleições: Bolsonaro e Alckmin. Nós sabemos que Meirelles é um candidato para fazer figuração. Meirelles é um candidato que será cristianizado, na linguagem da política, e o grupo que elegeu Temer e que quer continuar a governar com a mesma política que Temer aplica no País hoje terá duas candidaturas.

Uma é aquela que se organizou em torno do direitão, que é a candidatura Alckmin, que tentam apelidar de centrão, mas, na realidade, é o direitão — o direitão do golpe, o direitão da recessão, do desemprego, da queda de renda, da explosão do preço dos combustíveis, do gás de cozinha, da piora das condições de vida do povo brasileiro.

De outro lado, há a candidatura de traço fascista e autoritário de Bolsonaro.

O Brasil saberá derrotar por maioria estas duas candidaturas, que significariam a continuidade de Temer.

O Sr. Pedro Uczai, 3 Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Evair Vieira de Melo, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Átila Lira.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o nosso partido, o PSB, no Estado do Piauí, fez sua convenção, juntamente com o PSDB e com o DEM, e apresentamos como candidato a Governador o Deputado Luciano Nunes, do PSDB.

Em nossa chapa, nós teremos também, para Senador, o ex-Governador Wilson Martins e o Deputado Estadual Robert Rios. E nós estamos reapresentando nossa candidatura a Deputado Federal.

Vamos para a vitória e, se Deus quiser, nós vamos construir um novo um novo Estado e um novo País.



O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Vamos ao Acre! Tem a palavra o Deputado Rocha.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço o registro de duas matérias jornalísticas, uma publicada no *site Folha do Acre*, da lavra da jornalista Gina Menezes; outra no *site AcJornal*. Refletem um pouco sobre o momento que vive o Partido dos Trabalhadores, partido que patrocinou os maiores escândalos de corrupção do País, escândalos na PETROBRAS, no BNDES, nos fundos de pensão.

Essas matérias a que me referi — e quero dar como lidas — dizem respeito a duas operações policiais que aconteceram no meu Estado: a Operação Buracos, que investigou o desvio de mais de 700 milhões de reais da BR-364, e a Operação Midas, que investiga a gestão municipal. As duas operações têm como principal investigado o ex-Prefeito de Rio Branco, hoje candidato a Governador pelo PT, Marcus Alexandre Viana.

Sr. Presidente, eu fiz essa relação com o PT nacional porque vejo aqui o apelo dos Parlamentares petistas para que o condenado por corrupção Luiz Inácio Lula da Silva seja candidato à Presidência da República, mesmo contrariando a nossa legislação, que diz que condenados em segundo grau não podem se submeter a pleito. E as duas matérias, Sr. Presidente, trazem um vasto conteúdo probatório para ilustrar o que revelam. Se juntarmos essa matéria com o clamor dos petistas, nós vamos ter no meu Estado dois petistas com *pedigree* concorrendo a cargos majoritários no Executivo: um Presidente preso, condenado por corrupção; e um candidato a Governador investigado por vários, vários esquemas de corrupção.



Sr. Presidente, é bom que se diga que o vasto material probatório que as matérias trazem à luz, material que foi colhido pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, pela Controladoria-Geral da União, pelo Tribunal de Contas da União e pela Receita Federal, dá suporte a duas denúncias contra o Sr. Marcus Alexandre, a esposa dele, empresários, servidores públicos, inclusive servidores do DNIT — Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

É lamentável, Sr. Presidente, este momento que o Brasil vive. As pessoas querem vender gato por lebre, querem colocar um condenado por corrupção, o grande mentor do esquema que quebrou a PETROBRAS, que gerou esses milhões de desempregos, que saqueou os fundos de pensão, que saqueou o BNDES, que quebrou literalmente o Brasil, querem colocar esse homem para acabar com o restou.

No meu Estado, hoje, os próprios petistas... Hoje, na Assembleia Legislativa, a Deputada Leila Galvão foi muito feliz ao dizer que o próximo Governo terá que, durante 1 ano e meio, colocar a casa em ordem, porque os Governos do PT literalmente destruíram o Estado do Acre. Destruíram o DERACRE — Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Hidrovias e Infraestrutura. Estão aí as investigações da Operação Buracos e da Operação Midas. Destruíram a Prefeitura de Rio Branco.

Graças a Deus, hoje a Prefeita Socorro Neri começa a mostrar como se administra. Começa a tapar buracos com asfalto, e não com barro, como fez o Sr. Marcus Alexandre, este que coloca o nome como candidato a Governador pelo PT. Sr. Presidente, isso é lamentável!



Quero pedir a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e dar essas matérias jornalísticas como lidas.

Obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIAS A QUE SE REFERE O ORADOR

PF revela como desvio de recurso no Deracre servia para abastecer caixa 2 das campanhas do PT

Órgão estadual funcionava como espécie de lavanderia de dinheiro para caixa dois das campanhas para governo, aponta inquérito da PF

Por Gina Menezes - 6 de agosto de 2018

Material exclusivo e completo sobre a Operação Buracos, que ainda corre em segredo de Justiça, chegou às mãos da reportagem da Folha do Acre, que mostrará em um texto, com provas em anexo, como a Polícia Federal, com a participação do Ministério Público Federal, da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas da União e da Receita Federal, chegou ao coração da corrupção no Acre, o Departamento de Estradas e Rodagens do Acre (Deracre), que funcionava como espécie de lavanderia de dinheiro para caixa dois das campanhas do PT.

O esquema incluía um sofisticado mecanismo envolvendo empresários, servidores públicos do Deracre e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) do estado de Rondônia. Estima-se que o prejuízo total possa chegar aos R\$ 700 milhões e foi levado a cabo através de obras superfaturas, contratação de funcionários fantasmas, fraudes em licitações, entre outros crimes.

O recurso financeiro do Deracre, de acordo com anexos do processo da Polícia Federal, custeou festas a servidores do DNIT e patrocinou até idas a Bolívia para comprarem whisky importado.



No centro do escândalo está o ex-diretor financeiro do Deracre, Marcus Alexandre Medici Aguiar, indicado ao cargo, segundo ele mesmo, pelo próprio governador do Acre, Tião Viana (PT). Um livro contendo doações para campanhas eleitorais com recursos do órgão público foi apreendido e foi anexado ao processo, mas Marcus Alexandre diz não conhecer o assunto.

No cerne da corrupção estava a relação incestuosa entre empresas particulares e o Deracre. Em uma das delações anexadas ao processo, Janaira Silva, ex-funcionária da empresa Inovare, que inclusive encontra-se com pedido de recuperação judicial, afirma que a esposa de Marcus Alexandre, Gicélia Viana, saiu do Deracre e foi contratada pela Inovare com um salário de R\$ 8 mil reais, embora nunca tenha pisado na empresa.

“Só levam a folha de ponto para ela assinar e o pagamento quem fazia era o Deracre ainda”, diz a delatora.

Até pós-graduações eram patrocinadas a servidores públicos por empresas ganhadoras das licitações. Os empresários recebiam de volta o dinheiro sempre com a conivência de diretores do órgão.

Não apenas pagamento feitos a pessoas que não mais prestavam serviços ao Deracre foram denunciados à Polícia Federal, mas também um esquema mais sofisticado que envolvia todo azeiteamento da máquina pública conduzida pelo PT. Centenas de servidores de outros órgãos eram pagos com recursos do Deracre que “fabricava” dinheiro com medições falsas, superfaturamento, entre outros crimes nas execuções de obras como a BR-364.

Delegados da PF revelam que esquema fraudulento funcionava como espécie de lavanderia de dinheiro para caixa dois das campanhas do PT



A organização criminosa agia direcionando licitações e contratos para empresas integrantes do grupo, as quais, posteriormente, repassavam parte dos valores recebidos a servidores públicos como empréstimos fraudulentos ou pagamentos extra folha (propina). Como contrapartida, as empresas recebiam recursos adicionais que chegavam ao dobro dos previstos inicialmente por meio de medições fictícias ou aditivos aos contratos já estabelecidos.

Há indícios de que os investigados estariam utilizando parentes e terceiros para ocultação de patrimônio

Por meio de laudos periciais da Polícia Federal e auditorias da CGU nos contratos fiscalizados, foi constatada a ocorrência de sobrepreço na aquisição e transporte de insumos, medições fictícias nas execuções da obra, obras em desacordo com o projeto, sobreposição de objeto em contratos distintos, pagamento de serviços não realizados, entre outras condutas fraudulentas.

Os acusados, Marcus Alexandre, Gicélia Viana, servidores do Deracre e empresários, se condenados, terão penas aplicadas por crimes de organização criminosa, peculato, corrupção passiva, corrupção ativa e lavagem de dinheiro.

O vendedor de picolé que movimentou milhões no Deracre

Um dos empresários arrolado na Operação Buracos, Adalcimar de Oliveira Lima, “dono” da Boa Vista, afirmou em depoimento à Polícia Federal no dia 31 de outubro de 2017 que antes de ter negócios com o Deracre, vendia livros, sandálias, picolé e que resolveu abrir uma empresa de construção porque entendia de capina. O mesmo Adalcimar é apontado pela PF como sendo um dos “empresários” que recebia milhões de reais e devolvia, em espécie, ao Deracre, sendo que muitas vezes os próprios servidores do departamento sacavam o dinheiro da conta dele. De



acordo com a investigação, o dinheiro era usado para caixa 2 de campanhas eleitorais do PT.

O nome da empresa de Adalcimar, a Boa Vista, é citada em um dos cadernos de controle de gastos de comitês de campanha eleitoral.

Embora afirme, em depoimento, que não sabe como o nome da sua empresa aparece nos cadernos de controle de campanha e haja gravações de conversas comprometedoras entre ele e servidores do Deracre, Adalcimar admite apenas ter pago despesas de autoridades públicas em 2014.

“Entregou dinheiro em espécie a Alexandre (servidor do Deracre), que o dinheiro foi para ida da comitiva de ministro e senadores durante a alagação de 2014...Que somente pediram 200.000 (duzentos mil reais) emprestado na alagação”, diz trecho do processo.

Operação Buracos ainda está em andamento

Propinas chegavam ao Deracre dentro de sacola de lojas de roupas

Um dos envolvidos na Operação Buracos e que assinou um acordo de delação premiada relatou à PF como funcionava o esquema de propina instituído dentro do órgão estadual. De acordo com o delator, valores que chegam até R\$ 100 mil chegavam ao Deracre dentro de sacolas de lojas ou pastas camufladas. Os portadores eram pessoas de alta confiança da direção do Deracre.

O esquema foi detalhado durante o depoimento do delator e foi gravado em vídeo, também foi apresentado provas como estratos bancários. O relatório assinado pelo delegado Jacob Guilherme da Silveira Melo foi anexado à denúncia. O relatório completo está em posse da reportagem da Folha do Acre.



No material rico em detalhes, aparecem planilhas das propinas e do esquema envolvendo empresas terceirizadas usadas para lavagem de dinheiro que seria destinado ao caixa 2 de campanhas eleitorais. O delator afirma que a propina era entregue em espécie, em mãos, ou depositado em contas bancárias de um grupo escolhido pela direção do órgão, incluindo servidores terceirizados, fiscais de obras, técnicos do quadro do Deracre sempre obedecendo a orientações prévias de Marcus Alexandre e do então diretor administrativo, Edson Alexandre de Almeida Gomes.

Jakson Marinheiro autorizou até conserto de carro particular e compra de whisky na Bolívia com dinheiro do Deracre

Um conhecido do noticiário policial, acusado de envolvimento em esquemas de desvios financeiros, Jakson Marinheiro, ex-diretor da Emurb, preso na operação Midas, também foi ouvido pela Polícia Federal no dia 31 de outubro de 2017. A PF o acusa de fazer parte do esquema fraudulento do Deracre tendo autorizado pagamentos não licitados, incluindo conserto de carro particular envolvido em acidente de trânsito, dentista para atender servidores e balsas para atender durante a alagação.

As acusações da Polícia Federal se baseiam em documentos encontrados no Deracre, mas o fato é negado por Marinheiro.

Outra “extravagância” autorizada por Jakson Marinheiro que é investigada na Operação Buracos é o fato do motorista do Deracre ter feito uma viagem com o ex-gerente de convênios para comprar caixas de whisky na Bolívia e levar para uma festa do ex-superintendente do DNIT-R0 em Porto Velho. Obviamente todas as despesas foram pagas com dinheiro do Deracre.



Marcus Alexandre alega desconhecer esquema de corrupção

Em depoimento à Polícia Federal, o ex-prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre, afirmou desconhecer as irregularidades apontas na investigação.

Marcus Alexandre afirmou que não sabe o motivo de funcionários de outros órgãos estarem na folha de pagamento do Deracre e que não tinha conhecimento do pagamento de serviços não licitados.

De acordo com documentos colhidos durante a investigação, Marcus Alexandre autorizou vários pagamentos de objetos não licitados como balsas durante as alagações, funeral, dentista da associação dos servidores, entre outras coisas.

Marcus também negou saber que o ex-gerente de convênios do Deracre tivesse pagando financiamento de carro, jantares e festas para engenheiros do DNIT.

O ex-prefeito também negou conhecer os cadernos, mostrado a ele em fotos, com anotações sobre o Deracre destinar dinheiro a comitês eleitorais.

Por ordem de Marcus Alexandre, propina no Deracre pagou festas caras, turismo na Argentina, prostitutas, Whisky, hotel de luxo e carros para fiscais do DNIT

Suspeitos de envolvimento no desvio de R\$ 700 milhões em obras de infraestrutura viária no Acre se viram obrigados a revelar detalhes do esquema na Polícia Federal, quando intimados para prestar esclarecimentos. E as revelações surpreenderam pela gastança sem limites: um servidor admitiu ter recebido ordens do então diretor do órgão, Marcus Alexandre Medici Aguiar, hoje candidato a governador pelo PT, para dar tratamento VIP aos fiscais do DNIT e ao presidente



daquele departamento, em estadia em Rio Branco para inspeção nos serviços executados pelo Deracre na BR 364. Os privilégios também eram bancados com dinheiro público (do contribuinte acreano) nos encontros em Brasília (DF).

“Esse dinheiro vinha do excedente que as empresas mediam e pagavam para Marcus Alexandre e Edson Alexandre (diretor Administrativo)”, relata o delator. Planilhas de propina e bilhetes assinados pelo ex-prefeito de Rio Branco são a prova mais cabal do propinoduto alimentado por medições falsas em serviços fictícios na usinagem de asfalto, capina e aluguel de máquinas pesadas. Estão arrolados como envolvidos 28 servidores do Deracre, 8 do DNIT e 18 empresários.

Um dos servidores, citado no inquérito policial como colaborador 1, diz que, sob orientação de Marcus, usou o cartão de crédito da própria mãe para bancar o que ele chamou de “festas caras, aluguel de carros, hotel de luxo, prostitutas, viagens a Cobija (Departamento de Pando, na Bolívia) e caixas de Whisky. O ex-superintendente do DNIT para Acre e Rondônia, Jose Ribamar de Oliveira, fez turismo na Argentina, com seus familiares, com tudo pago por dinheiro sujo (veja abaixo). Em troca de tanto luxo e diversão, o DNIT aprovava relatórios falsos sobre obras não realizadas, mas devidamente pagas a empreiteiros que haviam “emprestado” muito dinheiro para as campanhas de Marcus Alexandre e Binho Marques.

Esta é mais uma reportagem da série sobre o esquema de propinas para financiar campanhas do PT e acobertar o superfaturamento nas obras das rodovias federais. Toda a revelação trazida aqui consta no relatório parcial do delegado Jacob Lima, responsável pela investigação.



O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB do Paraná, responsável pela construção do texto da reforma tributária do Brasil.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Evair Vieira de Melo, do Espírito Santo — é uma honra estar nesta tribuna sob a vossa presidência —, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero dar um recado à Presidência da República, ao Presidente Michel Temer, ao Ministro Eduardo Guardia e à Casa Civil.

A decisão equivocada que os senhores tomaram não contribui em nada para a retomada do crescimento. O veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2018, é um grande equívoco econômico da sua equipe, Presidente Michel Temer. V.Exa., que foi Parlamentar por décadas nesta Casa, deve entender que uma empresa que não pôde contribuir com seus impostos mensalmente, que não pôde pagar o boleto do Super-SIMPLES, cuja redução de impostos é de até 50% em média, diante da crise econômica, que é a maior de todos os tempos... Além dos 3 anos, ela se arrasta até agora, 2018, quando a recessão estancou. Nos anos 2014, 2015 e 2016, o PIB regrediu 8,2% e produziu 13 milhões de desempregados, 62 milhões de pessoas inadimplentes e mais de 50% de empresas inadimplentes.

O que significa 50% de empresas inadimplentes com bancos fornecedores, folha de pagamento e fisco? Não sabem os seus assessores que o Governo, ao não dar a condição de recuperar essas empresas, elas não irão para o lucro real, elas não irão para o lucro presumido, porque sequer têm condição de pagar o tributo do Super-SIMPLES, do qual eu tive a honra de ser Relator? Quer dizer que meio milhão de empresas vão ser prejudicadas? Vamos colocar quatro, cinco empregos em cada



empresa dessas, 2,5 milhões a 3 milhões de pessoas? Ora, Excelência, é um equívoco.

Assim como nós derrubamos o veto ao Programa Especial de Regularização Tributária — PERT, que é o REFIS da micro e pequena empresa, seremos obrigados a derrubar esse veto. Não haveria necessidade de fazer isso se houvesse uma relação do Governo com a sociedade, com o que está acontecendo com a economia das empresas brasileiras. Não ao veto!

O Governo não está sendo proativo. Ele está refém de um equívoco da política econômica, macroeconômica, que só sabe pensar em juros. O mundo real é a microeconomia. Se não há ativação da microeconomia, há a quebra, a falência, a mortalidade de empresas. É o que está acontecendo.

A previsão para o crescimento do PIB, que era de 3%, já caiu para 1,5%. Isso significa menos emprego, menos impostos.

Não recuperar as 500 mil empresas que foram colocadas para fora do Super-SIMPLES significa não ter receita, não ter mais impostos e não ter mais empregos, porque 500 mil empresas deixaram de pagar e, não tendo condições, não pagarão mais.

Lamento, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Tem a palavra o Deputado Goulart, de São Paulo.

O SR. GOULART (PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Evair Vieira de Melo, esse lugar lhe cabe muito bem.

Sras. e Srs. Deputados, dois assuntos que me trazem a esta tribuna nesta tarde.

Primeiro, quero cumprimentar todos os lotéricos do Brasil. Ontem, nós tivemos uma audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo para falar sobre os graves problemas que eles estão enfrentando. Infelizmente, as empresas distribuidoras estão retirando o recebimento das contas da Caixa Econômica Federal e credenciando banca de jornal, boteco e farmácia, pagando um preço vil. Só que o boteco cobra por isso 3 reais ou 4 reais, e o cidadão, com medo de ficar sem energia, acaba pagando.

Então, nós não vamos permitir que isso se alastre pelo Brasil. A Frente Parlamentar em Defesa dos Lotéricos está vigilante para que isso não ocorra e está denunciando ao Ministério Público.

Outro gravíssimo problema, que eu gostaria que fosse notificado ao Ministério da Saúde, ao Secretário de Saúde do Estado de São Paulo e ao Governador Márcio França, é enfrentado pela Santa Casa de Piedade. Pasmem, senhores: a Santa Casa de Piedade está com 11 idosos com o fêmur quebrado e não têm como fazer cirurgia. Com certeza, se não fizerem, esses doentes vão morrer, porque o líquido do fêmur vai para o pulmão, e isso é fatal na terceira idade.



Então, nós temos que tomar providências. O Hospital Regional de Sorocaba está se recusando, até por não ter capacidade de fazer cirurgias nesses cidadãos e cidadãs. É muito importante que se tome providência imediatamente.

Eu gostaria que este meu pronunciamento fosse encaminhado aos meios de comunicação e ao programa *A Voz do Brasil*.

A cidade de Piedade está em calamidade em função da falta de cirurgia para esses 11 pacientes idosos que quebraram o fêmur.

Muito obrigado.



O SR. RENATO MOLLING - Presidente, conceda-me 1 minuto, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Concedo 1 minuto ao Deputado.

Depois, o Deputado Miro Teixeira falará pela Rede Sustentabilidade.

O SR. RENATO MOLLING (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer o registro de uma importante reunião que aconteceu ontem em Portão, no Rio Grande do Sul. Algumas entidades se reuniram para reivindicar ao Governo Federal e ao Ministério dos Transportes a extensão da BR-448 até a RS-240, uma importante ligação. Vários Deputados Federais do Rio Grande do Sul apoiam essa reivindicação, pela importância da obra.

Diariamente, Presidente, pela BR-116, especialmente em São Leopoldo, há um engarrafamento enorme, que vem trazendo muitos prejuízos a toda a população. Nós vamos ter uma audiência hoje, às 18 horas, com o Ministro dos Transportes, para discutir essa questão.

Quero parabenizar todas as entidades por esse envolvimento.

Gostaria que o meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Assim será feito.



O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Concedo 1 minuto ao Deputado Moses Rodrigues, enquanto o Deputado Miro Teixeira se prepara para fazer seu pronunciamento.

O SR. MOSES RODRIGUES (MDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu trago aqui um assunto importante para o Estado do Ceará.

Ontem, as colônias de pescadores do Estado do Ceará nos procuraram para fazer uma reunião — mais de 700 pescadores estiveram presentes —, porque o seguro-defeso deste ano de 2018 não foi pago aos pescadores do Ceará. Foi pago o de todos os Estados do Brasil, mas o do Ceará não havia sido pago.

Fizemos uma reunião na Secretaria da Pesca com o Dr. Carlos para poder tratar desse assunto, bem como com o Ministro Alberto Beltrame e com o Presidente do INSS para podermos chegar a uma solução.

E acabo de sair de uma reunião com o Senador Eunício Oliveira, em que ele solicitou ao Presidente brevidade no tratamento desse assunto, para que esses 6 mil pescadores que não receberam o seguro-defeso no Estado do Ceará possam recebê-lo.

Então, Sr. Presidente, eu queria fazer esta manifestação para que a Casa saiba o que está acontecendo no Estado do Ceará.

Estamos trabalhando para resolver essa situação que mexe com 6 mil pescadores em todo o Estado do Ceará. Vamos resolvê-la esta semana, para que no mês de agosto os pescadores recebam esse seguro-defeso, que é tão importante. Serão três parcelas no valor de um salário mínimo, o que representará



uma injeção de recursos na economia do setor pesqueiro na ordem de 18 milhões de reais.

Publicamente quero agradecer ao Senador Eunício Oliveira pela articulação junto com os Ministérios e conosco para podermos resolver essa situação que traz um grande transtorno para o Estado do Ceará.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, por se tratar de um assunto importante para o Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Assim será feito.



O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Miro Teixeira, da Rede Sustentabilidade. S.Exa. é do Estado vizinho ao meu, o Rio de Janeiro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Evair, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu fui inspirado agora a vir à tribuna pelo discurso do Deputado Luiz Carlos Hauly, cujo trabalho tenho acompanhado.

O que me vem à cabeça é que diversas são as prioridades brasileiras. As necessidades são incontáveis. Se você encontra uma pessoa que está com o braço quebrado, a necessidade dessa pessoa é um hospital; se é uma pessoa que está em risco de sofrer um assalto ou que sofreu um assalto, a necessidade dessa pessoa é segurança.

As fórmulas não são apresentadas pela maioria dos candidatos de um modo geral. Candidatos a Deputado e candidatos a Senador também não apresentam as soluções. Pois eu lhes digo: a grande raiz das soluções está nessa discussão fiscal brasileira. Dentro dela, a questão tributária.

Houve, na Constituição de 1946, uma distribuição de recursos a Estados e Municípios que, a partir de 1967, acabou sendo reduzido na época do golpe. Na época do golpe, vários atos complementares foram retirando dinheiro dos Estados e dos Municípios, concentrando os recursos no Governo Federal para gerar a dependência política. Então, todos tinham que viver de pires na mão aqui na porta do Palácio do Planalto.

A classe média está esmagada hoje. Não se faz a atualização da tabela do Imposto de Renda há quase 10 anos. A verdade é essa. E, quando se faz, é um dizimozinho ali que é alterado. A classe média está absolutamente esmagada.



O pobre está pagando mais imposto do que bilionário. O pobre está pagando imposto em todos os remédios, está pagando na conta de luz, na conta de telefone. E os bilionários, com os seus dividendos, não pagam Imposto de Renda sequer — não pagam Imposto de Renda.

Então, eu saúdo aqueles que veem na reforma tributária esse mecanismo da justiça social no Brasil. Não se faz justiça social com palavras. A justiça social é feita com a prestação de serviços, com o Estado devolvendo ao cidadão o serviço pelo qual ele paga. O cidadão hoje paga os impostos e não recebe o serviço direto do Estado, paga o plano de saúde e também não recebe o serviço do plano que paga. O cidadão hoje paga várias vezes. Paga os impostos e não tem, por exemplo, serviço de saúde. Paga o plano de saúde e, quando vai procurar, na hora da doença, também não tem a cobertura daquilo que foi gasto.

Que País é esse em que nós estamos vivendo hoje?

Para não deixar uma mensagem pessimista, nós estamos no momento de construir o futuro. E, usando a frase de alguns teóricos bastante antigos, nesse momento o importante não é sequer ver de onde estamos vindo; o importante é saber para onde estamos indo. E nós precisamos ir para um Brasil melhor, com mais emprego, mais saúde, mais educação, mais atendimento de todas as necessidades do povo. E isso só se fará com uma redistribuição correta dos impostos.

O Sr. Evair Vieira de Melo, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem 1 minuto o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero parabenizar o Deputado Miro Teixeira pela síntese, em 4 minutos, da complexidade do problema econômico brasileiro, que é fiscal, porque a excessiva e complexa carga tributária sobre o consumo destruiu a capacidade de produção da indústria e do setor produtivo brasileiros. Ela entupiu as empresas, matou os empregos, matou as empresas, como é o caso das microempresas. Meio milhão de empresas foram colocadas para fora do Super-SIMPLES, conseqüentemente, uns 2 milhões, 3 milhões de empregos.

A complexidade dos incentivos fiscais chega a 500 bilhões de reais por ano, a sonegação chega a 500 bilhões de reais por ano, o contencioso tributário chega a 2 trilhões de reais de estoque, a dívida ativa chega a 3 trilhões de reais de estoque, e há também os 60 bilhões de reais de custo da burocracia. É esse monstro que tem que ser desmontado. É preciso reestruturar o sistema tributário, para que seja simples, progressivo, harmonizado com os países desenvolvidos, principalmente da União Europeia, para que o fiscal possibilite a concorrência, a estabilidade das empresas na formação de preço relativo, gerando emprego, riqueza e mais salários. O círculo virtuoso vai ficar no voo de galinha enquanto não se consertar o sistema tributário.

Parabenizo o Deputado Miro Teixeira mais uma vez.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de dizer, Deputado Hauly, que o Deputado Miro é o nosso professor.



Eu tenho orgulho de estar aqui com V.Exa., Deputado Miro, que é reserva moral desta Casa. Eu devo ir embora daqui, sou pré-candidato a Governador, mas vou lembrar, vou guardar no meu coração e não vou esquecer as aulas que V.Exa. me deu.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Eu não dou aula, Presidente. Sou pré-candidato ao Senado. De qualquer maneira, vamos desejar êxito um ao outro, mas vamos continuar nos comunicando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Exatamente, Deputado Miro. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem 1 minuto o Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu trabalhei nos meus primeiro e segundo mandatos de Deputado Federal aproximadamente 5 anos para que nós pudéssemos aprovar a lei de criação da profissão de moto-taxista e motoboy.

Uma vez que o Pará é um dos Estados onde há mais moto-taxistas no Brasil, e não há nenhum incentivo, nós vamos colocar no plano de Governo do nosso candidato a Governador, Paulo Rocha, a isenção do IPVA para esse segmento, para que ninguém dele precise gastar de 400 a 500 reais por ano para pagar o imposto da sua moto. Essa é uma forma de contribuir com uma categoria tão sofrida, que luta dia e noite para ganhar o pão de todo o dia para a sua família.

Solicito que minha fala seja divulgada pelo programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha, por 1 minuto.

O SR. HILDO ROCHA (MDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Manato, Sras. e Srs. Deputados, ouvindo aqui o nobre Deputado Zé Geraldo, do Pará, defender os mototaxistas, lembro que há 1 ano, por sugestão nossa, com o apoio da FENAMOTO — o Nonato é conterrâneo de S.Exa. —, temos buscado conseguir uma linha de crédito do BNDES para mototaxistas e motoboys financiarem a compra de motos, o que é necessário.

O BNDES, ao longo dos anos, financia apenas os grandes empreendedores. O mototaxista, que é um pequeno empreendedor, com apenas 8 mil reais, valor de uma moto, consegue gerar renda para a sua família, através daquele trabalho. Até agora, o BNDES está enrolando, enrolando, enrolando. Queria inclusive lamentar, porque o atual Presidente do BNDES se comprometeu a agilizar isso e até agora não se conseguiu bater o martelo.

Quero chamar a atenção dos técnicos do BNDES que estão amarrando esse procedimento do financiamento de motos para mototaxistas e motoboys. Hoje, quando um mototaxista ou um motoboy compra uma moto financiada pelo Banco Honda, ele acaba, em 48 meses, pagando duas motos. E a nossa proposta é que seja feito o financiamento através do FINAME, ou seja, que o mesmo recurso que financia os ônibus do transporte urbano financie também as motocicletas dos mototaxistas.

E também queria deixar registrado que nós já apresentamos proposta para isentar os mototaxistas do pagamento de impostos federais. Não é justo que os



motoristas de táxis tenham essa isenção, que é correta e justa, e os mototaxistas, que fazem o mesmo trabalho de transportar pessoas, não tenham esse direito.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e solicito a divulgação deste meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 188.4.55.O

Data: 07/08/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A lista de presença registra o comparecimento de 209 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Os requerimentos de votação por processo nominal, de quebra de interstício e de retirada de pauta foram prejudicados.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

PROJETO DE LEI Nº 2.724, 2015

(DO SR. CARLOS EDUARDO CADOCA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.724, de 2015, que modifica o artigo 181 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986. Pendente de parecer da Comissão Especial. (Eleva a participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo).

Tendo apensados os PLs nºs 7.413/17 e 7.425/17.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não há requerimento sobre a mesa. Foi retirado.

Eu não vou passar a palavra ao Relator agora, porque regimentalmente tem preferência a Deputada Jandira Feghali, que falará pela Liderança. Tenho que cumprir o Regimento.

Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali, pela Minoria.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, antes de falar sobre a razão do pedido da palavra pela Liderança, quero dizer que tem sido reiterada a abertura da Ordem do Dia com o quórum abaixo de 257. Isso vai valer uma questão de ordem posteriormente.

Neste momento, quero dizer que eu pedi a palavra pela Liderança da Minoria, dos partidos que compõem a Minoria, porque é sempre fundamental lembrar a este Plenário que 7 de agosto é o dia da Lei Maria da Penha. Exatamente hoje, 7 de agosto de 2018, faz 12 anos da sanção da Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha é um dos motivos maiores de orgulho da minha vida parlamentar. Eu fui Relatora dessa lei, tive o orgulho de assinar esse texto que hoje está em vigor no Brasil, foi aprovado por unanimidade neste plenário e, depois, passou sem nenhuma modificação no Senado. Foi considerada pela ONU uma das três melhores leis do mundo em relação à violência doméstica e familiar contra a mulher e, mesmo questionada no Supremo Tribunal Federal, foi considerada uma lei completamente constitucional.

Eu tive a oportunidade e o privilégio, naquele momento, ainda no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva — a Ministra das Mulheres era Nilcéa Freire —, de percorrer o Brasil, as várias regiões deste País. Eu tive então a chance, a



possibilidade de conhecer as diferenças regionais, culturais, institucionais dessa discriminação, uma discriminação de gênero, que é universal pelo machismo, que é evidente, que é explícito, que é marcante no mundo e, em particular, no nosso País, e que estabelece uma dupla discriminação forte no Brasil — não adianta negar — que se soma à discriminação pelo racismo. Ainda hoje, apesar da lei, vemos que as estatísticas são maiores e ainda crescentes em relação à mulher negra.

A Lei Maria da Penha foi construída a muitas mãos, veio por iniciativa de mulheres operadoras do Direito que, observando as convenções internacionais e a Constituição brasileira, chegaram ao Parlamento brasileiro pedindo a parceria das Parlamentares. Mas foi a partir de mensagem do Executivo, por uma série de possibilidades ou impossibilidades de vício de iniciativa do Parlamento, que a proposta aqui chegou. E eu, como Relatora, pude construir um parecer ouvindo o País, ouvindo as mulheres, ouvindo também homens que atuavam na área e nos centros de referência. Foi assim que nós pudemos construir uma lei muito ampla, muito abrangente, que falava do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul, a partir de realidades diferentes.

Eu pude perceber as razões da não denúncia, por que as mulheres não chegavam às delegacias, por que as mulheres tinham dificuldade de estabelecer e de buscar as medidas de proteção e, também, por que não havia punição.

As mulheres eram submetidas, muitas vezes, a perícias completamente constrangedoras, e a punição dos agressores eram medidas pecuniárias. Nós valíamos uma cesta básica. Nós valíamos acordos sem que as mulheres sequer fossem ouvidas, e os agressores saíam muito bem desse processo. As mulheres perdiam as suas vidas, apesar das denúncias.



Hoje nós podemos dizer que a Lei Maria da Penha marcou historicamente o sistema da Justiça. Já são mais de 1 milhão e 200 mil processos, mais de 100 mil prisões, mais de 300 mil vidas salvas, são muitas denúncias pelo Disque 180. É importante dizer que mais de 30% das denúncias são de violência psicológica, algo que não estava no radar da maioria das mulheres, porque esse é um tipo de violência que não deixa marcas no corpo, que a perícia ou exame de corpo delito não detectam. Mas é violência também.

As violências previstas na lei não são apenas as físicas, mas também as morais, patrimoniais, sexuais e psicológicas. A lei não é apenas para prender, é pelo direito penal mínimo. É uma lei que previne, é uma lei que prepara, é uma lei que capacita as forças de repressão. É uma lei que trabalha na capacitação do magistério, na escola. É uma lei que gera outra cultura. É uma lei que trabalha a imagem da mulher na comunicação. É uma lei que protege a empregada doméstica — e muita gente não sabe disso. É uma lei que cuida do jovem e da criança num lar violento. É uma lei muito mais ampla, que cria as varas especializadas com dupla função, cível e penal. É uma lei que tirou do Juizado Especial Criminal o cuidado com essa questão, porque a violência contra nós mulheres não corresponde a uma briga entre motoristas de carro ou entre vizinhos, são violações e ofensas de altíssimo potencial ofensivo.

Então, apesar de termos muitos avanços, ainda estamos distantes de alcançar um momento de paz para as mulheres. As estatísticas ainda são absolutamente elevadas. Muitas mulheres ainda morrem. O feminicídio, que decorre da relevância dessa pauta e da conquista da Lei Maria da Penha, foi outra lei aqui aprovada, já no Governo Dilma, outra grande conquista. Está aí, acabamos de ver o



crime contra a mulher Tatiane, assassinada pelo marido. Essa mulher não conseguiu denunciar. A omissão dos vizinhos ficou nítida. Essa mulher, ainda jovem, perdeu a sua vida.

As mulheres negras ainda estão nas estatísticas mais elevadas que as mulheres brancas, mostrando que a violência tem caráter de gênero e de raça. Precisamos avançar. A Justiça tem que cumprir o seu papel. Os Governos dos Municípios e dos Estados e o Governo Federal precisam cumprir com o seu papel, é preciso orçamento. Precisamos mudar culturalmente a sociedade para que as mulheres avancem exigindo os seus direitos e que os Governos e a Justiça cumpram o seu papel. É o “cumpra-se” que nós precisamos fazer. A sociedade, nós todos precisamos nos mobilizar.

É importante dizer que o Governo Federal, particularmente, impôs retrocessos ao Brasil, acabou com o Ministério da Mulher. Essa foi a primeira medida. Colocou esse Ministério como apêndice em três lugares diferentes e acabou com as medidas que possibilitavam o cumprimento da Lei Maria da Penha e de outros programas de proteção à mulher.

Este é o momento em que a sociedade precisa decidir. Aí estão as eleições. O Sr. Geraldo Alckmin juntou um monte de legenda para disfarçar que não é o candidato de Temer, mas ele é. Centrão é um nome disfarçado, é a Direita, são os conservadores que precisam ser derrotados nestas eleições. O Sr. Geraldo Alckmin e sua trupe são exatamente os que compõem a candidatura do Sr. Temer. Não disfarcem, não!

Esse é o alvo. Daí a necessidade da derrota, porque essa turma representa exatamente essa política de retrocesso de direito das mulheres, dos negros, do



País, do povo, das suas riquezas, dos direitos trabalhistas e previdenciários, do patrimônio brasileiro e todos os direitos que as mulheres acumularam e conquistaram até aqui.

Atenção às eleições! Atenção a este momento! Atenção a este momento, porque, daqui a 7 finais de semana, nós vamos decidir os destinos do Brasil. As mulheres, que correspondem a mais de 52% do eleitorado, devem ficar ligadas, porque nós precisamos ganhar. Precisamos ganhar para avançar e para não retroceder.

Em defesa da vida das mulheres, que nós possamos ganhar as eleições e fazer valer os nossos direitos!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Esta Presidência tem o prazer e a honra de anunciar a presença em plenário, neste dia 7 de agosto de 2018, da delegação de Moçambique, que está acompanhada do Deputado Márcio Marinho.

É uma honra para nós recebê-los. Os senhores estão com uma reserva moral aqui no nosso Parlamento.

Comunico aos Srs. Deputados a presença em plenário da Delegação Parlamentar da Assembleia da República de Moçambique, chefiada por S. Exa. o Sr. Deputado Vasco Manuel.

Os ilustres Deputados moçambicanos integram a Comissão em Defesa de Segurança e Ordem Pública de seu Parlamento e vieram ao Brasil para conhecer a experiência brasileira na produção de leis e fiscalização nas áreas da defesa nacional e da segurança pública.

Com essa finalidade, foram recebidos pelo grande Deputado Márcio Marinho, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Moçambique e pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, além de terem participado de reuniões no Ministério da Segurança Pública no Senado Federal.

Em nome da Câmara dos Deputados, apresento as boas-vindas aos nobres Parlamentares moçambicanos e votos de que a cooperação entre as nossas Casas Legislativas contribuam para uma aproximação cada vez maior entre os nossos povos e auxiliem na consolidação da democracia e da cidadania tanto no Brasil como em Moçambique.

Fiquem à vontade.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para oferecer parecer ao Projeto, pela Comissão Especial, concedo a palavra ao Deputado Paulo Azi.

V.Exa. tem o tempo regimental necessário.

O SR. PAULO AZI (DEM-BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores que acompanham esta sessão através da *TV Câmara*, fui incumbido de proferir parecer de plenário, em substituição à Comissão Especial do Projeto de Lei nº 2.724, de 2015, apensado ao Projeto de Lei nº 7.413, de 2017, projeto original, de autoria do nobre Deputado Carlos Eduardo Cadoca, que modifica o art. 181 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

“I - Relatório

Trata-se de projetos de lei que, em seu conjunto: (i) propõe modernizar o setor de turismo no Brasil, adequando o sistema normativo que regulamenta o setor, com vistas a acompanhar as novas demandas da sociedade, dirimir entraves que impedem o desenvolvimento da atividade, assim como desburocratizar procedimentos, melhorando o ambiente de negócios e promovendo maior integração com a iniciativa privada; e ampliam o limite para a participação de capital estrangeiro, com direito a voto em empresas que prestam serviços aéreos públicos.

Compõe o grupo de proposições em análise, configurando o conteúdo anteriormente descrito: como proposição principal, o Projeto de Lei nº 2.724, de 2015, de autoria do nobre Deputado Carlos Eduardo Cadoca, que eleva a participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo; o Projeto de Lei nº 7.413, de 2017, de autoria do Poder Executivo, primeira proposição apensa, que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que



dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo do setor turístico, e revoga a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977.

De acordo com o signatário da proposição principal, o acolhimento do seu projeto atrairia mais investimentos para o setor aéreo do Brasil. Enfrenta-se, alega a Justificativa de seu projeto, *‘elevação dos custos de operação (leasing, combustíveis, tributos, entre outros) e as quedas do poder de compra e da capacidade de endividamento do consumidor’*, dificuldades que poderiam ser equacionadas com a abertura de capital das empresas aéreas.

Por sua vez, a Exposição de Motivos Interministerial nº 3, de 2017, que acompanha o Projeto de Lei nº 7.413, de 2017, encaminhado pela Mensagem Presidencial nº 112, de 11, de abril de 2017, esclarece que a proposição busca acompanhar as novas demandas do setor turístico, dirimir gargalos que impedem o desenvolvimento da atividade, desburocratizar procedimentos, melhorar o ambiente de negócios e promover maior integração com a iniciativa privada, adequando o setor à dinâmica atual da atividade turística.

Até o final do prazo regimental para a apresentação de emendas, em 26 de abril de 2017, não foram oferecidas emendas aos dois projetos.

Como as proposições envolvem matéria de competência de mais de três Comissões de Mérito (Comissões de Cultura; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Turismo; de Finanças e Tributação), determinou-se a criação de Comissão Especial para examiná-las, a qual, contudo, não chegou a ser implementada formalmente.



Em razão da circunstância, aprecia-se a matéria diretamente em Plenário, por meio do presente parecer.

II - Voto do Relator

Nos termos do § 2º do art. 34 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, à Comissão Especial, cuja manifestação se considera suprida no presente parecer, compete o exame da admissibilidade e do mérito na proposição principal, das que lhe foram apensadas e das emendas a ela apresentadas.

Não se registra, na concretização desse mister, qualquer restrição à admissibilidade jurídica e legislativa da proposição. Da mesma forma, não se verificam, tanto nas proposições em apreço quanto nas alterações sugeridas ao último projeto apensado, incompatibilidades com as normas que regem o orçamento público.

Em relação ao mérito, cabe destacar, de início, que a discussão das proposições em exame adquire relevância ao se vislumbrar, numa perspectiva mais abrangente, que a atividade turística contribui de maneira decisiva para o desenvolvimento nacional, pela sua forte capacidade de manutenção e geração de empregos. Além disso, o segmento, constituído por 52 atividades distintas, no qual a maior parte corresponde a empresas de micro e pequeno portes contribui substancialmente para o esforço de exportação e conseqüentemente de geração de divisas.

Cabe enfatizar que o turismo, segundo especialistas internacionais, representa um dos setores de maior expressão na economia brasileira, ao lado da saúde e dos bens de consumo, todos com pronunciada capacidade de geração de empregos. O turismo brasileiro atualmente contribui com cerca de 9% do PIB do



País e detém aproximadamente 8% dos empregos inseridos em sua economia, segundo dados do World Travel & Tourism Council — WTTC 2015, considerando as atividades diretas, indiretas e induzidas.

Nesse sentido o Projeto de Lei nº 7.413, de 2017, introduz dezenas de alterações na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, mais conhecida como Lei Geral do Turismo. Tais inovações são aproveitadas no substitutivo oferecido à matéria, pelos motivos que se passa a especificar.

A substituição de ‘classificação’ por ‘qualificação’ dos prestadores de serviços turísticos dentre os objetivos da lei, em seu art. 1º, atende à realidade das novas relações de consumo e à relativização de padrões. A observar, ainda, que a classificação dos meios de hospedagem, como adotada pelo Executivo, não se adequa aos padrões usados pela iniciativa privada. Ademais, o próprio consumidor já se encarrega da tarefa de classificar os prestadores de serviços turísticos, por meio de plataformas digitais. Já o acréscimo de atributo à definição de turismo, promovida no art. 2º da Lei nº 11.771, de 2008, fundamenta-se em novos conceitos empregados pela Organização Mundial do Turismo — OMT.

Numerosas alterações são oferecidas pela proposição em apreço ao art. 5º da Lei Geral do Turismo, dispositivo que trata dos objetivos da Política Nacional de Turismo. A modificação do inciso II ratifica que a referida política contribui para a redução das disparidades sociais e econômicas, mas torna claro que tal papel não é exclusivo da atividade turística. A inclusão, no inciso VI, do ordenamento e do monitoramento das atividades turísticas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, como ações a serem estimuladas pela Política Nacional de Turismo, reconhece que tais instrumentos são indispensáveis para a realização do



planejamento. Já a substituição, no inciso VII, da criação e da implantação de empreendimentos destinados às atividades de expressão cultural e similares pelo estímulo a essa implantação, retira do Ministério do Turismo a obrigação de efetivar diretamente e por sua conta aqueles empreendimentos.

Por sua vez, a alteração promovida no inciso IX, ampliando o objetivo da Política Nacional de Turismo referente à preservação da identidade cultural das populações afetadas pela atividade turística, propicia as condições para tornar as comunidades e populações tradicionais protagonistas do desenvolvimento sustentável da atividade turística. A modificação na redação do inciso X evita a possibilidade equivocada de que se possam aceitar como lícitas atividades turísticas relacionadas a abusos de natureza sexual. A revogação do inciso XII, suprimindo a implementação do inventário do patrimônio turístico nacional como um dos objetivos da Política Nacional de Turismo, está conjugada à alteração do inciso II do parágrafo único do art. 9º. Nessa outra norma, a promoção, a orientação e o estímulo à realização de levantamentos necessários ao diagnóstico da oferta turística nacional passam a ser uma das dimensões das ações dos órgãos e das entidades que compõem o Sistema Nacional de Turismo.

A alteração do inciso XVI aprofunda o objetivo da Política Nacional de Turismo de integração do setor privado, permitindo a ampliação dos investimentos e o compartilhamento de custos para a realização de ações e de projetos de promoção e de qualificação do turismo. Já a modificação do inciso XVII reconhece a necessidade de melhorar o ambiente de negócios para aumentar o volume de investimentos no turismo e reduzir o excesso de burocracia. Por meio da nova redação do inciso XVIII, define-se que o estabelecimento de padrões e normas de



qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços turísticos é função de todo o Sistema Nacional de Turismo, e não apenas dos operadores, dos empreendimentos e dos equipamentos turísticos, como previsto no texto vigente. A alteração do inciso XIX introduz uma bem-vinda substituição de termos, dado que 'o setor' do turismo é uma descrição mais precisa do que 'a área' do turismo.

Complementando as modificações do art. 5º, o texto do inciso XX favorecerá o aprimoramento das informações estatísticas e dos dados sobre o turismo no País. O inciso XXI, acrescentado pela proposição, inclui no rol dos objetivos da Política Nacional de Turismo o incentivo ao fomento à pesquisa e à produção científica relacionadas ao turismo.

Várias modificações são propostas para o art. 6º da Lei nº 11.771, de 2008, que dispõe sobre os elementos que devem ser promovidos pelo Plano Nacional de Turismo. Na primeira delas, no inciso V, efetiva-se a necessária atualização da designação das pessoas com deficiência e introduz-se no texto legal a previsão mais geral de iniciativas destinadas a apoiar a viagem de pessoas idosas, com deficiência ou com mobilidade reduzida ou de jovens. A alteração do inciso VIII aprimora o objetivo do Plano Nacional de Turismo relacionado ao estímulo ao turismo responsável. Já a modificação do inciso X torna mais precisa a correspondente redação.

São acrescentados novos incisos, XI a XXIV, ao art. 6º da Lei Geral do Turismo, incorporando ao texto legal a previsão de atividades adicionais a serem promovidas pelo Plano Nacional de Turismo. Estes novos dispositivos permitem alinhar os objetivos do Plano e da Política Nacional de Turismo. São englobados aspectos como o turismo social, a produção associada ao turismo como forma de



inclusão e de diversificação da oferta turística, o fortalecimento da gestão descentralizada e da regionalização do turismo, o estímulo à criação de novos produtos turísticos e as estratégias de mercado para melhor posicionamento dos destinos turísticos brasileiros, a melhoria do ambiente de negócios, a inovação, a competitividade e a qualificação do setor. O substitutivo oferecido à matéria preserva a redação oferecida, com exceção de pequenos ajustes formais nos incisos XXII e XXIII, para adequação aos ditames da técnica legislativa, mantendo o espírito dos respectivos textos.

As alterações promovidas no *caput* e no inciso I do art. 7º da Lei nº 11.771, de 2008, efetuam oportunos ajustes no texto, sem alterar seu conteúdo. Por seu turno, o art. 8º é modificado para se incluir a dimensão municipal no Sistema Nacional de Turismo, iniciativa sem dúvida saudável e pertinente. Assim, passa a integrar o conjunto de seus órgãos e entidades a Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo, permitindo-se, ainda, a participação dos fóruns e conselhos municipais de turismo, dos órgãos municipais de turismo e das entidades de representação nacional dos Municípios relacionados com o turismo.

De outra parte, é alterado o art. 9º da Lei Geral do Turismo, especialmente seu parágrafo único, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pelos órgãos e pelas entidades que compõem o Sistema Nacional de Turismo. Assim, a redação proposta para o inciso II acrescenta a orientação e o estímulo à realização de levantamentos necessários ao *marketing* turístico dentre as prioridades do sistema. Já o novo texto do inciso VIII destaca que a sinalização turística deverá também ser interativa, acessível para pessoas com deficiência e com tradução em língua estrangeira.



O substitutivo também modifica partes do art. 11 da Lei nº 11.771, de 2008, que trata da atuação do Comitê Interministerial de Facilitação Turística na compatibilização da execução da Política Nacional de Turismo e da consecução das metas do Plano Nacional de Turismo com as demais políticas públicas. Assim, a modificação do inciso III caracteriza de modo mais apropriado o incentivo ao turismo trazido pelo desenvolvimento do transporte aéreo. Por seu turno, a do inciso IX especifica que deverão ser internacionais os eventos cujo aproveitamento será objeto de incentivo dos planos e programas do Governo Federal. Alteração formal é efetuada no art. 12, de modo a substituir a menção ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, existente à época da entrada em vigor da lei, pela referência mais geral a outros órgãos da administração pública federal.

A revogação do art. 13, dispositivo que enunciava apoio à implantação de férias escolares diferenciadas nas distintas Unidades da Federação, é o reconhecimento de que a implantação de períodos não coincidentes de férias escolares é sugestão recorrente, mas que não encontrou ressonância na realidade política e administrativa do País. Por sua vez, a introdução do art. 13-A no corpo da Lei Geral do Turismo incorpora ao diploma a previsão de criação pelo Poder Executivo federal de Áreas Especiais de Interesse Turístico — AEIT, territórios que serão considerados prioritários para facilitar a atração de investimentos. Em contrapartida, promove-se a revogação da Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre essas áreas, mas cuja aplicação se tornou inviável em decorrência do processo de redefinição do papel do Estado nos últimos 40 anos.



Outra inovação introduzida na Lei nº 11.771, de 2008, pelo PL 7.413/17 — igualmente aproveitada no substitutivo — consiste no acréscimo do art. 14-A, que autoriza o compartilhamento de custos entre o Ministério do Turismo e a EMBRATUR, mediante parcerias com instituições privadas na realização de ações de *marketing* de turismo, o que permitirá maior divulgação do Brasil no exterior. Na mesma toada, o art. 14-B, também acrescentado à lei pela proposição sob exame, adiciona, dentre as ações de qualificação do setor de turismo a serem desempenhadas pelo Ministério do Turismo, a promoção da qualificação profissional da mão de obra especializada, além de identificar e propor a revisão de ocupações do setor de turismo. Já as alterações oferecidas ao art. 15 da lei em questão remetem a regulamentar os critérios para a concessão de apoio financeiro do Poder Público a pessoas físicas ou jurídicas que desenvolverem programas e projetos turísticos, medida que se reputa salutar, tendo em vista a redução das exigências burocráticas associadas. Paralelamente, a nova redação proposta para o *caput* do art. 19 aprimora a possibilidade de participação financeira do FUNGETUR em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo Ministério do Turismo como de interesse turístico, consoante com os objetivos da Política Nacional de Turismo.

O substitutivo, ainda uma vez corroborando os termos do projeto remetido pelo Poder Executivo, em boa hora acrescenta os microempreendedores individuais e as empresas individuais de responsabilidade limitada dentre os prestadores de serviços turísticos, por meio da correspondente alteração no *caput* do art. 21 da LGT. Igualmente oportuna é a incorporação das definições de programas turísticos abrangendo os cruzeiros aquaviários dentre as atividades de agências de turismo.



Respalda-se também a inclusão dentre os prestadores de serviços turísticos capazes de serem cadastrados no Ministério do Turismo dos fornecedores de produtos e serviços relacionados com o turismo, levada a cabo por alteração do inciso VI do § 1º (parágrafo único no texto legal vigente) do art. 21 da Lei Geral do Turismo. Ainda são incluídas pessoas jurídicas de outras naturezas, desde que sejam de interesse turístico, dentre os prestadores de serviços turísticos que poderão ser cadastrados no Ministério do Turismo, mediante a introdução de um § 2º ao mesmo art. 21.

Providência de igual modo oportuna é o acréscimo de um art. 21- A à Lei nº 11.771, de 2008, considerando profissionais de turismo aqueles ligados à cadeia produtiva do turismo, conforme legislação específica. Outra pertinente atualização do texto legal passa a permitir também, assim como o transporte aéreo, que os serviços de transporte individual remunerado de passageiros (como UBER e táxis) não precisam ter cadastro no Ministério do Turismo, por meio de modificação promovida no § 5º do art. 22.

O substitutivo acolhe as importantes alterações trazidas pela proposição encaminhada pelo Poder Executivo no conceito de meios de hospedagem contido no *caput* do art. 23 da Lei Geral do Turismo. O texto assim modificado suprime da caracterização de meios de hospedagem a ausência de restrições quanto à forma de constituição, medida consistente com a clara definição no art. 21 das naturezas jurídicas consideradas prestadoras de serviços turísticos. Além disso, o projeto suprime da caracterização de meios de hospedagem a exigência de que as unidades habitacionais sejam de 'frequência individual', trocando por 'de uso



exclusivo de hóspede(s)', o que permitirá, por exemplo, que albergues e *hostels* sejam também reconhecidos como meios de hospedagem.

Também se insere no substitutivo a introdução do § 5º, que passa a definir como de natureza privada, para efeito de arrecadação e distribuição de direitos autorais, a execução de obras musicais ou literomusicais no interior das unidades habitacionais dos meios de hospedagem. Trata-se de questão que tem ensejado longas e custosas batalhas judiciais desde o advento da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei do ECAD), a qual, em seu art. 68, § 3º, considerava os hotéis como de frequência coletiva, sem a necessária diferenciação das unidades habitacionais como de frequência privativa e de uso exclusivo do hóspede, que esta Relatoria também propõe deixar bem claro que a cobrança de direitos autorais se dá apenas quando da apresentação em áreas comuns e não em áreas exclusivas e privativas de hóspedes, ao inserir o art. 3º no substitutivo, promovendo o ajuste no art. 68 da Lei do ECAD. A alteração preconizada evitará, portanto, a possibilidade de tributação desproporcional dos meios de hospedagem decorrente dessa situação.

Já o § 6º nada mais é que a transcrição do texto vigente do § 2º do art. 24 da Lei, dispositivo revogado pela proposição.

Por sua vez, a revogação das alíneas 'a', 'c' e 'e' do inciso II do *caput* do art. 24 da Lei nº 11.771, de 2008, suprime a exigência de apresentação dos seguintes documentos para que condomínios hoteleiros ou similares obtenham o respectivo cadastramento como meios de hospedagem: (i) convenção de condomínio com previsão de prestação de serviços hoteleiros; (ii) administração por prestador de serviço hoteleiro cadastrado no Ministério do Turismo; e (iii) enquadramento sindical na atividade de hotéis. Trata-se de documentos que se revelaram desnecessários



para o cadastramento dos meios de hospedagem, constatação que torna o fim da exigência legal de sua apresentação uma medida que simplifica e agiliza o processo de cadastramento. Já a revogação do parágrafo único do art. 25 — suprimindo a determinação de estabelecimento pelo Poder Executivo de classificação dos meios de hospedagem quanto a padrões de conforto e requisitos construtivos — é consistente com a supressão da competência de classificação de prestadores de serviços turísticos pelo Sistema Nacional de Turismo e pelo Poder Executivo, efetuada pelo projeto em tela. A modificação seguinte, introduzida pela proposição em pauta, verifica-se no *caput* do art. 26, com a especificação de que as informações a serem fornecidas ao Ministério do Turismo pelos meios de hospedagem deverão ser encaminhadas em formato eletrônico. O substitutivo referenda essa iniciativa, dado que a utilização da ficha eletrônica diminui a utilização de papel, possibilita o acesso em tempo real a informações sobre o fluxo turístico, aperfeiçoa a geração de estatísticas para o setor e diminui consideravelmente o tempo de cadastro do hóspede no momento de sua entrada no meio de hospedagem.

Altera-se o art. 27 da Lei Geral do Turismo, em que se disciplinam as agências de turismo. Introduzem-se os incisos IV a VI no § 3º, acrescentando os seguintes serviços turísticos cuja intermediação ou execução passam a integrar o rol dos serviços cuja oferta, reserva ou venda constituem atividades de intermediação das agências de turismo: (i) locação de veículos; (ii) obtenção ou venda de ingressos para espetáculos públicos, artísticos, esportivos, culturais e outras manifestações públicas; e (iii) cruzeiros aquaviários. Em consequência, revogam-se os incisos IV e V do § 4º do mesmo artigo, já que as atividades (i) e (ii) deixam de pertencer à órbita



dos serviços turísticos cuja intermediação ou execução podem ser efetuadas pelas agências de turismo, como atividades complementares que lhes são permitidas.

Ainda no § 4º, modificação sugerida pelo Poder Executivo no inciso II especifica que apenas a modalidade de superfície do transporte turístico integra o grupo dos serviços turísticos cuja intermediação ou execução podem ser efetuadas pelas agências de turismo como atividades complementares que lhes são permitidas. Tal alteração, porém, afigura-se prejudicial ao mercado envolvido na questão, tendo em vista que as agências de turismo tradicionalmente intermedeiam a venda de passagens aéreas, razão pela qual não se incorpora a medida no substitutivo oferecido à matéria.

A modificação seguinte suprime a atribuição do Ministério do Turismo de dispor sobre classificação de veículos terrestres e embarcações para o turismo, mediante a revogação dos incisos I e II do art. 29 da Lei Geral do Turismo. O novo texto do *caput* do dispositivo confere ao Ministério, tão somente, a fixação dos padrões para a identificação oficial a ser usada na parte externa dos veículos terrestres e das embarcações, ouvidos os demais órgãos competentes sobre a matéria. Essa modificação abandona, portanto, o sistema normativo vigente, que atribui ao Ministério do Turismo a determinação das condições e dos padrões para a classificação em categorias de conforto e serviços dos veículos terrestres e embarcações para o turismo.”

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Prorroga-se a sessão por mais 1 hora.

Nobre Relator, pode continuar.

O SR. PAULO AZI - “O substitutivo, ainda aproveitando o texto encaminhado pelo Poder Executivo, oferece mais um tempestivo aperfeiçoamento da Lei Geral do



Turismo, ao suprimir a distinção atualmente vigente das empresas organizadoras de eventos em duas categorias: (i) as organizadoras de congressos, convenções e congêneres de caráter comercial, técnico-científico, esportivo, cultural, promocional e social, de interesse profissional, associativo e institucional; e (ii) as organizadoras de feiras de negócios, exposições e congêneres, como especificado no § 1º do art. 30. Trata-se de diferenciação que dificulta a atuação das empresas, ao limitar sua operação aos eventos enumerados em suas respectivas categorias. Não há razão plausível para este fator adicional de burocracia e ineficiência. Assim, é endossada a modificação promovida no dispositivo, mediante a qual as organizadoras de eventos poderão prestar serviços nas categorias de organização de feiras de negócios, exposições, congressos, convenções e congêneres de caráter comercial, técnico-científico, esportivo, cultural, promocional e social, de interesse profissional, associativo e institucional, sem mais complicações desnecessárias.

Reproduz-se também, na proposta alternativa apresentada por este Relator, a adequação oferecida pelo Projeto de Lei nº 7.413, de 2017, ao conceito dos parques temáticos, mediante alteração do *caput* do art. 31 da LGT e introdução de um parágrafo único no dispositivo. Desse modo, eles passam a ser definidos como os estabelecimentos que exercem a prestação de serviços de entretenimento, de lazer, de diversão, mediante cobrança de ingresso, e de apoio e suporte ao turista, implantados em um único espaço ambientado tematicamente, estando, ademais, instalados em local fixo e de forma permanente.

Notavelmente meritória, sem nenhuma dúvida, é a incorporação ao texto da Lei Geral do Turismo a questão dos cruzeiros marítimos. Com efeito, surpreende que o texto legal máximo do turismo não contemple uma atividade de tão grande



relevância. De acordo com informações do setor de cruzeiros marítimos, estima-se para este ano um total de 25,8 milhões de cruzeiristas em todo o mundo, um crescimento na demanda de 44% em apenas 8 anos. No Brasil, porém, o movimento tem diminuído consideravelmente desde a temporada 2010/2011, quando 20 navios operaram em nosso litoral, transportando quase 800 mil pessoas. A última temporada apresentou números muito inferiores: apenas 7 navios e menos de 360 mil cruzeiristas.

Os impactos econômicos dos cruzeiros são inegáveis. De forma direta, correspondem aos gastos no País dos tripulantes e dos passageiros a aquisição de mantimentos e combustível e a arrecadação de impostos e taxas portuárias. Além disso, há de se considerar as repercussões sobre a cadeia turística nacional, envolvendo as agências de viagens, as operadoras de turismo, as empresas de transporte, os guias, a venda de souvenirs e de alimentos, a rede hoteleira e o comércio em geral.

Apesar da expressiva queda observada nos últimos 6 anos no movimento de cruzeiros marítimos no País, o impacto econômico total da temporada mais recente alcançou respeitável R\$ 1,6 bilhão. A título de comparação, a temporada 2013/2014 trouxe R\$ 2,3 bilhões de reflexos econômicos diretos e indiretos. Tais números demonstram, portanto, a necessidade de que se busquem as condições que permitam a recuperação do setor — e o reconhecimento legal da importância dos cruzeiros aquaviários é um importante passo nessa direção.

Considera-se oportuna a introdução, pelo Projeto de Lei nº 7.413, de 2017, de incisos V e VI no art. 34 da Lei Geral do Turismo, cominando duas novas obrigações aos prestadores de serviços turísticos. De um lado, a de viabilizar a ação



fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções. De outro, a de manter, em local visível, mensagem referente à vedação da exploração sexual e do tráfico de crianças e adolescentes, conforme disposto na Lei nº 11.577, de 22 de novembro de 2007.

Em sequência, suprime-se o cancelamento da classificação do rol das penalidades a que estão sujeitos os prestadores de serviços turísticos pela não observância do disposto na Lei nº 11.771, de 2008. Tal iniciativa compatibiliza-se com a orientação de retirar a competência de classificação de prestadores de serviços turísticos pelo Sistema Nacional de Turismo e pelo Poder Executivo, adotada na proposta do Poder Executivo e aproveitada no substitutivo. Para tanto, revogam-se o inciso III do *caput* e o § 6º do art. 36, ao tempo em que se altera a redação do § 8º do mesmo dispositivo.

Outras inovações trazidas pela proposição subscrita pelo Poder Executivo ratificadas no substitutivo são as seguintes: (i) a supressão da previsão de inclusão na Dívida Ativa da União dos débitos decorrentes do não pagamento, no prazo de 30 dias, de multas aplicadas pelo Ministério do Turismo (revogação do § 2º do art. 38 da Lei); (ii) a supressão da previsão de interposição de pedido de reconsideração de multas aplicadas pelo Ministério do Turismo (revogação do *caput* do art. 39); (iii) a supressão de vinculação da apresentação de recurso hierárquico contra multa aplicada pelo Ministério do Turismo a indeferimento de reconsideração contra inclusão na Dívida Ativa da União dos débitos decorrentes do não pagamento (revogação do § 1º do art. 39 e adaptação do texto em um art. 39-A); (iv) a supressão da possibilidade de os prestadores de serviços turísticos requererem reabilitação (revogação do art. 40); e (v) os ajustes nos dispositivos referentes às



infrações (alterações das penalidades de que tratam os arts. 41 a 43, revogação do parágrafo único do ad. 43 e introdução dos arts. 43-A e 43-B).

Ao lado dos aspectos já assinalados, em que se corroboram os termos do projeto encaminhado pelo Poder Executivo, o substitutivo promove aperfeiçoamentos em seu conteúdo, adiante descritos.

Considera-se oportuno, de início, acrescentar três alterações no art. 21 da Lei nº 11.771, de 2008, que dispõe sobre os prestadores de serviços turísticos, além daquelas promovidas no texto original do Poder Executivo. Defende-se a adição ao grupo das atividades econômicas relacionadas à cadeia do turismo a de prestadores de infraestrutura de apoio a eventos, pela importância desempenhada por essas empresas na vertente do turismo de eventos. Com esse intuito, é introduzido um inciso VIII no *caput* do dispositivo.

Além disso, muito embora não tenham sido objeto de atenção no texto encaminhado pelo Poder Executivo, sustenta-se que os parques capazes de serem cadastrados no Ministério do Turismo como prestadores de serviços turísticos não deveriam ser limitados aos 'temáticos aquáticos', razão pela qual a última expressão é suprimida no inciso III do § 1º (parágrafo único no texto legal vigente). Ademais, julga-se pertinente ratificar a possibilidade de que aos serviços sociais autônomos seja permitida a inclusão no cadastro do Ministério do Turismo para prestação de qualquer serviço turístico, inclusive de hospedagem e de agenciamento de viagens, o que se concretiza pela adição de um § 3º ao dispositivo.

Reputa-se oportuno, ademais, incluir no texto do artigo em apreço três mandamentos que regulam a relação das agências de turismo com seus clientes. Por meio da introdução de um § 8º, estipula-se que a agência de turismo responde



objetivamente e de forma solidária pelos danos que sua intermediação venha a causar. Mediante um § 9º, determina-se que as notas de débito, as faturas e os documentos similares emitidos pelas agências de turismo com os preços de seus serviços e os valores dos serviços intermediados repassados aos respectivos prestadores, acompanhados dos comprovantes de entrega das passagens ou ordens de serviço (*vouchers*) correspondentes, terão força de títulos executivos extrajudiciais. Por fim, em um § 10, define-se que os valores das multas, penalidades ou outras taxas cobradas pelas agências de turismo a título de cláusula penal no caso de pedidos de alteração ou de cancelamento dos serviços por elas reservados e confirmados não poderão exceder o valor total desses serviços.

No contexto do art. 30 da Lei Geral do Turismo, que trata das transportadoras turísticas, considera-se pertinente incluir no texto legal a observação de que todos os serviços mencionados nos incisos que não se refiram ao transporte, itinerário, percurso ou deslocamento são consideradas atividades autorizadas a serem desenvolvidas exclusivamente pelos respectivos prestadores de serviços turísticos, conforme mencionados na lei. É esse o objeto de um parágrafo único introduzido pelo substitutivo no referido dispositivo.

Sustenta-se, no substitutivo, a necessidade de tornar mais clara a definição do preço do serviço das organizadoras de eventos, consoante sua caracterização no *caput* do art. 30. Dessa forma, sugere-se nova redação para o § 2º do dispositivo, em que se determina que o referido preço é, simplesmente, a taxa de intermediação remunerada entre clientes e prestadores de infraestrutura de apoio a eventos.

O substitutivo também modifica a cláusula de revogação incorporada ao Projeto de Lei nº 7.413, de 2017. Prevê-se, ali, a revogação total da Lei nº 8.181, de



28 de março de 1991. Ocorre, porém, que o art. 13 desse diploma ratifica, nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Fundo Geral de Turismo — FUNGETUR, criado pelo Decreto-lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971. Assim, acredita-se que a revogação da Lei nº 8.181, de 1991, poderia ensejar a possibilidade de cancelamento tácito do referido fundo. Dessa forma, a bem da prudência legislativa, sugere-se que se revoguem todos os dispositivos da Lei nº 8.181, de 1991, com exceção dos arts. 10 e 13, que se referem ao FUNGETUR, e do art. 16, cláusula revogatória do diploma.

No que diz respeito às mudanças que envolvem o setor de aviação, cabe de pronto assinalar que são abrangidos aspectos inegavelmente controversos. Ainda hoje, a regra na comunidade internacional reside em se prever, em alguma medida, restrições à participação de capital estrangeiro nas empresas de transporte aéreo. Parte dessa conjuntura decorre de a maioria dos acordos bilaterais, firmados após a Convenção de Chicago (1944), possuir cláusula que autoriza uma das partes a recusar a operação de empresa da outra parte se não estiver segura quanto à nacionalidade dos que a controlam. Mas não se pode ignorar que se adotam critérios dessa natureza com base em políticas internas protecionistas, cujas razões se assentam, além de argumentos econômicos, também em preocupações que envolvem a segurança nacional e da aviação.

Assim, a despeito da escassez de experiências relacionadas à plena abertura de capital das empresas de transporte aéreo, de que o Chile é exemplo e pioneiro, e agora seguido por Argentina, Paraguai, Peru e Colômbia, o fato é que a tendência apontada pelos dois principais organismos do setor, a Organização de Aviação Civil Internacional — ICAO e a Associação Internacional de Transporte Aéreo — IATA,



caminha no sentido da liberalização, como fruto dos esforços pela ampliação do livre comércio e da circulação de capitais de investimento. Ambos os entes de direito internacional anteriormente referidos partem dessa premissa.

Tal posicionamento nada possui de gratuito. A indústria do transporte aéreo sem dúvida se caracteriza por ser intensiva em capital, por operar a partir de matéria-prima, a aeronave, extremamente cara e sofisticada. O tipo de restrição que atualmente é aplicado pela maioria dos países — maior parcela do capital em domínio de nacionais — tolhe a capacidade de investimento das empresas, mesmo em mercados tão expressivos quanto o dos Estados Unidos, que, por sua vez, admite já rever essa medida através de projeto de lei chamado de ‘Free to Fly Act’. Este propõe revogar uma restrição de 1920 que limitava a 25% o investimento estrangeiro em companhias aéreas, aumentando agora para mais de 50%, com o intuito de diminuir os custos e não limitar as opções para o consumidor.

No Brasil, onde historicamente se registra parca disponibilidade de capital para investimento, a situação das empresas aéreas afigura-se ainda mais desconfortável. Em face de não poderem contar com mais de 20% de participação estrangeira no seu capital com direito a voto, tornam-se extremamente vulneráveis diante de quaisquer eventos ou períodos que requeiram aportes consideráveis. Veem-se forçadas a lidar praticamente sozinhas com dificuldades dessa ordem, ou esperar o beneplácito do Governo num pedido de socorro, ajuda que não se verificou, para citar um exemplo bastante traumático, no caso de uma empresa até então muito conceituada, a VARIG.

Os transtornos decorrentes do contexto a que se alude não se esgotam nesse aspecto. Ao não contar com investimento externo significativo, a empresa nacional,



independentemente do cenário circunstancial em que se encontra inserida, perde a oportunidade de angariar 'capital de conhecimento', que lhe permitiria conceber estratégias e práticas mais eficientes, capazes, inclusive, de permitir a abertura de novos mercados.

A questão, portanto, já não deve mais ser se vale a pena permitir maior participação do capital externo nas empresas nacionais. Trata-se de preliminar superada. O que se deve avaliar são os termos em que esse incremento deve ser efetivado.

Existe uma corrente de especialistas segundo a qual deve ser autorizada a elevação do capital estrangeiro de 20% para 49%; de acordo com outro segmento, esse novo percentual deve se aplicar somente a empresas que executem rotas internacionais, restando as empresas que atuam no âmbito doméstico livres para receber investimento externo de qualquer magnitude, política adotada pelos australianos, por exemplo; finalmente, há os que defendem que é hora de, simplesmente, encerrar de vez essa espécie de restrição, que, mais dia menos dia, cairá também no plano internacional. Parte dessa última concepção orienta o presente parecer.

Verifiquem-se, a respeito, as concepções do economista Milton Friedman, laureado com o Prêmio Nobel, a respeito da eliminação das barreiras ao livre comércio, para estabelecer uma analogia com o tipo de decisão a ser enfrentada na análise do projeto aqui contemplado:

Dado que é desejável caminhar para o livre comércio, como devemos fazê-lo? O método adotado é o das negociações multilaterais recíprocas para a redução



de tarifas com outros países. Isso me parece uma prática errada, já que leva a uma visão errônea do problema básico: faz parecer que as tarifas ajudam o país que as impõe, enquanto prejudicam os outros, como se, quando renunciamos a uma tarifa, estivéssemos abandonando algo bom e tenhamos de receber algo em troca, sob a forma de redução das tarifas impostas pelos outros países.

Na verdade, a situação é completamente diferente. Nossas tarifas nos prejudicam tanto quanto aos outros países. Nós nos beneficiaríamos da eliminação unilateral de nossas tarifas. É evidente que teríamos ainda maiores benefícios se eles também reduzissem as deles, mas nosso benefício não exige que isso aconteça. O mesmo se aplica, naturalmente, à remoção de barreiras não tarifárias.

Essa posição do respeitado doutrinador encontra eco nas orientações atuais tanto da ICAO como da OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, cientes de que, imediata ou gradualmente, tirar as obstruções ao investimento estrangeiro, ainda que de forma unilateral, pode trazer consideráveis benefícios. De acordo com a OCDE, em documento sobre a liberalização do transporte aéreo, de 2015, elevar o investimento estrangeiro nas empresas proporcionaria uso mais eficiente do capital, redução de dívidas e emprego mais racional de recursos utilizados na atividade.



E quanto às objeções? Para a ICC — Câmara de Comércio Internacional, nem mesmo as preocupações com segurança se justificariam. No que diz respeito à defesa nacional, os governos podem manter acordos com as companhias aéreas que as obriguem a fornecer aeronaves em tempos de guerra ou em emergências, tal como feito nos Estados Unidos, cujo governo adota o famoso programa CRAF (Civil Reserve Air Fleet), muito bem sucedido. De mais a mais, reforça a ICC, os Estados dispõem de poder legislativo para requisitar qualquer aeronave mantida em sua jurisdição. Quanto à segurança técnica da aviação civil, a ICC argumenta que a mera transferência de titularidade, de nacionais para estrangeiros, não tem o condão de expor a riscos a navegação aérea, pois a regulação continua sendo atributo indispensável do governo, responsável por certificar aeronaves e pilotos, assim como por controlar as operações em terra e no ar, de sorte que não representem ameaça de nenhuma ordem.

Em relação às críticas segundo as quais o ingresso de capital estrangeiro nas empresas colocaria em xeque o emprego de nacionais, deve-se ter em conta que eventual redução de mão de obra, se ocorresse, tenderia a ser temporária, apenas o suficiente para o ajuste da indústria a um novo patamar de produtividade. No médio e no longo prazos, por certo, o resultado de uma indústria de transporte aéreo mais eficiente seria o aumento das contratações, não o contrário. Importa lembrar, ainda, que mais relevante que o balanço de empregos no setor, especificamente, é aquele que diz respeito a toda a economia, a qual com certeza se tornará mais dinâmica se contar com um sistema de transporte aéreo mais produtivo e eficaz do que o atual.

Por fim, resta saber se é verossímil a possibilidade de um Estado, com base em acordo bilateral, proibir a operação de empresa de outro Estado, com maioria de



capital estrangeiro, em seu território. Muito embora os países que adotam limites à participação de estrangeiros relutem em admitir de forma aberta que não aplicariam esse tipo de medida, a experiência indica que a sanção é improvável, ao menos em se tratando de país com as credenciais do Brasil.

De fato, em pelo menos um documento de trabalho, datado de 2013, a ICAO aborda a questão da designação de empresas aéreas com substancial capital estrangeiro por países que mantenham acordo bilateral. Emblemático, nessa análise, é o caso da Colômbia, em cuja Constituição e na legislação ordinária não se encontra distinção entre empresas com capital nacional e com capital estrangeiro, tratamento que acertadamente se estende à indústria do transporte aéreo. O que poderia parecer uma imprudência — contrariar a política restritiva dominante —, revelou-se medida perfeitamente factível, colocada em prática por intermédio de *waivers*, isto é, por meio da dispensa do cumprimento de exigências contratuais específicas, admitidas por cada um dos países com quem a Colômbia mantém tratados bilaterais. São exemplos os Estados Unidos, o Canadá, a Espanha e a China. No caso brasileiro, não há razão para acreditar em resultado distinto.

De resto, é preciso ter em mente que o aumento de capital pertencente a estrangeiros no transporte aéreo não constitui uma obrigação. Trata-se de uma simples possibilidade. A empresa brasileira designada para voar entre o País e Estado que não se disponha a conceder *waiver* pode muito bem decidir que é mais vantajoso para si não abrigar mais de 49% de capital internacional. Trata-se, enfim, de decidir qual a melhor alternativa diante das oportunidades e restrições que o mercado apresenta.



Cabe assinalar, ainda, que a ideia de permitir o ingresso ilimitado de capital estrangeiro nas empresas aéreas que atuam no País foi recentemente adotada pelo Congresso Nacional, quando se apreciou a Medida Provisória nº 714, de 2016, que propunha o aumento, de 20% para 49%, da participação do capital estrangeiro nas empresas aéreas nacionais. No entanto, ao retornar a matéria ao exame do Presidente da República, S.Exa. decidiu vetar o dispositivo liberalizante aqui proposto, na concepção de que ele não se mostrava inteiramente adequado aos propósitos almejados com a edição da MP. Na realidade, sabe-se que o Governo tinha interesse na aprovação da matéria, mas foi obrigado a fazer acordo com parte dos Parlamentares, os quais, discordando da liberalização, ameaçavam não aprovar a referida MP, de enorme importância para o restabelecimento da saúde financeira da INFRAERO.

Para concluir, cabe tecer referência às fortes críticas que muitos juristas endereçam às restrições existentes no art. 181 do CBA — Código Brasileiro de Aeronáutica. Com efeito, com o advento da Emenda Constitucional nº 6, de 1995, argumentam esses autores, o conceito de empresa de capital nacional caiu por terra, deixando sem amparo o tipo de limitação imposta no CBA, anterior à Constituição de 1988. A par disso, em 1994 foi editada a Lei nº 8.884, a chamada Lei Antitruste, cuja finalidade principal é garantir a atuação do mercado concorrencial, dificultando a imposição de barreiras que restrinjam a competição, como seria o caso da discriminação quanto ao capital externo.

Além dos aspectos já referidos, reputam-se necessários alguns aperfeiçoamentos pontuais para que se alcance solução legislativa adequada ao



problema enfrentado. Com esse intuito, são introduzidas no substitutivo oferecido aos nobres pares:

- revogação do art. 181 do Código Brasileiro de Aeronáutica, para ampliar a participação de capital estrangeiro com direito a voto em empresas que prestam serviços aéreos públicos;

- a alteração dos arts. 180, 217 e 218 do Código Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer a autorização como instituto de outorga de serviços aéreos públicos.

Acerca de alguns desses aspectos, convém que sejam tecidos esclarecimentos adicionais.

No que diz respeito às mudanças no Código Brasileiro de Aeronáutica, trata-se de introduzir correções indispensáveis no texto, com o intuito de deixar clara a aplicação do instituto da autorização como requisito para a exploração de serviços públicos em transporte aéreo regular. Com a medida, propicia-se maior celeridade e desburocratização para abertura de empresas aéreas. É sabido que já não se aplica mais o processo licitatório no modelo atual de outorga para a exploração de serviço público de transporte aéreo regular, tornando a modalidade obsoleta.

Com efeito, o que se verifica na prática é apenas uma habilitação das empresas, durante a qual são analisadas as capacidades técnica e jurídica da interessada sem que haja um processo específico de competição por uma concessão em que um proponente seja escolhido em detrimento de outro. Tal entendimento encontra-se, inclusive, pacificado no Acórdão do Tribunal de Contas da União — TCU nº 346/2008-TCU-Plenário, de 13 de março de 2008, e na Resolução do Conselho de Aviação Civil — CONAC nº 007/2008. Não se cogita,



portanto, da aplicação do instituto da concessão para o transporte aéreo, conforme entendimento consolidado. Ademais, a modificação dos arts. 217 e 218 visa estabelecer que o período de autorização estará vinculado à validade dos certificados técnicos obtidos para a exploração dos serviços aéreos.

Também procedemos ajustes ampliando o escopo do transporte de carga cujos terminais compõem o sistema aeroportuário, não mais o restringindo ao modal aéreo. Buscamos também estabelecer a necessidade de credenciamento ou de processo seletivo prévio para a concessão de subvenção econômica às empresas aéreas inscritas no Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional — PDAR, com o objetivo de propiciar maior capacidade de controle dos resultados do aludido programa, maior previsibilidade de recebimento, pela empresa vencedora do certame, do valor de subvenção a que teria direito, e a obtenção de resultados expressivos com poucos recursos orçamentários.

E, por fim, permitimos ainda que a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária — INFRAERO e suas subsidiárias, por delegação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, realizem procedimento licitatório para a contratação de obras e serviços de engenharia destinados à modernização, construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil — FNAC.

Em razão do exposto, vota-se pela admissibilidade jurídica e legislativa dos projetos de lei em análise, assim como por sua compatibilidade orçamentária e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.724, de 2015, e Projeto de Lei nº 7.413/17, tudo nos termos do substitutivo oferecido em anexo.”

É o parecer, nobre Sr. Presidente.



Sr. Presidente, consulto se V.Exa. considera necessária a leitura do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, o substitutivo é o mais importante. Então, não podemos abrir mão. Eu gostaria que V.Exa. desse uma acelerada na leitura, como é peculiar, mas é preciso ler.

O SR. PAULO AZI - Seguirei a determinação de V.Exa.

“SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 2.724, DE 2015

(Apensado: PL nº 7.413/2017)

Autoriza o Poder Executivo a promover a modernização do turismo no Brasil, alterando as Leis nºs 6.009, de 26 de dezembro de 1973; 7.565, de 19 de dezembro de 1986; 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; 11.771, de 17 de setembro de 2008; 12.462, de 4 de agosto de 2011; 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.146, de 06 de julho de 2015, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. A Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º.....

IV - Tarifa de Armazenagem - devida pelo armazenamento, pela guarda e pelo controle das mercadorias nos armazéns de carga dos aeroportos, incide sobre consignatário ou transportador no caso de carga em trânsito;



.....

Art. 2º. A Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 26. O sistema aeroportuário é constituído pelo conjunto de aeródromos brasileiros, nos quais estão incluídos:

I - as pistas de pouso;

II - as pistas de táxi;

III - o pátio de estacionamento de aeronave;

IV - o terminal de carga; e

V - o terminal de passageiros e as suas facilidades.

.....

Art 39

.....

V - ao terminal de carga;

.....

Art. 156

§ 3º Voos internacionais operados por empresas designadas pelo Estado brasileiro deverão ser operados por tripulantes brasileiros, mediante contrato de trabalho regido pela legislação brasileira, ressalvada a possibilidade de no máximo 1/3 (um terço) de comissários estrangeiros.

CAPÍTULO III



Serviços Aéreos Públicos

Seção I

Da Autorização para os Serviços Aéreos Públicos

Art. 180. A exploração de serviços aéreos públicos dependerá de autorização, e será outorgada à pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.

Art. 217. Para a prestação de serviços aéreos não regulares de transporte de passageiro, carga ou mala postal, é necessária autorização de funcionamento, que será intransferível.

Art. 218. O interessado em obter a autorização de funcionamento deverá indicar os aeródromos e instalações auxiliares que pretende utilizar, comprovando que:

I - dispõe de aeronaves adequadas, pessoal técnico habilitado e estruturas técnicas de manutenção, próprias ou contratadas;

II - fez os seguros obrigatórios.

Art. 3º. A Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.68

§ 3º Consideram-se locais de frequência coletiva onde se representem, executem ou transmitam obras literárias,



artísticas ou científicas, os teatros, cinemas, salões de baile ou concertos, boates, bares, clubes ou associações de qualquer natureza, lojas, estabelecimentos comerciais e industriais, estádios, circos, feiras, restaurantes, órgãos públicos da administração direta ou indireta, fundacionais e estatais; e apenas em espaços públicos e comuns de hotéis, motéis, clínicas, hospitais, meios de transporte de passageiros terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo, não abrangendo os espaços privativos (quartos, apartamentos e cabines) e de uso exclusivo de hóspedes, pacientes e passageiros.

Art. 4º. A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º. Esta lei estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos e o cadastro, a qualificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

Art. 2º. Para fins desta Lei, considera-se turismo o fenômeno social, cultural e econômico que envolve as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadias em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer,



negócios ou para comparecimento a eventos, entre outros.

.....
Art. 5º.....

II - contribuir para a redução das disparidades sociais e econômicas de ordem regional e promover a inclusão social por meio do crescimento da oferta de trabalho e da melhor distribuição de renda;

.....
VI - promover, descentralizar e regionalizar o turismo, de maneira a estimular os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a planejarem, ordenarem e monitorarem, em seus territórios, as atividades turísticas, de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a participação das comunidades beneficiadas pela atividade econômica;

VII - estimular a implantação de empreendimentos destinados às atividades de expressão cultural, de animação turística, de entretenimento e de lazer e de outros atrativos com capacidade de retenção e prolongamento do tempo de permanência dos turistas nessas localidades;



IX - estimular a participação e o envolvimento das comunidades e populações tradicionais no desenvolvimento sustentável da atividade turística, de maneira a promover a melhoria da sua qualidade de vida e a preservação da sua identidade cultural;

X - apoiar a prevenção e o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e a outros abusos que afetem a dignidade humana no turismo brasileiro, respeitadas as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos;

.....

XVI - estimular a integração do setor privado como agente complementar de financiamento para investimento em infraestrutura, promoção, qualificação e prestação de serviços públicos necessários ao desenvolvimento do turismo;

XVII - propiciar a competitividade, a melhoria do ambiente de negócios e a inovação, a desburocratização, a qualidade, a eficiência e a segurança na prestação dos serviços, além de incentivar a originalidade e o aumento da produtividade dos agentes públicos e empreendedores turísticos privados;

XVIII - estabelecer padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços turísticos;



XIX - promover a formação, o aperfeiçoamento, a qualificação e a capacitação de recursos humanos para o setor do turismo e a implementação de políticas que viabilizem a colocação profissional no mercado de trabalho;

XX - implementar a produção, a sistematização, a padronização e o intercâmbio de dados estatísticos e informações relativas às atividades e aos empreendimentos turísticos instalados no País, a serem utilizados em análises feitas pelas universidades e pelos institutos de pesquisa públicos e privados, com vistas à melhoria da qualidade e da credibilidade dos relatórios estatísticos sobre o setor turístico brasileiro; e

XXI - incentivar o fomento à pesquisa e à produção científica relacionadas ao turismo.

.....
Art. 6º

.....
V - a incorporação de segmentos especiais de demanda nacional e internacional, em especial, os de pessoas idosas, jovens e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, por meio de iniciativas destinadas ao incentivo e à diversificação da demanda turística;

.....



VIII - o estímulo ao turismo responsável, como forma de orientação à atuação do setor turístico, com base nos princípios de sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômico e político-institucional;

.....

X - a divulgação de informações à sociedade e ao cidadão sobre a importância econômica e social do turismo;

XI - a elaboração de estudos e pesquisas que auxiliem gestores dos setores público e privado do turismo;

XII - a coleta e a disponibilização ao turista e aos prestadores de serviços turísticos de informações sistematizadas sobre os produtos e destinos turísticos do País;

XIII - o turismo social como forma de conduzir e praticar a atividade turística, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades, sem discriminação, acessível a todos, de maneira solidária, em condições de respeito e sob os princípios da sustentabilidade e da ética;

XIV - o fortalecimento do modelo de gestão descentralizada e da regionalização do turismo;

XV - a produção associada ao turismo e ao turismo de base local, como estratégias de diversificação da oferta turística, visando à inclusão social e à geração de trabalho e renda;



XVI - as ações relacionadas ao combate, ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes na atividade turística;

XVII - a segmentação do turismo como forma de organizar a atividade para fins de planejamento, gestão e mercado, considerados os segmentos turísticos a partir dos elementos de identidade da oferta e das características da demanda;

XVIII - a elaboração e a implementação de estratégias para definição de mercados para o posicionamento dos produtos e dos destinos turísticos brasileiros;

XIX - o apoio à identificação e à criação de produtos turísticos competitivos nas regiões turísticas brasileiras;

XX - o apoio e a realização de parcerias público-privadas para o desenvolvimento da atividade turística;

XXI - a melhoria do ambiente de negócios para facilitar e impulsionar a atração de investimentos, a geração de emprego e a melhor distribuição de renda nas regiões turísticas do País;

XXII - a formulação de diretrizes e estratégias para estimular a atração de investimentos privados internos e externos para as regiões turísticas;

XXIII - a inovação e a competitividade de produtos turísticos brasileiros; e



XXIV - a qualificação de profissionais e de prestadores de serviços turísticos.

.....
Art. 7º O Ministério do Turismo, em parceria com outros órgãos e entidades integrantes da administração pública, publicará, anualmente, relatórios, estatísticas e balanços consolidados sobre:

I - caracterização e dimensionamento do turismo receptivo e emissivo, internacional e doméstico;

.....
Art. 8º

.....
III - Conselho Nacional de Turismo;

IV - Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo; e

V - Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo.

§ 1º

I - os fóruns e os conselhos estaduais, distritais e municipais de turismo;

II - os órgãos estaduais, distritais e municipais de turismo;

III - as instâncias de governança macrorregionais e regionais; e



IV - as entidades de representação nacional dos Municípios relacionadas com o turismo.

.....
Art. 9º

.....
IV - promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços turísticos prestados no País.

Parágrafo único:

.....
II - promover, orientar e estimular a realização de levantamentos necessários ao diagnóstico da oferta turística nacional, ao estudo de demanda turística e ao marketing turístico, nacional e internacional, com o objetivo de estabelecer parâmetros que orientem a elaboração e execução do PNT;

.....
V - promover e apoiar o intercâmbio com entidades nacionais e internacionais relacionadas direta ou indiretamente ao turismo;

.....
VIII - implantar sinalização turística informativa, educativa, interativa, acessível para pessoas com deficiência e, quando necessário, restritiva, com tradução em língua estrangeira e com comunicação visual padronizada



nacionalmente, observados os indicadores utilizados pela Organização Mundial de Turismo e o regulamento.

Art. 11.....

III - o incremento ao turismo pela promoção e pelo desenvolvimento do transporte aéreo doméstico e internacional, pela implantação de infraestrutura aeroportuária adequada às regiões turísticas e por meio de tarifas aeroportuárias que estimulem o desenvolvimento do turismo;

.....

VI - o levantamento de informações quanto à procedência e à nacionalidade dos turistas estrangeiros, à faixa etária, ao motivo da viagem e à permanência estimada no País, entre outras;

.....

VIII - a formação, a capacitação profissional, a qualificação, o treinamento e o aperfeiçoamento de mão de obra para o setor turístico e a sua colocação no mercado de trabalho;

IX - o aproveitamento turístico de feiras, exposições de negócios, congressos, simpósios e eventos culturais, apoiados por órgãos governamentais e realizados para a divulgação do País como destino turístico;

.....



Art. 12 O Ministério do Turismo poderá buscar, em outros órgãos da administração pública federal, apoio técnico e financeiro para as iniciativas, os planos e os projetos que visem ao fomento das empresas que exerçam atividade econômica relacionada à cadeia produtiva do turismo, com ênfase nas microempresas e nas empresas de pequeno porte.

Art. 13-A. O Poder Executivo Federal promoverá a criação de Áreas Especiais de Interesse Turístico — AEIT, territórios que serão considerados prioritários para facilitar a atração de investimentos, por meio de legislação específica.

Parágrafo único. Regulamento disporá sobre a delimitação e outros requisitos necessários à criação das AEIT.

Art. 14-A O Ministério do Turismo e a EMBRATUR poderão realizar, observadas as respectivas competências, em parceria com instituições privadas, nacionais ou internacionais, ações de marketing destinadas à promoção do País como destino turístico, com compartilhamento dos custos.

Art. 14-B O Ministério do Turismo, no âmbito das ações de qualificação para o setor de turismo, buscará junto às instituições públicas e privadas:



I - promover ações de formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional;

II - associar a integração das ações de qualificação profissional com a educação básica de jovens e adultos;

III - articular a inserção da temática turismo na educação básica;

IV - identificar e propor a revisão de ocupações do setor de turismo; e

V - incentivar a inserção e a progressão profissional dos qualificados no mercado de trabalho.

Art. 15. As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, que desenvolverem programas e projetos turísticos poderão receber apoio financeiro do Poder Público, mediante critérios a serem definidos em regulamento.

.....

Art. 19 O FUNGETUR tem por objeto o financiamento, o apoio financeiro a planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo Ministério do Turismo como de interesse turístico, consoante aos objetivos da Política Nacional de Turismo, explicitados nesta lei.

.....



Art. 21 Consideram-se prestadores de serviços turísticos, para os fins desta lei, as sociedades empresárias, as sociedades simples, os empresários individuais, os microempreendedores individuais, as empresas individuais de responsabilidade limitada, e os serviços sociais autônomos que prestem serviços turísticos remunerados e que exerçam as seguintes atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo:

.....
§ 1º Poderão ser cadastrados no Ministério do Turismo, atendidas as condições próprias, os seguintes prestadores de serviços turísticos:

.....
VI - organizadores, promotores e prestadores de serviços de infraestrutura, de locação de equipamentos, fornecedores de produtos e serviços relacionados com o turismo e montadoras de feiras de negócios, exposições e eventos;

§ 2º Poderão ser considerados prestadores de serviços turísticos as pessoas jurídicas de outras naturezas, desde que sejam de interesse turístico e atendam aos critérios estabelecidos em regulamento editado pelo Ministro de Estado do Turismo.



§ 3º *Aos serviços sociais autônomos, que prestem serviços turísticos, será permitida a inclusão no cadastro do Ministério do Turismo para prestação de serviço de hospedagem, locação de veículos e agenciamento turístico.*

Art. 21-A. São considerados profissionais de turismo aqueles ligados à cadeia produtiva do turismo, conforme legislação específica.

.....
Art. 22.....

.....
§ 5º *O disposto neste artigo não se aplica aos serviços de transporte aéreo e de transporte individual remunerado de passageiros.*

Art. 23. Consideram-se meios de hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual ou coletiva de uso exclusivo de hóspede(s), bem como de outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante a adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e a cobrança de diária.

.....
§ 5º *A execução de obras musicais, ou*



literomusicais, no interior das unidades habitacionais dos meios de hospedagem, é considerada de natureza privada, sendo isenta de arrecadação e distribuição de direitos autorais.

§ 6º O disposto nesta lei não se aplica aos empreendimentos imobiliários organizados sob forma de condomínio que contem com instalações e serviços de hotelaria à disposição dos moradores, cujos proprietários disponibilizem as unidades exclusivamente para uso residencial próprio ou por terceiros, conforme legislação específica.

Art. 26. Os meios de hospedagem deverão fornecer ao Ministério do Turismo, em periodicidade por ele determinada e em formato eletrônico, as seguintes informações:

.....

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, os meios de hospedagem utilizarão as informações constantes da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes — FNRH e do Boletim de Ocupação Hoteleira — BOH, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 27. Compreende-se por agência de turismo a pessoa jurídica que exerce a atividade econômica de



intermediação remunerada entre prestadores, consumidores e usuários de serviços turísticos.

§1º A intermediação referida neste artigo abrange o agenciamento, assessoramento, planejamento, organização, promoção, contratação e operação dos serviços intermediados, isolados ou conjugados, individuais ou coletivos, inclusive fretamentos e bloqueios, totais ou parciais, de meios de transporte, de hospedagem, de cruzeiros aquaviários e afins.

§ 2º O preço dos serviços das agências de turismo é a soma do valor bruto das comissões recebidas dos prestadores dos serviços turísticos ou consumidores e usuários dos serviços intermediados e do valor agregado ao preço de custo desses serviços, facultando-se à agência de turismo cobrar taxa de serviço do consumidor pelos serviços prestados.

§ 3º.....

.....

II - acomodações e outros serviços em meios de hospedagem;

III - programas educacionais e de aprimoramento profissional;

IV - locação de veículos;



V - obtenção ou venda de ingressos para espetáculos públicos, artísticos, esportivos, culturais e outras manifestações públicas; e

VI - cruzeiros aquaviários.

§4º.....

II - transporte turístico de superfície;

.....

§ 8º A agência de turismo responde objetivamente e de forma solidária pelos danos que seus serviços de intermediação causarem.

§ 9º As notas de débito, as faturas e os documentos similares emitidos pelas agências de turismo com os preços de seus serviços e os valores dos serviços intermediados repassados aos respectivos prestadores, acompanhados dos comprovantes de entrega das passagens ou ordens de serviço (vouchers) correspondentes, terão força de títulos executivos extrajudiciais.

§ 10 Os valores das multas, penalidades ou outras taxas cobradas pelas agências de turismo a título de cláusula penal no caso de pedidos de alteração ou de cancelamento dos serviços por elas reservados e confirmados não poderão exceder o valor total desses serviços.



§ 11 *Consideram-se cruzeiros aquaviários os programas de turismo realizados por embarcações turísticas, em águas marítimas ou fluviais, composto por serviços conjugados de transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, visitação de locais turísticos e serviços afins, quando realizados por embarcações turísticas de médio e grande porte.*

§12 *Para todos os efeitos legais e regulamentares, os cruzeiros aquaviários são classificados nas seguintes categorias:*

- a) cabotagem — realizado inteiramente em águas jurisdicionais brasileiras; e*
- b) internacionais — realizado em águas brasileiras e estrangeiras.*

§13 *Para todos os efeitos legais, quanto aos cruzeiros aquaviários, considera-se:*

- a) embarque: o início da viagem de passageiros;*
- b) escala: as paradas programadas para visitas locais;*
- c) trânsito: a saída e a entrada de passageiros durante escalas; e*
- d) desembarque: o término da viagem de passageiros.*

.....



Art. 28. Consideram-se transportadoras turísticas as pessoas jurídicas que exerçam atividade econômica de prestação de serviços de transporte turístico de superfície, caracterizado pelo deslocamento de pessoas em veículos e embarcações por vias terrestres e aquáticas, compreendidas as seguintes modalidades:

.....

§1º Todos os serviços mencionados nos incisos do caput que não se refiram ao transporte, itinerário, percurso ou deslocamento são considerados atividades autorizadas a serem desenvolvidas pelos respectivos prestadores de serviços turísticos, conforme mencionado nesta lei.

§ 2º É facultada aos guias de turismo, seja na condição de pessoa física que se enquadre como empresário individual ou profissional liberal, seja na de titular de uma empresa individual de responsabilidade limitada, utilizar e conduzir veículos próprios na exploração da atividade de que trata o artigo.

Art. 29. O Ministério do Turismo, ouvidos os demais órgãos competentes sobre a matéria, fixará os padrões para a identificação oficial a ser usada na parte externa dos veículos terrestres e das embarcações.



Art. 30. Compreendem-se por organizadoras de eventos as pessoas jurídicas que exerçam atividade econômica de prestação de serviços de gestão, planejamento, organização, promoção, coordenação, operacionalização, produção e assessoria de eventos.

§ 1º As organizadoras de eventos poderão prestar serviços nas categorias de organização de feiras de negócios, exposições, congressos, convenções e congêneres de caráter comercial, técnico-científico, esportivo, cultural, promocional e social, de interesse profissional, associativo e institucional.

§ 2º O preço do serviço das organizadoras de evento é a taxa de intermediação remunerada entre clientes e prestadores de infraestrutura de apoio a eventos.

Art. 31. Consideram-se parques temáticos os estabelecimentos que exerçam a prestação de serviços de entretenimento, de lazer, de diversão, mediante cobrança de ingresso, e de apoio e suporte ao turista, implantados em um único espaço ambientado tematicamente.

Parágrafo único. Os parques temáticos deverão estar implantados em local fixo e de forma permanente.

Art. 34.....



.....

III - manter, em suas instalações, livro de reclamações e, em local visível, cópia do certificado de cadastro;

IV - manter, no exercício de suas atividades, estrita obediência aos direitos do consumidor e à legislação ambiental;

V - viabilizar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções; e

VI - manter, em local visível, mensagem referente à vedação da exploração sexual e do tráfico de crianças e adolescentes, conforme o disposto na Lei nº 11.577, de 22 de novembro de 2007.

Art. 35. O Ministério do Turismo, no âmbito de sua competência, fiscalizará o cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 36

.....

§ 8º As penalidades referidas nos incisos IV e V do caput acarretarão a perda, no todo ou em parte, dos benefícios, recursos ou incentivos que estejam sendo concedidos ao prestador de serviços turísticos.

Art. 39-A. O interessado poderá, no prazo de dez dias, contado da data de ciência da decisão, apresentar



recurso hierárquico, com efeito suspensivo, perante a junta de recursos.

Parágrafo único. A junta de recursos a que se refere o caput terá composição tripartite e será constituída por:

I - um representante dos empregadores e um representante dos empregados, escolhidos entre os associados das associações de classe componentes do Conselho Nacional de Turismo; e

II - um representante do Ministério do Turismo.

Art. 41.....

Pena - advertência por escrito; multa e interdição do local e atividade, instalação, estabelecimento empresarial, empreendimento, equipamento; ou cancelamento de cadastro.

.....

Art. 42.....

Pena - advertência por escrito; multa e interdição do local e atividade, instalação, estabelecimento empresarial, empreendimento, equipamento; ou cancelamento de cadastro.

Art. 43.....

Pena - advertência por escrito; multa e interdição do local e atividade, instalação, estabelecimento



empresarial, empreendimento, equipamento; ou cancelamento de cadastro.

Art. 43-A. Deixar de mencionar ou de utilizar, em qualquer forma de divulgação e promoção, o número de cadastro, os símbolos, as expressões e as demais formas de identificação determinadas pelo Ministério do Turismo:

Pena - advertência por escrito; multa e interdição do local e atividade, instalação, estabelecimento empresarial, empreendimento, equipamento; ou cancelamento de cadastro. (NR)

Art. 43-B. Deixar de apresentar, na forma e no prazo estabelecidos pelo Ministério do Turismo, informações e documentos referentes ao exercício de suas atividades, empreendimentos, equipamentos e serviços, e ao perfil de atuação, qualidades e padrões dos serviços oferecidos:

Pena - advertência por escrito; multa e interdição do local e atividade, instalação, estabelecimento empresarial, empreendimento, equipamento; ou cancelamento de cadastro. (NR)

Art. 44. O Ministério do Turismo poderá delegar competência para o exercício de atividades e atribuições específicas estabelecidas nesta lei a órgãos e entidades da administração pública, inclusive das demais esferas



federativas, em especial das funções relativas ao cadastramento e à fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, à aplicação de penalidades e à arrecadação de receitas.

Art. 5º. A Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 63-A. Os recursos do FNAC serão geridos e administrados pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ou, a seu critério, por instituição financeira pública federal, quando destinados à modernização, construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos.

§ 1º Para a consecução dos objetivos previstos no caput, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, diretamente ou, a seu critério, por intermédio da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária — INFRAERO — ou de suas subsidiárias, ou de instituição financeira pública federal, realizará procedimento licitatório, podendo, em nome próprio ou de terceiros, adquirir bens, contratar obras e serviços de engenharia e de técnicos especializados e utilizar-se do RDC.

§ 2º - Ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e dos Transportes, Portos e Aviação Civil fixará



a remuneração de instituição financeira que prestar serviços na forma estabelecida neste artigo.

Art. 6º. A Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 117.....

.....

§ 7º - A concessão de subvenção econômica estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais, regulamentares e de capacidade da infraestrutura aeroportuária, sendo precedida de credenciamento ou processo seletivo simplificado, conforme procedimento a ser regulamentado em ato do Poder Executivo Federal.

Art. 7º. A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 45

§ 1º Os estabelecimentos existentes deverão disponibilizar, pelo menos, 5% (cinco por cento) de seus dormitórios acessíveis, garantida, no mínimo, 1(uma) unidade acessível.

Art. 125

.....

III Art. 45 - 72 (setenta e dois) meses

.....

Art. 8º. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 10. Ficam revogados:

I - os arts. 2º a 5º e inciso I do art. 8º da Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014;

II - a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977;

III - os arts. 181, 182, 184, 185 e 186 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986;

VI - os seguintes dispositivos da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008:

a) o inciso XII do *caput* do art. 5º;

b) o art. 13;

c) os incisos I e II do *caput* do art. 15;

d) as alíneas “a”, “c” e “e” do inciso II do *caput* e o § 2º do art. 24;

e) o parágrafo único do art. 25;

f) os incisos IV e V do § 4º do art. 27;

g) os incisos I e II do *caput* do art. 29;

h) o inciso III do *caput* e o § 6º do art. 36;

i) o § 2º do art. 38;

j) o art. 39;

k) o art. 40; e

l) o parágrafo único do art. 43.”

Esse é o nosso substitutivo que apresento e submeto à apreciação dos nobres Srs. Parlamentares desta Casa.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Relator. Parabéns pelo relatório maravilhoso!

Na Casa, há 337 nobres Deputados.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ANTONIO BULHÕES (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos nos aproximando do momento mais importante de toda e qualquer democracia: as eleições.

É por meio das eleições que todos nós, homens e mulheres, ricos e pobres, jovens e idosos, debatemos e decidimos, com igualdade de condições, o futuro de nossa democracia e nossas prioridades políticas, econômicas e sociais para os próximos anos.

Não podemos nos esquecer nunca do significado da máxima democrática de “um homem, um voto”. É este princípio que, a cada eleição, faz com que as desigualdades econômicas não se convertam em desigualdades políticas, pois garante que todos os brasileiros e brasileiras têm a mesma capacidade de influenciar os rumos do País.

É por meio do voto que devemos expressar nossas insatisfações com as diversas mazelas sociais, econômicas e políticas que ainda nos atormentam. É por meio do voto que devemos lutar por mais democracia, mais justiça, mais oportunidades e mais progresso para nossa Nação. É por meio do voto, repito, e não pela ausência do voto.

As eleições são o principal instrumento para o constante progresso de nossa sociedade. É o momento que temos para apoiar as ideias e as iniciativas que julgamos corretas e para repudiar as propostas que ameaçam o progresso de nossa sociedade. O voto é o instrumento, por excelência, para manifestar as aspirações ou insatisfações sociais. É por meio do voto, repito, e não pela ausência do voto.



Tem sido assim no Brasil, em nossa curta história democrática, e nas demais democracias consolidadas do mundo. É com o voto que definimos as qualidades e virtudes dos homens e mulheres que irão propor novas leis e governar nosso País. É por meio do voto, repito, e não pela ausência do voto.

A ausência do voto, Sras. e Srs. Deputados, tão propagada nas campanhas do voto nulo, é responsável pela falsa ilusão de deslegitimar o processo eleitoral. Digo falsa ilusão porque os votos nulos e os votos em branco não têm nenhum efeito no resultado das eleições.

A legislação é inequívoca ao considerar apenas os votos válidos — nominais ou de legenda — na apuração do resultado final das eleições. Por isso, não há que se falar em anulação das eleições ou convocação de novas eleições, na hipótese de a quantidade de votos brancos e nulos alcançar mais da metade dos votos. Pensar assim é sinal de desinformação, a qual temos a missão de combater diariamente.

Contudo, preocupa-me mais a propagação organizada de campanhas que incentivam o voto nulo ou em branco, bem como a abstenção, pois ameaçam o pilar fundamental de toda e qualquer democracia, que é a participação política dos cidadãos.

Não podemos fechar os olhos, nobres colegas, para o alcance e o impacto destas campanhas. Vejamos, por exemplo, o que aconteceu recentemente nas eleições suplementares para o Governo de Tocantins, realizadas em 24 de junho de 2018. Ao todo, 34,9% dos eleitores não compareceram às urnas, 23,46% votaram nulo e 2,59% votaram em branco.

Isso significa que 60,9% dos eleitores de Tocantins optaram por não participar do processo de escolha do Governador. Dito de outro modo: apenas 39,1% dos



eleitores de Tocantins participaram da escolha das prioridades políticas de todo o Estado.

Que consciência política é esta que aceita que o destino de muitos seja decidido por tão poucos? Que cidadania é esta, que se abstém de influenciar as escolhas de políticas públicas que ditarão o progresso ou o retrocesso das condições socioeconômicas das gerações futuras?

Além do mito de que votos em branco e votos nulos podem anular o resultado de uma eleição, precisamos desmistificar também a ideia de que o nosso voto é insuficiente para influenciar o resultado eleitoral. Quantas vezes já ouvimos que “meu voto não vai fazer diferença”? Esta forma de pensar precisa acabar!

Eleição após eleição, diversos são os exemplos que desconstroem este argumento. Nas eleições de 2016, por exemplo, em 7 cidades brasileiras os Prefeitos foram eleitos com uma diferença de apenas um voto. O fato é que cada voto conta! É importante que nosso povo tenha consciência de que nosso voto é importante, sim! Um único voto, o seu voto, pode decidir as eleições na sua região.

Se há mesmo uma crise de representação em nosso sistema político, em que muitos eleitores não têm mais o sentimento de estarem representados, não há outra forma de superá-la a não ser por meio do voto.

Digo isso apoiado na história, que já nos demonstrou em diversas ocasiões a importância do voto para a inclusão e a representação política dos interesses de grupos sociais historicamente excluídos. O sentimento de estar representado só será resgatado com mais participação dos cidadãos nos debates e nos processos políticos.

Por fim, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, não podemos nos esquecer de



que o voto é um dever cívico conquistado com muita luta por nossos antepassados. Até 1891, apenas os cidadãos ricos podiam votar. Já as mulheres só conquistaram o direito ao voto em 1932. Somente em 1985 os analfabetos passaram a ter o direito ao voto. Não podemos abrir mão destas conquistas históricas!

Por isso, para aqueles que pretendem faltar às eleições ou votar nulo faço este apelo, para que, em memória das nossas conquistas políticas do passado e em prol das nossas aspirações socioeconômicas do futuro, saiam de casa e participem da festa de democracia por meio do voto consciente.

Muito obrigado.



O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSL-MT. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero em primeiro lugar, nesta noite, agradecer mais uma vez ao povo mato-grossense, que me confiou este mandato.

A vinda a esta tribuna tem o condão de informar que protocolei uma petição na Procuradoria-Geral da República — PGR, petição que recebeu o número PGR-00367894, de 2018. Peço providências cíveis e penais contra a decisão lamentável do Desembargador Rogério Favreto, do Tribunal Regional da 4ª Região, que mandou soltar o ex-Presidente Lula, num ato de afronta ao colegiado do TRF-4, que já havia decidido pela manutenção da prisão.

A conduta do Desembargador, que resolveu afrontar decisões de seus pares no colegiado, já seria suficiente para a abertura de procedimentos disciplinares. Porém, é público e notório que o Desembargador era filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), onde inclusive exerceu diversos cargos em quatro Ministérios distintos.

A conduta do referido Desembargador Federal fere a ética e as normas legais, pois deveria ter-se declarado impedido, porém, não o fez. Quedou-se inerte sobre o tema para, ao arrepio da lei, proferir tal decisão.

Estarei como sentinela aqui no Congresso Nacional, atento, fiscalizando qualquer Poder da República que fira as leis e as normas. Não me calarei! Serei arauto do povo que me elegeu e cumprirei com a minha obrigação de Parlamentar.

Termino minhas palavras, rogando à Procuradora-Geral da República, Dra. Raquel Dodge, para que tome as providências jurídicas cabíveis contra o Desembargador Rogério Favreto, a fim de que a instabilidade jurídica seja



restaurada e o douto Desembargador responda cível ou criminalmente pelos seus atos de inobservância legal.

Por todo o exposto, peço que se faça o registro deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.



O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, São Luís foi palco da maior convenção partidária de sua história, que aconteceu no dia 28 de julho e deu a largada para a campanha de reeleição do Governador Flávio Dino. Tivemos milhares de pessoas e muitas lideranças políticas para confirmar que esta caminhada será vitoriosa.

O sucesso da gestão comunista no Governo do Maranhão e as boas perspectivas de reeleição são possíveis por diversos motivos: a liderança pessoal de Flávio Dino, sua integridade e força de trabalho. Sua gestão investiu na educação, na saúde, na segurança e melhorou a vida dos maranhenses. É por isso que continuará sendo o Governador de todos nós. Seguiremos juntos nesse projeto.

Durante a convenção partidária Todos pelo Maranhão, foi confirmada a chapa majoritária do Governador Flávio Dino, pré-candidato à reeleição. O ato contou com a participação de diversas lideranças de 15 partidos: PCdoB, PDT, PP, PPS, PROS, PSB, PT, PTB, PR, PRB, DEM, PEN, PTC, Solidariedade e PPL, que compõem a base aliada de Flávio Dino.

Grande aliado de Flávio Dino, o Vice-Governador Carlos Brandão, do PRB, será novamente o parceiro na corrida ao Governo do Estado. As duas vagas para o Senado Federal também já estão preenchidas, tendo Weverton Rocha, do PDT, e Eliziane Gama, do PPS, como pré-candidatos. Ao anunciar os candidatos ao Senado, Flávio Dino afirmou que errou com um, mas vai corrigir com dois.

No encontro, a coligação também aprovou o Programa de Governo para o período 2019-2022. A primeira proposta aprovada foi a continuidade do Escola Digna, mais IEMAs, mais escolas de tempo integral, ou seja, a educação seguirá



sendo uma das grandes prioridades.

Como afirmou o Governador em sua fala, *“o Maranhão não tem dono. O Maranhão é de todos nós. A mudança vai continuar para seguirmos em frente. O trabalho continua”*.

Obrigado.



O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, como é de conhecimento de todos, o PRB selou apoio à candidatura de Geraldo Alckmin à Presidência da República. Trata-se de um posicionamento pensado, refletido, tendo como ponto de partida o fato de o Brasil, diante de tantos problemas que afligem a população, necessitar de um Governo de equilíbrio e não de extremos.

O Partido Republicano Brasileiro entende ser necessário visualizar o País de forma realista, tanto que se baseou em pesquisas realizadas pela sigla para escolher quem apoiar. A conclusão foi de que 72% dos entrevistados esperam que o próximo Presidente tenha perfil conciliador. E Geraldo Alckmin representa o equilíbrio para uma gestão democrática, equilíbrio de gestão com responsabilidade.

É difícil não nos preocuparmos com o que os extremos defendem. Por isso, mesmo consideramos fundamental trabalhar pela união, até porque precisamos gerar nos próximos anos 13 milhões de empregos, sanar a Previdência Social, estabelecer um pacto federativo, ter menos impostos e um Estado mais leve e eficiente.

Como destacou o Presidente Nacional da nossa legenda, Marcos Pereira, atualmente licenciado, Geraldo Alckmin representa a única voz serena e o ponto de equilíbrio em meio a tantos gritos, paixões, arroubos e contendas, pois personifica a competência para dialogar com os opostos.

Vale lembrar que até pouco tempo, o PRB tinha o republicano Flávio Rocha como presidenciável. A nossa legenda apresentava uma proposta diferente, mas concluiu que o Brasil ainda não está preparado para uma gestão integralmente



liberal na economia e conservadora nos costumes. O partido, então, decidiu aglutinar forças em torno de uma candidatura robusta, pois o País vive um momento crucial na sua história e não há tempo para equívocos.

E não se trata de apoiar por apoiar a candidatura de Geraldo Alckmin e manter-se à distância do Governo. O PRB vai cobrar participação ativa na tomada de decisões para o crescimento do Brasil. Deixamos claro que a sigla será parceira, e nunca subserviente. Afinal, é inegável a força política do PRB no cenário nacional. Com apenas 13 anos de existência, a legenda experimentou um crescimento orgânico, sólido e consciente em todo o País nos âmbitos municipal, estadual e federal. O PRB se tornou uma das principais forças políticas do Brasil não por acaso ou sorte, mas por um planejamento pensado e executado. E nesse processo de crescimento vertiginoso, a legenda foi fundamental para conduzir os outros partidos do Centro Democrático (DEM, PP, PR e Solidariedade) para a candidatura de Geraldo Alckmin. O PRB quer e pode contribuir com o Governo.

A bancada republicana no Congresso Nacional tem papel fundamental nesse processo. Temos conseguido impedir que os projetos de lei que não estão de acordo com os interesses do povo continuem tramitando e assim cheguem a um texto que atenda de fato aos anseios da população brasileira, tendo como exemplo o cadastro positivo. A atuação do PRB é pautada em defesa dos interesses do povo brasileiro, pois precisamos construir segurança jurídica e estabilidade econômica, para que tenhamos um País digno.

O Brasil vive um momento de insatisfação do povo com a classe política, e agora, mais do que nunca, é preciso resgatar a confiança. Precisamos alertar a população de que um protesto impensado de não comparecer às urnas no dia 7 de



outubro só vai contribuir para um desgaste maior do País. Nesse tocante, devo lembrar aos brasileiros que todos devem exercer o seu direito e o seu poder, por meio do voto, para não ser representado por uma minoria.

Geraldo Alckmin tem 64 anos, sendo 44 dedicados à vida pública. Foi Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, tendo participado ativamente da criação da Constituição Federal de 1988; foi Vice-Governador de São Paulo; e esteve no comando do Estado por quatro mandatos. À exemplo do que acredita o PRB, Geraldo Alckmin pensa que o populismo leva ao desemprego, ao desarranjo das contas públicas, e quem paga a conta é o povo.

Cabe destacar que o País havia conseguido sobreviver ao populismo da esquerda, mas o temor é de que não consiga fazer o mesmo com uma nova onda de populismo, agora da extrema direita.

Por isso, o Partido Republicano Brasileiro não abre mão de apoiar o candidato que vai trabalhar para recuperar o emprego e a renda. O PRB assume o compromisso com os eleitores de sentar-se à mesa, como aliado, para decidir junto as políticas de Governo e de Estado, sem ignorar as forças políticas e produtivas do País.

O Partido Republicano Brasileiro se orgulha de não estar submisso a nenhuma legenda, com total autonomia para caminhar com candidatos fortes que realmente pretendem fazer a diferença na vida pública.

Era o que eu tinha a dizer.



A SRA. IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, A ONU Mulheres lançou, na última sexta-feira de julho, dia 27, uma iniciativa importante para a luta pelos direitos femininos.

A websérie #Brasil5050 é um projeto que aborda a igualdade entre homens e mulheres na política brasileira. Até o final do ano, a campanha divulgará cerca de 90 vídeos com ativistas, parlamentares e especialistas.

O objetivo é debater as responsabilidades dos partidos e do eleitorado, bem como a importância da paridade de gênero para a democracia, tendo em vista as eleições de 2018.

As informações são do *site* da ONU no Brasil, que publicou uma reportagem sobre essa importante iniciativa.

A disputa deste ano será a primeira com as novas regras definidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que seja possível o avanço na paridade na política.

Em maio, o TSE aprovou por unanimidade a destinação de 30% do Fundo Eleitoral e de 30% do tempo de propaganda para as candidaturas de mulheres.

“A questão-central é: o que os partidos farão para assegurar que mais de 500 milhões de reais dos 1,7 bilhão do Fundo Eleitoral realmente viabilizem as candidaturas de mulheres? Este é o fato novo das eleições 2018, em que as mulheres terão à disposição recursos para fortalecer as suas candidaturas, o que pode ter efeitos nos próximos ciclos eleitorais e alterar o baixo índice de mulheres eleitas na política brasileira”, analisa Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil.



Em 2016, a ONU Mulheres e entidades parceiras — entre elas, o TSE, o Instituto Patrícia Galvão e o Grupo Demodê do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília — lançaram o projeto Cidade 50-50: Todas e Todos pela Igualdade.

A campanha incentiva o apoio de candidatos e candidatas a políticas voltadas para as mulheres, promovendo sua incorporação na administração municipal.

Com isso, a agência das Nações Unidas espera garantir a implementação em nível local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), informa a matéria veiculada pelo site da ONU.

“Este é o segundo ciclo eleitoral em que a ONU Mulheres Brasil segue ao lado das brasileiras e em diálogo com candidatos e candidatas para que estejam em favor dos direitos das mulheres e exerçam o mandato político para transformação da realidade de exclusão e limitação de direitos humanos das brasileiras”, destaca Nadine Gasman.

Os episódios da websérie #Brasil5050 serão publicados nas redes sociais da ONU Mulheres Brasil — Facebook, Twitter e YouTube - e do Cidade 50-50.

“É preciso vontade política. É preciso vontade do Poder Judiciário que tem papel fundamental na observância das cotas existentes na nossa legislação. E é preciso vontade dos eleitores. É preciso que os eleitores confiem e votem em mulheres para representar”, diz a advogada Luciana Lóssio, uma das entrevistadas para a websérie.

Outra participante, Liége Santos, da União Brasileira de Mulheres, lembra a sub-representação de mulheres na política e a incompletude da democracia. *“Nós temos de continuar insistindo nos partidos, nos espaços institucionais e nos*



movimentos sociais para que haja, de fato, uma representação e uma participação das mulheres”, enfatiza.

Essa iniciativa é fundamental para reforçar a nossa batalha diária pela ampliação dos espaços de poder para as mulheres.

Elas precisam ter voz ativa nos partidos e o apoio necessário para que possam prosperar num universo que ainda é dominado pelos homens.

A política deve ser exercida em estreita parceria por mulheres e homens que sejam realmente comprometidos com a causa pública.

Assim, todos saem ganhando, principalmente as nossas instituições e a nossa democracia.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



O SR. GOULART (PSD-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, solicito que seja dada como lida mensagem alusiva aos 91 anos de existência da Grande Loja Maçônica.

No dia 2 de julho de 1927, a Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo — GLESP foi fundada, e estamos reunidos aqui, nesta noite, para celebrar seu aniversário de 91 anos de existência.

Exmo. Sr. Governador Márcio França e autoridades já mencionadas pelo nosso cerimonial, temos muito a comemorar! Vivemos anos de profundas mudanças, de grandes realizações e de participação ativa em diversos projetos. Nós, maçons, estamos resgatando um forte legado de nossos ancestrais, homens que colaboraram na construção e nas reformas mais importantes da humanidade.

Em 2018, realizamos um grande simpósio, o qual nos possibilitou colher, de maçons e não maçons, opiniões que serão um norte e nos darão uma visão mais ampla para estabelecermos um plano de gestão para o futuro sadio da Maçonaria.

Neste ano de eleições, a CMSB — Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, com o apoio do Grande Oriente do Brasil e da COMAB — Confederação Maçônica do Brasil, lançou o Projeto Reage, Brasil, uma campanha para alertar a todos sobre a importância do voto consciente.

Temos plena convicção de que essa é a melhor maneira de mudar os destinos da nação. E cabe a todos nós, maçons, despertar na população a responsabilidade de votar. É urgente refletirmos sobre a atuação daquele candidato que teve o nosso aval para nos representar, e devemos ter a consciência de que ele, se não cumpriu com suas promessas e foi omissos em seu trabalho, deve afastar-se da carreira pública e não mais merecer nossa confiança.



Promover a renovação dos quadros políticos é imprescindível, porém isso não significa mudanças apressadas, impensadas ou irresponsáveis, mas sim a esperança de que novos candidatos coloquem em pauta as reformas que trarão melhorias na política, na educação, na saúde e na segurança. Sempre me coloquei com otimismo diante dos fatos que atravessamos. Essa enxurrada de denúncias não me causa indignação, mas traz a certeza de que iniciamos um processo de mudanças.

É muito importante conhecer seu candidato, sua origem, sua trajetória política, seus projetos. É preciso, ainda, ficar atento àqueles que se apresentam como representantes da novidade ou da renovação, mas que na verdade carregam consigo todo o ranço e os vícios do uso da política como balcão de negócios, que tanto prejudica o desenvolvimento do Brasil há décadas.

As mudanças que desejamos não serão promovidas através de milagres ou por algum salvador da pátria, mas apenas por propostas factíveis. Nós, maçons, devemos ser cobradores da ética em todos os níveis, principalmente na política. A ética começa a ser ensinada no seio da família, em casa, por intermédio de bons exemplos, e na educação escolar.

Trata-se de um conjunto de valores que são reiterados e defendidos em nossa Sublime Instituição, pois a ética é o esteio da formação do homem. A Maçonaria sempre defendeu o livre pensar e apoia todo regime democrático. A democracia, mesmo que problemática por vezes, mesmo que gere conflitos de opiniões, ainda é melhor do que o regime que amordaça as palavras. Reflita sobre o que é mais importante para você, para a sua família. Pense no futuro que planeja para os seus entes queridos e veja se estes anseios são compatíveis com as



propostas do seu candidato. Votar é um dos atos mais importantes de um país livre. Por isso, faça-o com responsabilidade.

Sr. Governador Márcio França, no último encontro que tivemos, fiquei muito entusiasmado ao saber dos seus projetos para o nosso Estado de São Paulo. Também firmamos o compromisso de manter aberto um canal de comunicação entre a GLESP e o seu Governo.

Tenho certeza de que seu entusiasmo para o trabalho e o seu apreço pela família são os mesmos que temos e difundirmos na GLESP, e eles nos trarão bons resultados. Uma parceria alicerçada entre irmãos que defendem valores e princípios iguais é inquebrantável e, certamente, trará benefícios para toda a sociedade.

Que o Grande Arquiteto do Universo nos proteja e guarde!



A SRA. TIA ERON (PRB-BA. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eis que chega 7 de agosto, aniversário da Lei Maria da Penha, e o Brasil não tem razões para festejar.

Na madrugada do dia 22 de julho, a advogada Tatiane Spitzner foi encontrada morta, após cair do quarto andar de um prédio em Guarapuava, Paraná. Em seguida à conclusão do inquérito policial, o Ministério Público denunciou Luis Felipe Manvailer, marido da vítima, pelo crime de feminicídio. Qualquer que seja o resultado final do processo, uma coisa é certa: imagens de câmeras de segurança mostram a advogada sendo agredida pelo marido pouco antes de morrer.

Começo esta fala registrando esses fatos porque eles nos obrigam à reflexão. O aniversário da Lei Maria da Penha seria, normalmente, um motivo de júbilo. A lei é considerada um avanço, tendo sido resultado de intensa mobilização social.

No entanto, em momentos como este é inevitável a sensação de desalento. Afinal, para além dos casos que chegam aos jornais e à televisão, muitos outros crimes contra mulheres são cometidos, todos os dias — somente em 2017, foram 946 feminicídios no Brasil. E, se mesmo uma mulher bem-nascida, que tinha independência econômica e apoio emocional da família, não conseguiu se desvencilhar de um relacionamento abusivo antes de acabar morta, o que esperar para as outras? Como ser otimista em relação à eliminação da violência doméstica nessas condições?

Antes de nos desesperarmos, porém, talvez seja bom lembrarmos o exemplo da própria Maria da Penha, a farmacêutica cearense que, depois de sobreviver à violência do próprio marido, se tornou uma ativista dos direitos das mulheres.

A promulgação da Lei nº 11.340, de 2006, que leva o seu nome, jamais foi



motivo para que considerasse o assunto encerrado e fosse descansar. Ao contrário, ela sabe que a lei foi apenas um passo. Hoje, mantém o Instituto Maria da Penha, que busca conscientizar as mulheres sobre os seus direitos, monitorar os números da violência e cobrar políticas públicas voltadas a dar máxima efetividade aos preceitos da lei.

Assim como ela, nós também devemos ter consciência de que, se bem que uma lei sozinha não mude tudo, nem por isso devemos desprezar sua importância. O Congresso Nacional não acabará sozinho com a violência contra a mulher, mas isso não o exime de fazer o que está ao seu alcance. Os avanços legislativos são, sim, indispensáveis, ainda que não sejam suficientes.

Essa constatação não é uma mera opinião. Hoje em dia a pesquisa científica se debruça sobre quase todos os aspectos da vida humana, e já há estudos que identificam os fatores mais fortemente relacionados à violência contra a mulher. O teor das leis e políticas públicas concernentes aos direitos das mulheres é identificado como uma condição relevante para a maior ou menor prevalência do problema.

É lógico que há muitas variáveis individuais relacionadas ao agressor — transtornos de personalidade, alcoolismo ou mesmo problemas familiares na infância —, mas é inegável que também existem fatores comunitários e sociais.

A Organização Mundial de Saúde publicou em 2002 um *Relatório mundial sobre a violência e a saúde*, contendo, entre outros assuntos, análises sobre a violência doméstica e a violência sexual. A debilidade das sanções contra essas formas de violência é considerada um fator de risco para ambas.

Portanto, apesar da tristeza, o caso de Tatiane Spitzner e tantos outros



semelhantes não nos podem fazer esmorecer. Essa seria, de todas, a pior reação. É preciso, em homenagem a ela e a muitas outras mulheres, redobrar nossos esforços no combate à violência contra a mulher. O Congresso Nacional não pode se furtar ao seu papel nessa luta; nem ele, nem nenhuma das demais autoridades e lideranças da sociedade.

No aniversário da Lei 11.340/06, façamos como a própria Maria da Penha: em vez de festejar, foquemos no muito que ainda há por fazer.

Muito obrigada pela atenção.



O SR. FÁBIO FARIA (PSD-RN. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com satisfação que registro nesta tarde uma data bastante significativa para nosso Estado. Refiro-me aos 60 anos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN, uma instituição grandiosa, cuja trajetória nos enche de orgulho.

Para se ter ideia, no início eram apenas 5 faculdades, e hoje são ofertados 113 cursos de graduação, 86 mestrados e 41 doutorados, distribuídos em 5 *campi* no Estado. Realmente, uma marca impressionante de estabilidade, reconhecimento e excelência na arte do ensino, da pesquisa e da produção do conhecimento!

Por este motivo, não é exagero afirmar que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte contribui, direta e indiretamente, para a construção de um futuro mais promissor não apenas para seus alunos, mas também para a sociedade potiguar. Estou certo de que o saber promove uma compreensão mais ampla da realidade, capaz de enfrentar com mais habilidade os desafios do mercado de trabalho e da própria vida pessoal e familiar.

Certamente estas conquistas não ocorreram por acaso: muito trabalho, abnegação e um número incontável de horas foram necessários. É extremamente gratificante ver a pujança e o crescimento da UFRN e suas perspectivas cada vez mais inovadoras e focadas no futuro. Seus quase 44 mil alunos, somados ao corpo de servidores que ultrapassa 5.400, entre docentes e técnicos-administrativos, são o maior patrimônio e o grande diferencial da UFRN.

O mais interessante é saber que nossa homenageada atua, com êxito, nas áreas acadêmica e hospitalar e em vários Municípios do Estado, como em Caicó, Currais Novos, Santa Cruz, Macaíba e Natal, além de outros 18 polos de educação



a distância.

No entanto, sua capilaridade extrapola as fronteiras acadêmicas, pois desenvolve projetos de assistência social voltados às populações mais pobres, por meio de atendimento nas áreas médico-hospitalares e jurídicas, da formação profissionalizante de jovens voltada à informática e à atividade de saúde, agrônoma e de músicos.

Esta Casa realizou, na parte da manhã, uma merecida sessão de homenagem à UFRN, à qual faço questão de me associar.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, indiscutivelmente, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte vem contribuindo, incansavelmente, para o desenvolvimento socioeconômico, artístico e cultural de uma das mais importantes unidades da Federação do Nordeste brasileiro.

Parabenizo todos os servidores, colaboradores e alunos, na pessoa da Magnífica Reitora Ângela Maria Paiva Cruz, cujo trabalho, empreendedorismo e garra são incontestes em prol do ensino, da pesquisa e da extensão.

Viva a UFRN!

Muito obrigado.



O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos iniciando o período eleitoral. Sou candidato a Senador pelo Estado do Amazonas e continuo minha luta para levar mais prosperidade para o norte do País. Somos carentes de tudo lá. É preciso muito trabalho para levar mais recursos para a população amazonense.

Nestes quase 3 anos e meio de mandato na Câmara dos Deputados, consegui levar muitos recursos para o Estado do Amazonas — recursos por meio de emendas parlamentares e por meio de pedidos de apoio junto ao Governo federal.

A infraestrutura é muito precária no Amazonas, por isso algumas de minhas bandeiras para o Senado são: levar melhorias em estradas; abrir e ampliar aeroportos nas cidades-polo do Estado; preservar e fortalecer a Zona Franca e abrir novos polos econômicos a partir da exploração sustentável das nossas riquezas; apoiar os Municípios; empenhar emendas para a educação, saúde, infraestrutura e segurança, entre outras medidas.

Já há algum tempo tenho percorrido os bairros de Manaus e os Municípios do Amazonas, buscando parceria com Prefeitos, Vereadores, lideranças comunitárias, para que possamos levar àqueles locais o que estão precisando.

Com muito trabalho, conseguimos implantar no Amazonas mais de 40 portos, ajudando a população em transporte de pessoas e mercadorias; levamos quase 20 ambulâncias para diversos Municípios; colocamos aparelhos de ar-condicionado nas escolas de Parintins; fizemos melhorias em postos de saúde; melhoramos o abastecimento de remédios; fizemos reformas em escolas; destinamos mais de R\$50 milhões em recursos para ampliação de portos, aeroportos e manutenção de rodovias federais dentro do Amazonas.



Nosso partido, o PR, foi o último a realizar convenção no Amazonas e oficializou, no final da tarde deste último domingo, as candidaturas. Além de mim para o Senado, oficializamos Marcelo Ramos, Michelle Guimarães e Patrícia Sicchar para Deputado Federal e 22 nomes para Deputado Estadual, numa coligação com o Solidariedade e o PPL. Foi oficializado também o apoio do partido à candidatura de Amazonino Mendes para Governador e Rebecca Garcia para vice.

Temos muito a mostrar e a fazer. Quero continuar a minha caminhada na vida pública. Ainda há muito a conquistar.

Era isso que eu tinha a dizer.



VI- ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 188.4.55.O

Data: 07/08/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 188.4.55.O
Data: 07/08/2018

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Encerro a sessão, convocando a segunda Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, terça-feira, dia 7, às 18h51min, com a seguinte Ordem do Dia: Projetos de Lei nºs 2.724, de 2015, e 1.572, de 2007.

Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 188.4.55.O

Data: 07/08/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 50 minutos.)